



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVIII — Nº 57

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 25 DE MAIO DE 1963

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, parágrafo 3º, da Constituição e do artigo 1º, número IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 30 do mês em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para a apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei (número 1.751-E, de 1956, na Câmara e número 126, de 1961, no Senado) que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de Advogado, sem prejuízo da matéria já programada para a mesma sessão.

Senado Federal, em 6 de maio de 1963.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

8ª sessão conjunta da 1ª sessão legislativa ordinária da 5ª legislatura

Em 28 de maio de 1963 às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.837-A-60 na Câmara e nº 94-61 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, tendo Relatório, sob nº 14-63, da Comissão Mista designada de acordo, com o art. 3º do Regimento Comum.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cedula nº	Dispositivo a que se refere
1	Do § 2º do art. 3º as palavras:
2	"... constituindo grupo agro-pecuário integrado..."
3	Do § 3º do art. 26 as palavras:
4	"... sem culpa manifesta do trabalhador rural..."
5	Do parágrafo único do art. 27 as palavras:
6	"... exceto os de prestação de socorro e que ali-
7	de o art. 36, os quais ainda que ocorrentes no
8	período noturno, serão gratuitamente prestados..."
9	Do art. 36 as palavras:
10	"... exceto os de prestação de socorro em casos de
11	de sinistros como incêndio e inundações, aciden-
12	tes de animais ou de pessoas e outros que, pela
13	sua natureza excepcional e perigo de mal consi-
14	derável se equiparem aos citados..."
15	Da alínea b do art. 29 as palavras:
16	"... dentro dos recursos e usos da região..."
17	Alínea d do art. 29 (integralmente):
18	§ 2º do art. 29 (integralmente);
19	Art. 37 (integralmente).

9ª sessão conjunta da 1ª sessão legislativa ordinária da 5ª legislatura

Em 30 de maio de 1963, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Continuação da apreciação do veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.837-A-60 na Câmara e nº 94-61 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, tendo Relatório, sob nº 14-63, da Comissão Mista designada de acordo com o art. 3º do Regimento Comum.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cedula nº	Dispositivo a que se refere
1	Do art. 39 as palavras: "... culpa ou...";
2	Art. 53 (integralmente);
3	Parágrafo único do art. 63 (integralmente);
4	Art. 64 (integralmente);
5	§ 1º do art. 75 (integralmente);
6	Arts. 82, 83 e 84 (integralmente);
7	Alínea e do art. 87 (integralmente)

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV do Regimento Comum, tendo em vista que ainda pendem de pronunciamento do Congresso Nacional vários vetos presidenciais, cuja apreciação foi transferida, resolve:

1) sem prejuízo das sessões conjuntas que se deverão realizar nos dias 28 e 30 do corrente convocar novas sessões das duas Casas do Congresso Nacional para os dias 4, 6, 11, 18 e 20 de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados;

2) estabelecer para a apreciação dos referidos vetos a seguinte escala:

Dias 28 e 30 de maio, 4 e 6 de junho:

veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.837-H-60, na Câmara e número 94-61, no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural;

Dias 11 e 18 de junho:

veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.285-B-60, na Câmara e número 183-62, no Senado, que dispõe sobre o Código Tributário do Distrito Federal;

Dia 20 de junho:

veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.765-62 na Câmara e nº 2-63, no Senado, que estabelece medidas de amparo à indústria de transporte aéreo e dá outras providências;

veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.751-A-56, na Câmara e número 126-61, no Senado, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil;

veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.011-B-60, na Câmara e nº 44-62, no Senado, que designa o Patrimônio da União e devolve à plena propriedade da "Sociedade Filarmônica Lyra" o imóvel situado à rua S. Joaquim nº 239, na Capital do Estado de São Paulo.

Senado Federal, 2º de maio de 1963.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
vice-Presidente, no exercício da Presidência

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD - SP)
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB - MG)
 Primeiro-Secretário — Ruy Palmeira (UDN - AL)
 Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD - GB)
 Terceiro-Secretário — Mourão Vieira (PTB - AM)
 Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN - PA)
 Primeiro Suplente — Joaquim Parente (UDN - PI)
 Segundo Suplente — Guido Mondir (PSD - RS)
 Terceiro Suplente — Vasconcelos Torres (PTB - RJ)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

1. José Guilomard — Acre.
2. Lobão da Silveira — Pará.
3. Eugênio Barros — Maranhão.
4. Sebastião Archer — Maranhão.
5. Victorino Freire — Maranhão.
6. Sigefredo Pacheco — Piauí.
7. Menezes Pimentel — Ceará.
8. Wilson Gonçalves — Ceará.
9. Walfrido Gurgel — R. G. Norte.
10. Ruy Carneiro — Paraíba.
11. Leite Neto — Sergipe.
12. Antônio Balbino (em exercício o suplente Eduardo Catalão, do PTB — Bahia).
13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
14. Gilberto Marinho — Guanabara.
15. Moura Andrade — São Paulo.
16. Alípio Fontana — Santa Catarina.
17. Guido Mondir — R. G. Sul.
18. Benedito Valladares — Minas Gerais.
19. Filinto Müller — Mato Grosso.
20. José Feliciano — Goiás.
21. Juscelino Kubitschek — Goiás.
22. Pedro Ludovico — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Pessoa (em exercício o Suplente Eduardo Assmar) — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Mourão Vieira — Amazonas.
5. Antônio Juca — Ceará.
6. Carlos Jereissati — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado — R. G. Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
11. José Eurímio (em exercício o suplente Pinto Ferreira) — Pernambuco.
12. Silvestre Péricles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.
14. Nelson Maculan — Paraná.
15. Amaury Silva — Paraná.
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
17. Bezerra Neto — Mato Grosso.

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

1. Zacarias de Assunção — Pará.
2. Joaquim Parente — Piauí.
3. José Cândido — Piauí.
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte.
5. João Agripino — Paraíba.
6. Ruy Palmeira — Alagoas.
7. Eurico Rezende — Espírito Santo.
8. Afonso Arinos — Guanabara.
9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina.
13. Daniel Krieger — R. G. Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — R. G. Sul.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
 ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO
 MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
 FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
 BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	50,00
Ano	Cr\$	96,00
Exterior		
Ano	Cr\$	136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	39,00
Ano	Cr\$	76,00
Exterior		
Ano	Cr\$	108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

SENADO FEDERAL

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

1. Cattete Pinheiro — Pará.
2. Lino de Matos (em exercício o Suplente Lameu Gomes) — São Paulo.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

1. Raul Giuberti — Espírito Santo.
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

1. Aurélio Viana — Guanabara.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

1. Júlio Leite — Sergipe.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

1. Arnon de Melo — Alagoas.

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia.
2. Heriberto Vieira — Sergipe.

RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.) 22
 Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.) 17

União Democrática Nacional (U. D. N.)

Partido Libertador (PL) 2

Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.) 2

Partido Social Progressista (P. S. P.) 2

Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.) 1

Partido Republicano (P. R.) 1

Partido Democrata Cristão (P. D. C.) 1

Movimento Trabalhista Renovador (MTR) 1

Sem legenda 64

Total 86

BLOCOS PARTIDARIOS

1º — Maioria (39 Membros):

PSD

PTB

2º — Minoria (17 Membros):

UDN

PL

3º — Pequenas Representações (9 Membros):

PTN

PSP

PSB

MTR

PR

PDC

Josaphat Marinho (Sem Legenda) 15

15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

LIDERANÇAS

I — DOS BLOCOS PARTIDARIOS

MAIORIA

Líder

Barros Carvalho — (PTB — PE)

Vice-Líderes

Victorino Freire (PSD — MA)
 Vasconcelos Torres (PTB — RJ)
 Jefferson de Aguiar (PSD — ES)
 Lobão da Silveira (PSD — PA)
 Arthur Virgílio (PTB — AM)
 Bezerra Neto (PTB — MT).

MINORIA

Líder

João Agripino (UDN — PB)
 Vivaldo Lima (AM)
 Bezerra Neto (MT)

UDN

Líder

Daniel Krieger (RS)

Vice-Líderes

Eurico Rezende (ES)
 Padre Calazans (SP)
 Adolfo Franco (FR).

PL

Líder

Mem de Sá (RS)

Vice-Líderes

Daniel Krieger (UDN — RS)
 Mem de Sá — (PL — RS)

PEQUENAS REPRESENTAÇÕES

Líder

Lino de Matos (PTN — SP)

Vice-Líder

Aurélio Viana (PSB — AL)

II — DOS PARTIDOS

PSD

Líder

Benedito Valladares (MG).

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)
 Sigefredo Pacheco (PI)
 Walfrido Gurgel (RN).

PTB

Líder

Artur Virgílio (AM).

Vice-Líderes

Amaury Silva (PR)

Vice-Líder

Aloysio de Carvalho (BA)

PTN

Líder

Lino de Matos (SP)

Vice-Líder

Cattete Pinheiro (PA)

PSP

Líder

Miguel Couto (RJ)

Vice-Líder

Raul Giuberti (ES)

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente (PSD)
 Nogueira da Gama (PTB)
 Mourão Vieira (PTB)
 Ruy Palmeira (UDN)
 Gilberto Marinho (PSD)
 Cattete Pinheiro (PTN)
 Joaquim Parente (UDN)
 Guido Mondir (PSD)
 Vasconcelos Torres (PTB).

Comissão de Agricultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Nelson Maculan (PTB)
 Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD).

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Eugênio Barros
2. José Feliciano

Suplentes

1. Atilio Fontana
2. Pedro Ludovico

PTB

Titulares

1. Nelson Maculan
2. Dix-Huit Rosado
3. Raul Giuberti

Suplentes

1. Eduardo Catalão
2. Aarão Steinbruch
3. Adalberto Sena

UDN

Titulares

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

Suplente

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

Comissão de Constituição e Justiça

(11 MEMBROS)

Presidente — Milton Campos — (UDN).
Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD).

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Jefferson de Aguiar
2. Ruy Carneiro
3. Lobão da Silveira
4. Wilson Gonçalves
5. Josaphat Marinho

Suplentes

1. Menezes Pimentel
2. Leite Neto
3. Benedito Valladares
4. Aarão Steinbruch
5. Heribaldo Vieira

PTB

Titulares

1. Amaury Silva
2. Bezerra Neto
3. Pinto Ferreira

Suplentes

1. Arthur Virgílio
2. Argemiro de Figueiredo
3. Silvestre Péricles

UDN

Titulares

1. Aloysio de Carvalho
2. Eurico Rezende
3. Milton Campos

Suplente

1. Afonso Arinos
2. Daniel Krieger
3. João Agripino

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias
Oficial Legislativo. PL-8.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.

Comissão do Distrito Federal

(7 MEMBROS)

Presidente — Lino de Matos (PTN)

Vice-Presidente — Pedro Ludovico (PSD).

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Menezes Pimentel
2. Pedro Ludovico
3. Lino de Matos

Suplentes

1. Filinto Müller
2. Eugênio Barros
3. Heribaldo Vieira

PTB

Titulares

1. Vasconcelos Torres
2. Oscar Passos

Suplente

1. Dix-Huit Rosado
2. Aarão Steinbruch

UDN

Titulares

1. Dinarte Mariz
2. Eurico Rezende

Suplentes

1. Lopes da Costa
2. Zacarias de Assunção.

Reuniões. Quintas-feiras, às 16 horas.
Secretária: Vera de Alvarenga Ma-fra.

Comissão de Economia

Presidente: Filinto Müller.
Vice-Presidente: Eduardo Catalão.

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Filinto Müller.
2. Eugênio Barros
3. Atilio Fontana
4. José Guimard.

Suplentes

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigfredo Pacheco.
3. Sebastião Archer.
4. Josaphat Marinho.

PTB

Titulares

1. Eduardo Catalão.
2. Nelson Maculan.
3. Júlio Leite.

Suplentes

1. Oscar Passos.
2. Bezerra Neto.
3. Pinto Ferreira.

UDN

Titulares

1. Adolfo Franco.
2. Lopes da Costa.

Suplentes

Jose Cândido.
Zacarias de Assunção.
Reuniões: Terças-feira, às 15,00 ho-ras.
Secretário: Cid Brügger.

Comissão de Educação e Cultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel (PSD).
Vice-Presidente — Padre Calazans (UDN).

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Menezes Pimentel
2. Walfredo Gurgel

Suplentes

1. Benedito Valladares
2. Sigfredo Pacheco

PTB

Titulares

1. Adalberto Sena
2. Pinto Ferreira

Suplentes

1. Pessoa de Queiroz
2. Amaury Silva

UDN

Titulares

1. Antônio Carlos
2. Padre Calazans
3. Mem de Sá

Suplente

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Arnon de Melo.
Reuniões: Quarta-feiras, às 10,00 horas.
Secretária: Vera de Alvarenga Ma-fra.

Comissão de Finanças

(15 MEMBROS)

PTB — Argemiro de Figueiredo — Presidente

UDN — Daniel Krieger — Vice-Presidente

Composição

PSD

Titulares

1. Victorino Freire
2. Lobão da Silveira
3. Sigfredo Pacheco
4. Wilson Gonçalves
5. Leite Neto

Suplentes

1. José Guimard
2. Eugênio de Barros
3. Menezes Pimentel
4. Atilio Fontana
5. Pedro Ludovico

PTB

Titulares

1. Bezerra Neto.
2. Dix-Huit Rosado
3. Pessoa de Queiroz
4. Eduardo Catalão

Suplentes

1. Nelson Maculan
2. Lino de Matos
3. Vasconcelos Torres
4. Amaury Silva
5. Aurélio Vianna

UDN

Titulares

1. Dinarte Mariz
2. Irineu Bornhausen
3. Lopes da Costa

Suplentes

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Eurico Rezende
4. João Agripino

PL

Titulares

1. Mem de Sá

Suplente

1. Aloysio de Carvalho

Reuniões: Quartas-feiras, às 10,00 horas.
Secretário: Renato de Almeida Chermont.

Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima (PTB).
Vice-Presidente: Ruy Carneiro (PSD).

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Ruy Carneiro
2. Walfredo Gurgel
3. José Guimard.
4. Raul Giuberti.

Suplentes

1. Leite Neto
2. Lobão da Silveira
3. Eugênio Barros.
4. Júlio Leite.

PTB

Titulares

1. Vivaldo Lima.
2. Amaury Silva.
3. Heribaldo Vieira.

Suplentes

1. Aurélio Vianna.
2. Pessoa de Queiroz.
3. Vasconcelos Torres

UDN

Titulares

1. Eurico de Rezende.
2. Antônio Carlos.

Suplentes

1. Lopes da Costa.
2. Zacarias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.
Secretário: Cid Brügger.

Comissão do Polígono das Secas

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)

Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PSB).

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Wilson Gonçalves
2. Ruy Carneiro

Suplentes

1. Sigfredo Pacheco
2. Leite Neto

PTB

Titulares

1. Dix-Huit Rosado
2. Heribaldo Vieira
3. Aurélio Vianna

Suplentes

1. Argemiro de Figueiredo
2. Arnon de Melo
3. Julio Leite

UDN

Titulares

1. Dinarte Mariz
2. José Cândido

Suplentes

1. João Agripino
2. Lopes da Costa.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16,00 horas.
Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Comissão de Redação

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente — Padre Calazans.

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Walfredo Gurgel
2. Sebastião Archer

Suplentes

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

PTB

Titulares

1. Dix-Huit Rosado

Suplentes

1. Heribaldo Vieira

UDN

Titulares

1. Padre Calazans
2. Júlio Leite

Suplentes

1. João Agripino
2. Josaphat Marinho.

Comissão de Relações Exteriores (11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD)
Vice-Presidente — Pessoa de Queiroz (PTB).

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Benedicto Valladares
2. Filinto Müller
3. Jefferson de Aguiar
4. Aarão Steinhilber

Suplentes

1. Menezes Pimentel
2. Ruy Carneiro
3. José Guionard
4. Victorino Freire

PTB

Titulares

1. Pessoa de Queiroz
2. Vivaldo Lima
3. Eduardo Catalão

Suplentes

1. Vasconcelos Torres
2. Oscar Passos
3. Argemiro de Figueiredo

UDN

Titulares

1. Antônio Carlos
2. José Cândido
3. Padre Calazans
4. Arnor de Melo

Suplentes

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino
4. Mem de Sá

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: às quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Saúde

(5 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa (UDN)
Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB).

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Pedro Ludovico
2. Sigefredo Pacheco

Suplentes

1. Eugenio Barros
2. Walfredo Gurgel

PTB

Titular

1. Dix-Huit Rosado.

Suplente

1. Adalberto Sena

UDN

Titular

1. Lopes da Costa

Suplente

1. Dinarte Mariz

PSP

Titular

1. Miguel Couto

Suplente

1. Raul Giuberti.

Reuniões: Quintas-feiras às 15.00 horas.

Secretário: Eduardo Rui Barbosa.

(*) Republica-se por ter saído com incorreção.

Comissão de Segurança Nacional

UDN — Zacarias de Assunção — Presidente.

PTB — Silvestre Péricles — Vice-Presidente.

TITULARES

- PTB — Oscar Passos.
UDN — Irineu Bornhausen
PSD — José Guionard.
PSD — Victorino Freire.
PSP — Raul Giuberti.

SUPLENTE

- PTB — Dix-Huit Rosado.
PTB — Eduardo Catalão.
UDN — Adolfo Franco.
UDN — Eurico Rezende.
PSD — Ruy Carneiro.
PSD — Atilio Fontana.
PSP — Miguel Couto.

Reuniões: Quintas-feiras — às 16.00 horas.

Secretário: Geraldo Lima de Aguiar.

Comissão de Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Péricles (PTB).

Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Leite Neto
2. Sigefredo Pacheco

Suplentes

1. Victorino Freire
2. Benedicto Valladares

PTB

Titulares

1. Silvestre Péricles
2. Nelson Maculan

Suplentes

1. Pinto Ferreira
2. Eduardo Catalão.

UDN

Titulares

1. Antônio Carlos
2. Padre Calazans

Suplentes

1. Dinarte Mariz
2. Lopes da Costa

PL

Titular

1. Aloysio de Carvalho

Suplente

1. Mem de Sá.

Reuniões: Terças-feiras, às 16.00 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

Presidente — José Feliciano (PSD)
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN).

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. José Feliciano
2. Sebastião Archer

Suplentes

1. Jefferson de Aguiar
2. Filinto Müller

PTB

Titular

1. Bezerra Neto
2. Lino de Mattos

Suplentes

1. Silvestre Péricles
2. Miguel Couto

UDN

Titular

1. Irineu Bornhausen

Suplente

1. Zacarias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

Secretário: Alexandre Pfaender — Oficial Legislativo, PL-8.

(*) Republica-se por ter saído com incorreção.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961

(Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal).

— organização administrativa do Distrito Federal;
— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;
— regime de rendas do Distrito Federal;

— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;
— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto de renda destinada aos Municípios.

Eleita em 15.6.1961, com exceção dos Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30.2.1962;

Nelson Maculan — designado em 15.5.1962;

Lobão da Silva — designado em 23.4.1963;

Lopes da Costa — designado em 29.10.1962.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61;

Até 15-12-1963 — Requerimento número 778-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — Relator — PSD

2. Lobão da Silveira — PSD

3. Ruy Carneiro — PSD

4. Benedicto Valladares — PSD

5. Wilson Gonçalves — PSD

6. Nelson Maculan — PTB

7. Silvestre Péricles — PTB

8. Nogueira da Gama — PTB

9. Barros Barros — PTB

10. Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN

11. Lopes da Costa — UDN

12. Milton Campos — UDN

13. Heribaldo Vieira — UDN

14. Ruy Palmeira — UDN

15. Aloysio de Carvalho — PL

16. Mem de Sá — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961

Altera o § 1º do art. 191 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21.6.62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silva, Wilson Gonçalves e Amaury Silva, designados em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15.12.1962 — Requerimento número 610-61, aprovado em 14.12.1961;

Até 15.12.1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD

2. Lobão da Silveira — Relator — PSD

3. Ruy Carneiro — PSD

4. Benedicto Valladares — PSD

5. Wilson Gonçalves — PSD

6. Silvestre Péricles — Relator — PTB

7. Amaury Silva — PTB

8. Nogueira da Gama — PTB

9. Barros Carvalho — PTB

10. Daniel Krieger — UDN

11. Lopes da Costa — UDN

12. Milton Campos — UDN

13. Ruy Palmeira — UDN

14. Heribaldo Vieira — UDN

15. Aloysio de Carvalho — Presidente — PL

16. Mem de Sá — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961

Dá nova redação ao Item III do art. 95 da Constituição Federal.

(Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

Eleita em 27.6.1961, salvo os Senhores Senadores:

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;

Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15.12.1962 — Requerimento número 609-61, aprovado em 14.12.1961;

Até 15.12.1963 — Requerimento número 779-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD

2. Lobão da Silveira — PSD

3. Ruy Carneiro — PSD

4. Benedicto Valladares — PSD

5. Wilson Gonçalves — PSD

6. Silvestre Péricles — PTB

7. Bezerra Neto — PTB

8. Nogueira da Gama — PTB

9. Barros Carvalho — PTB

10. Daniel Krieger — UDN

11. Lopes da Costa — UDN

12. Milton Campos — Vice-Presidente — UDN

13. Heribaldo Vieira — UDN

14. Ruy Palmeira — UDN

15. Aloysio de Carvalho — PL

16. Mem de Sá — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1961

Dá nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e restabelecimento de relações diplomáticas com países estrangeiros).

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores

Guilherme Mondim — designado em 29 de outubro de 1962.

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962.

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963.

Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.
 Pinto Ferreira — designado em 23 de abril de 1963.
 Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 607-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Menezes Pimentel — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Lobão da Silveira — PSD.
4. Ruy Carneiro — PSD.
5. Guido Mondim — PSD.
6. Silvestre Pericles — PSD.
7. Vivaldo Lima — PTB.
8. Amaury Silva — PTB.
9. Pinto Ferreira — PTB.
10. Eurico Rezende — UDN.
11. Daniel Krieger — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Lopes da Costa — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961

Acrescenta item ao artigo 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4, de 1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo.

(Sobre a exoneração, por proposta do Senado, do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962.

Guido Mondim — designado em 29 de outubro de 1962.

Jefferson de Aguiar — designado em 23 de abril de 1963.

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.

Pinto Ferreira — designado em 23 de abril de 1963.

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963.

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Menezes Pimentel — PSD.
2. Ruy Carneiro — PSD.
3. Lobão da Silveira — PSD.
4. Jefferson de Aguiar — PSD.
5. Guido Mondim — PSD.
6. Pinto Ferreira — PTB.
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Amaury Silva — PTB.
9. Vivaldo Lima — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Lopes da Costa — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 9, de 1961

Acrescenta dispositivo ao artigo 15, revoga o item V e o § 6º do art. 19, substitui o § 5º do art. 19 e o art. 22 da Constituição.

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30 de março de 1962.

Guido Mondim — designado em 19 de outubro de 1962.

Jefferson de Aguiar — designado em 23 de abril de 1963.

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963.

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Menezes Pimentel — PSD.
3. Flinto Muler — PSD.
4. Guido Mondim — PSD.
5. Ruy Carneiro — PSD.
6. Amaury Silva — PTB.
7. Barros Carvalho — PTB.
8. Argemiro Figueiredo — PTB.
9. Bezerra Neto — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal: Aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinados aos Municípios.

Eleita em 28-3-1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30 de março de 1962.

Guido Mondim — designado em 29 de outubro de 1962.

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963.

João Agripino — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.

Josaphat Marinho — designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 783-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD.
5. Guido Mondim — PSD.
6. Silvestre Pericles — PTB.
7. Nogueira da Gama — PTB.
8. Barros Carvalho — PTB.
9. Milton Campos — UDN.
10. Heribaldo Vieira — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. João Agripino — UDN.

13. Eurico Rezende — UDN
 14. Aloysio de Carvalho — PL
 15. Josaphat Marinho — PTN
 16. Lino de Matos — PTN

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11, de 1961

Acrescenta parágrafo 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal: Criação de novos Municípios.

Eleita em 28-3-1962, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondim — designado em 29 de outubro de 1962.

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.

João Agripino — designado em 23 de abril de 1963.

Catete Pinheiro — designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 784-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD.
5. Guido Mondim — PSD.
6. Silvestre Pericles — PTB.
7. Nogueira da Gama — PTB.
8. Barros Carvalho — PTB.
9. Milton Campos — UDN.
10. Heribaldo Vieira — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. João Agripino — UDN.
13. Lopes da Costa — UDN.
14. Aloysio de Carvalho — PL.
15. Miguel Couto — PSP.
16. Catete Pinheiro — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1962

(Altera a redação do art. 186 da Constituição referente a obrigatoriedade de concurso para investidura em cargo inicial da carreira instituído a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs. Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15 de maio de 1962.

Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963.

Leite Neto — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.

João Agripino — designado em 23 de abril de 1963.

Aurelio Vianna — designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD.
5. Leite Neto — PSD.
6. Menezes Pimentel — PSD.
7. Silvestre Pericles — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Milton Campos — UDN.
11. Heribaldo Vieira — UDN.
12. Eurico Rezende — UDN.
13. João Agripino — UDN.
14. Daniel Krieger — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Aurelio Vianna — PSP.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1962

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-62, salvo os Senhores Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-63.

Leite Neto — designado em 23-4-63.

Josafá Marinho — designado em 23-4-63.

Eurico Rezende — designado em 23-4-63.

Prorrogação:

Até 15-12-62 — Requerimento nº 786 de 1962, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD.
5. Leite Neto — PSD.
6. Menezes Pimentel — PSD.
7. Silvestre Pericles — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Milton Campos — UDN.
11. Heribaldo Vieira — UDN.
12. Josafá Marinho — UDN.
13. Eurico Rezende — UDN.
14. Daniel Krieger — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 4).

Eleita em 10-7-1962, salvo os Senhores Senadores:

Wilson Gonçalves,

Leite Neto,

João Agripino,

Eurico Rezende e

Josafá Marinho (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação

Até 15-12-63 — Requerimento nº 787 de 1962, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD.
5. Menezes Pimentel — PSD.
6. Leite Neto — PSD.
7. Silvestre Pericles — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Milton Campos — UDN.
11. Heribaldo Vieira — UDN.
12. João Agripino — UDN.
13. Eurico Rezende — UDN.
14. Daniel Krieger — UDN.
15. Mem de Sá — PL.
16. Josafá Marinho — S/legenda.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1962

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13-9-62, salvo os Senhores Senadores:

Wilson Gonçalves,

Leite Neto,

Josafá Marinho,

Eurico Rezende,

Pinto Ferreira e

Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação

Ate 15-12-63 — Requerimento nº 189 de 1962, aprovado em 12-12-62:

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSE
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Pinto Ferreira — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Jussara Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Rezende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Miguel Couto — PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962

Altera a redação dos §§ 1º e 3º do art. 6º da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13-9-1962, salvo os Senhores Senadores.

Wilson Gonçalves,

Josafá Marinho,

Eurico Rezende,

Pinto Ferreira e

Julio Leite (designados em 23-4-63).

Prorrogação:

até 15-12-1963 — Requerimento número 790-62 aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Pinto Ferreira — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josafá Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Rezende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Julio Leite — PR

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o artigo 61 da Constituição Federal, de 18-9-1946.

Eleita em 6-12-1962, salvo os Senhores Senadores.

Wilson Gonçalves,

Eurico Rezende,

João Agripino

Amaraury Silva e

Raul Guberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

até 15-12-1963 — Requerimento número 791-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Pedro Ludovico — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição (referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Pinto Ferreira — PTB
10. Silvestre Pericles — PTB
11. Agostinho de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Josafá Marinho — S/legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1963

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade). Designada em 23 de abril de 1963

Numeros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Heribaldo Vieira — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Pinto Ferreira — PTB
10. Silvestre Pericles — PTB
11. Artur Virgílio — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Josafá Marinho — S/legenda
16. Aloysio de Carvalho — PR

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1963

Dá nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado). Eleita em 2 de maio de 1963

Membros Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Pinto Ferreira — PTB
10. Eduardo Catalão — PTB
11. Vasconcelos Torres — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1963

Dá nova redação aos artigos 44 e 45 da Constituição Federal (imunidades dos Vereadores, Deputados e Senadores).

Designada em 20 de maio de 1963

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaury Silva — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Pinto Ferreira — PTB
- Silvestre Pericles — PTB
- Adalberto Sena — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- João Agripino — UDN
- Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos
- Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

Comissão Especial de Estudo do Convênio do Café a longo prazo

(Criada em virtude do Requerimento nº 615-62, do Sr. Nelson Maculan, aprovado em 24 de janeiro de 1963).

Designada em 24 de janeiro 1963

Numeros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Pedro Ludovico — PSD
3. Padre Calazans — UDN
4. Irineu Bornhausen — UDN
5. Nelson Maculan — PTB
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Raul Guberti — PSP

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão de Serviço Público Civil

1ª REUNIAO, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1963

As 15,50 horas do dia vinte e um de maio de mil novecentos e sessenta e três, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Silvestre Pericles, Presidente, presentes os Senhores Senadores Aloysio de Carvalho, Leite Neto, Antônio Carlos e Nelson Maculan, reúne-se a Comissão de Serviço Público Civil.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Senhores Senadores Sigefredo Pacheco e Padre Calazans.

É lida, e sem alterações aprovada a Ata da reunião anterior.

Iniciando o estudo da matéria constante de pauta o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Leite Neto que emite parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1963 — que dispõe sobre a readaptação a que se refere o capítulo X da Lei nº 3.789, de 12 de julho de 1960 (Apresentado pelo Senhor Senador Nogueira da Gama).

Em discussão a proposição deliberada a Comissão, por proposta dos Senhores Senadores Aloysio de Carvalho e Antônio Carlos, sejam ouvidos preliminarmente o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)

e a Comissão de Classificação de Cargos.

A seguir, o Senhor Presidente, concorda o artigo 145, do Regimento Interno, solicita ao Secretário providenciar a realização das diligências julgadas necessárias.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

(*) — Republique-se por ter saído com incorreção.

Comissão do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1963

Que dá nova redação aos artigos 26 e 63 da Constituição Federal (Administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

As 16,30 horas, do dia 14 de maio de 1963, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jefferson de Aguiar, Ruy Carneiro, Lobão da Silveira, Wilson Gonçalves, Menezes Pimentel, Leite Neto, Amaury Silva, Bezerra Neto, Pinto Ferreira, Eduardo Catalão, Vasconcelos Torres, Eurico Rezende, Daniel Krieger, Milton Campos, Aloysio de Carvalho e Josaphat Marinho, reúne-se a Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1963.

Em obediência ao preceito Regimento, assume a presidência o Senhor Senador Menezes Pimentel que, declarando instalada a Comissão Especial, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através escrutínio secreto, por cédulas uninominais, como prevê o artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Senhor Senador Pinto Ferreira

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Votos

Para Presidente:

— Senador Eurico Rezende 15
— Senador Bezerra Neto

Para Vice-Presidente:

— Senador Eduardo Catalão 15
— Senador Vasconcelos Torres 1

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa para Relator da matéria precipua a Comissão Especial do Senhor Senador Josaphat Marinho.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Eurico Jacy Alar, Secretário Ad Hoc, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1962

Que dá nova redação ao artigo 20 da Constituição. (Determina a entrega aos municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

As 16,30 horas, do dia 13 de maio de 1963, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jefferson de Aguiar, Ruy Carneiro, Lobão da Silveira, Wilson Gonçalves, Leite Neto, Menezes Pimentel, Pinto Ferreira, Nogueira da Gama, Barros Carvalho, Milton Campos, Heribaldo Vieira, Josafá Marinho, Daniel Krieger, Eurico Re-

zende, Mem de Sá e Miguel Couto, reúne-se a Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição número 5, de 1962.

Em obediência ao preceito Regimental assume a presidência o Senhor Senador Menezes Pimentel que, declarando instalada a Comissão Especial, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto, por cédulas uninominais, como prevê o artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Senhor Senador Miguel Couto.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:	
Senador Menezes Pimentel	15
Senador Mem de Sá	1
Para Vice-Presidente:	
Senador Josafá Marinho	15
Senador Miguel Couto	1

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa Relator da matéria precipua à Comissão Especial, o Sr. Senador Jefferson de Aguiar.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Eurico Jacy Auler, Secretário Ad hoc, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1962.

Que institua nova disciplina de rendas em favor dos Municípios brasileiros.

As 17,00 horas, do dia 21 de maio de 1963, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jefferson de Aguiar, Wilson Gonçalves, Ruy Carneiro, Lobão da Silveira, Leite Neto, Menezes Pimentel, Silvestre Péricles, Nogueira da Gama, Barros Carvalho, Milton Campos, Heribaldo Vieira, Josafá Marinho, Eurico Rezende, Daniel Krieger, Aloysio de Carvalho e Lino de Matos, reúne-se a Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1962.

Em obediência ao preceito Regimental, assume a presidência o Senhor Senador Menezes Pimentel que, declarando instalada a Comissão Especial, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto por cédulas uninominais, previsto no artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Senhor Aloysio de Carvalho.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:	
Senador Silvestre Péricles	15
Senador Ruy Carneiro	1
Para Vice-Presidente:	
Senador Heribaldo Vieira	15
Senador Daniel Krieger	1

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa Relator da matéria precipua à Comissão Especial, o Sr. Senador Eurico Rezende.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Eurico Jacy Auler, Secretário Ad hoc, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1962.

Que altera a redação do artigo 186 da Constituição, referente à obrigatoriedade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira instituindo a proibição de nomeações interinas.

As 17,00 horas, do dia 23 de maio de 1963, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jefferson de Aguiar, Wilson Gonçalves, Ruy Carneiro, Lobão da Silveira, Leite Neto, Menezes Pimentel, Silvestre Péricles, Nogueira da Gama, Barros Carvalho, Milton Campos, Heribaldo Vieira, Eurico Rezende, João Agripino, Daniel Krieger, Aloysio de Carvalho e Aurélio Vianna, reúne-se a Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1962.

Em obediência ao preceito Regimental, assume a presidência o Senhor Menezes Pimentel que, declarando instalada a Comissão Especial, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto, por cédulas uninominais, previsto no artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Senhor Senador Heribaldo Vieira.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:	
Senador Leite Neto	15
Senador Eurico Rezende	1
Para Vice-Presidente:	
Senador João Agripino	15
Senador Silvestre Péricles	1

O Senhor Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa Relator da matéria precipua à Comissão Especial o Senhor Senador Aurélio Vianna.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Eurico Jacy Auler, Secretário ad-hoc, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.

Que acrescenta item ao artigo 3º do Capítulo II Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4, de 1961, que institui o sistema parlamentar de governo.

As 17,00 horas, do dia 17 de maio de 1963, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Menezes Pimentel, Ruy Carneiro, Lobão da Silveira, Jefferson de Aguiar, Bezerra Neto, Guido Mondim, Pinto Ferreira, Amaury Silva, Vivaldo Lima, Daniel Krieger, Eurico Rezende, Milton Campos, Heribaldo Vieira, Lopes da Costa, Aloysio de Carvalho e Lino de Matos, reúne-se a Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.

Em obediência ao preceito Regimental assume a presidência o Senhor Senador Menezes Pimentel que, declarando instalada a Comissão Especial, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto, por cédulas uninominais, previsto no artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Sr. Senador Vivaldo Lima.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Ruy Carneiro	15
Senador Jefferson de Aguiar	1

Para Vice-Presidente:

Senador Heribaldo Vieira	15
Senador Amaury Silva	1

O Senhor Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa Relator da matéria precipua à Comissão Especial, o Senhor Senador Pinto Ferreira.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Eurico Jacy Auler, Secretário ad-hoc, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1961.

Que dá nova redação ao artigo 63, item I, da Constituição Federal (dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado, incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento e reatamento de relações diplomáticas com países estrangeiros).

As 17,00 horas, do dia 16 de maio de 1963, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Menezes Pimentel, Wilson Gonçalves, Lobão da Silveira, Ruy Carneiro, Guido Mondim, Silvestre Péricles, Vivaldo Lima, Amaury Silva, Pinto Ferreira, Eurico Rezende, Daniel Krieger, Milton Campos, Heribaldo Vieira, Lopes da Costa, Aloysio de Carvalho e Lino de Matos, reúne-se a Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1961.

Em obediência ao preceito Regimental assume a presidência o Senhor Senador Menezes Pimentel que, declarando instalada a Comissão Especial, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto, por cédulas uninominais, previsto no artigo 81 do Regimento Interno para tanto designando Escrutinador o Senhor Senador Guido Mondim.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:	
Senador Wilson Gonçalves	15
Senador Lobão da Silveira	1

Para Vice-Presidente:

Senador Milton Campos	15
Senador Lopes da Costa	1

O Senhor Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa Relator da matéria precipua à Comissão Especial o Senhor Senador Pinto Ferreira.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Eurico Jacy Auler, Secretário ad-hoc, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961.

Que dá nova redação ao item III do artigo 95 da Constituição Federal (Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes).

As 17,00 horas, do dia 15 de maio de 1963, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jefferson de Aguiar, Lobão da Silveira, Ruy Carneiro, Benedito Valadares, Wilson Gonçalves, Silvestre

Péricles, Bezerra Neto, Nogueira da Gama, Lopes da Costa, Daniel Krieger, Barros Carvalho, Milton Campos, Heribaldo Vieira, Ruy Palmeira, Aloysio de Carvalho e Mem de Sá, reúne-se a Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961.

Em obediência ao preceito Regimental, assume a presidência o Senhor Senador Silvestre Péricles que, declarando instalada a Comissão Especial, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto por cédulas uninominais, previsto no art. 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Senhor Senador Mem de Sá.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:	
Aloysio de Carvalho	15
Milton Campos	1

Para Vice-Presidente:

Senador Milton Campos	15
Nogueira da Gama	1

O Senhor Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa Relator da matéria precipua à Comissão Especial, o Senhor Senador Silvestre Péricles.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Eurico Jacy Auler, Secretário Ad-hoc, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963.

Que altera a redação do inciso IX do artigo 157 da Constituição (referente ao trabalho de menores e ao trabalho em indústrias insalubres).

As 16,30 horas, do dia 16 de maio de 1963, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jefferson de Aguiar, Ruy Carneiro, Lobão da Silveira, Wilson Gonçalves, Menezes Pimentel, Leite Neto, Amaury Silva, Bezerra Neto, Pinto Ferreira, Silvestre Péricles, Argemiro de Figueiredo, Eurico Rezende, Milton Campos, Daniel Krieger, Josaphat Marinho e Aloysio de Carvalho, reúne-se a Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963.

Em obediência ao preceito Regimental, assume a presidência o Senhor Senador Menezes Pimentel que, declarando instalada a Comissão Especial, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto, por cédulas uninominais, como prevê o artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando para Escrutinador o Senhor Senador Leite Neto.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:	
Senador Aloysio de Carvalho	15
Senador Amaury Silva	1

Para Vice-Presidente:

Senador Bezerra Neto	15
Senador Ruy Carneiro	1

O Senhor Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa Relator da matéria precipua à Comissão Especial o Senhor Senador Wilson Gonçalves.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Eurico Jacy Auler, Secretário Ad-hoc, a

presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1963.

Que altera os artigos 141, 146 e 147 da Constituição Federal (referente ao direito de propriedade).

As 16.30, horas do dia 15 de maio de 1963, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Jefferson de Aguiar, Ruy Carneiro, Lobão da Silveira, Wilson Gonçalves, Menezes Pimentel, Heribaldo Vieira, Amaury Silva, Bezerra Neto, Artur Virgílio, Silvestre Péricles, Pinto Ferreira, Eurico Rezende, Milton Campos, João Agripino, Jesaphat Marinho e Aloysio de Carvalho, reúne-se a Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1963.

Em obediência ao preceito Regimentoal, assume a presidência o Senhor Senador Menezes Pimentel que, declarando instalada a Comissão Especial, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente através de escrutínio secreto, por cédulas uninominais como prevê o artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Senhor Senador João Agripino.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Ruy Carneiro 15 votos
Senador Artur Virgílio 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Heribaldo Vieira .. 15 votos
Senador Wilson Gonçalves. . 1 voto

O Senhor Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa Relator da matéria precípua à Comissão Especial o Senhor Senador Milton Campos.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu Eurico Jaci Auler, Secretário Ad-Hoc, a presente ata que uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.

Que altera a redação dos §§ 1º e 3º do artigo 60 da Constituição Federal (aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

As 16.30 horas, do dia 14 de maio de 1963, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jefferson de Aguiar, Ruy Carneiro, Lobão da Silveira, Wilson Gonçalves, Benedito Valladares, Menezes Pimentel, Pinto Ferreira, Nogueira da Gama, Barros Carvalho, Milton Campos, Heribaldo Vieira, Jesaphat Marinho, Daniel Krieger, Eurico Rezende, Mem de Sá e Júlio Leite, reúne-se a Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.

Em obediência ao preceito Regimentoal, assume a presidência o Senhor Senador Menezes Pimentel que, declarando instalada a Comissão Especial, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto, por cédulas uninominais, como prevê o artigo 81 do Regimento Interno, para tanto

designando Escrutinador o Senhor Senador Júlio Leite.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Pinto Ferreira 15 votos
Senador Daniel Krieger ... 1 voto

Para Vice-Presidente:

Eurico Rezende 15 votos
Senador Benedito Valladares 1 voto

O Senhor Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa Relator da matéria precípua à Comissão Especial o Senhor Senador Lobão da Silveira.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu Eurico Jaci Auler, Secretário Ad-Hoc, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

ATA DA 43ª SESSÃO, EM 24 DE MAIO DE 1963 — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA.

PRESIDENCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

A 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs.:

Adalberto Sena
José Guimard
Arthur Virgílio
Cattete Pinheiro
Menezes Pimentel
Dinaite Mariz
Walfredo Gurgel
Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz
Silvestre Péricles
Heribaldo Vieira
Aloysio de Carvalho
Eduardo Catalão
Jefferson de Aguiar
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Nogueira da Gama
Armando Storn
Bezerra Neto
Amaury Silva
Guido Mondim
Mem de Sá (22).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença registra o comparecimento de 22 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário lê a ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

Parecer nº 182, de 1963

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 1962, que altera dispositivos do Decreto-lei número 9.218, de 1946, que autoriza a instituição da Fundação da Casa Popular.

Relator: Sr. Heribaldo Vieira.

O Decreto-lei nº 9.218, de 1 de maio de 1946, que instituiu a Fundação da Casa Popular, ao fixar as suas atribuições estabeleceu que ela se destinará "a proporcionar a brasileiros ou estrangeiros, com mais de dez anos de residência no país, ou com filhos brasileiros, a aquisição ou construção de moradia própria, em zona urbana ou rural".

O Decreto-lei nº 9.777, de 6 de setembro do mesmo ano incumbiu a referida Fundação de "financiar, na zona rural, a construção, reparação ou melhoramento de habitação para os trabalhadores, de arquitetura simples e de baixo custo, mas que atendam aos requisitos mínimos de higiene e co-

fôrto, bem como suprimento de energia elétrica".

O Decreto-lei nº 33.427, de 30 de julho de 1945, autoriza as instituições federais de previdência social da Fundação da Casa Popular e das Caixas Econômicas Federais a colaborarem, mediante financiamento e assistência técnica, com entidades estaduais e municipais, dotadas de personalidade jurídica e patrimônio próprio e com as sociedades de economia mista, cooperativas, etc., na construção ou financiamento de construção de habitação de tipo popular.

Todavia, verifica-se que a construção da casa popular quase não se faz presente na zona rural, em que pese as autorizações legais existentes nos decretos citados.

Enquanto isso o êxodo das populações camponesas para as cidades cresce dia a dia tornando cada vez mais aguda a carência do braço operário nos campos.

Nesta hora, em que a reforma agrária é apontada como dos mais graves problemas de base com prioridade nas soluções reclamadas para o combate ao sub-desenvolvimento, nenhum esforço deve ser desviado na fixação do homem do campo, à sua gleba.

Este Projeto tem essa finalidade.

Dá uma destinação específica aos recursos da Fundação da Casa Popular, obrigando o empréstimo de 50% dos mesmos na aquisição ou construção de moradias em zonas rurais.

A maior assistência ao trabalhador do campo que o Projeto tem em mira concorrerá, não resta dúvida, para atenuar fatores negativos da nossa produção agrícola, pela assistência que levará ao ruralista na obtenção da moradia própria.

Com esses argumentos, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1963. — Vivaldo Lima, Presidente. — Heribaldo Vieira, Relator. — José Guimard. — Walfredo Gurgel. — Amaury Silva. — Raul Giuberti.

Parecer nº 183, de 1963

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei nº 2.610-B, de 1961, da Câmara, de autoria do Deputado Plínio Lenos, que altera dispositivos do Decreto-lei número 9.218, de 1946, sobre a Fundação da Casa Popular.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

1. Quer o presente Projeto de Lei, modificando o Decreto-lei nº 9.218, de 1 de maio de 1946, que se destina metade dos recursos daquela instituição a aquisição ou construção de moradias em zonas rurais.

2. Na realidade não se trata de alterar a legislação e sim de tornar efetivas as finalidades da Fundação da Casa Popular, não limitando suas construções somente às zonas urbanas, de vez que o artigo segundo do Decreto-lei nº 9.218, de 1 de maio de 1946, assim preceituou os objetivos da instituição: "proporcionar a brasileiros ou estrangeiros com mais de dez anos de residência no país ou com filhos brasileiros a aquisição ou construção de moradia própria, em zona urbana ou rural".

3. Opina a Comissão de Finanças pela aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 22 de maio de 1963. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Wilson Gonçalves. — Eduardo Catalão. — Lobão da Silveira. — Irineu Bornhausen. — Lopes da Costa. — Mem de Sá.

Pareceres ns. 184, 185 e 186, de 1963

Nº 184, DE 1963

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 174, de 1962 (nº 480-B de 1959, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado à construção do edifício do Ambulatório, Posto de Puericultura e Creche da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, na Capital de São Paulo.

Relator: Sr. Ruy Carneiro.

Pelo presente projeto, é autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões), destinado à construção do edifício do Ambulatório, Posto de Puericultura e Creche da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, na capital de São Paulo.

Do ponto de vista jurídico e constitucional, nada há a opor à proposição, sendo-lhe, pois, favorável nosso parecer.

Sala das Comissões, em 30 de janeiro de 1963. — Jefferson de Aguiar, Presidente. — Ruy Carneiro, Relator. — Lobão da Silveira. — Heribaldo Vieira. — Silvestre Péricles. — Milton Campos.

Nº 185, DE 1963

Da Comissão de Saúde Pública, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 174 de 1962 (Projeto de Lei nº 480-B-59 — na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado à construção do edifício do Ambulatório, Posto de Puericultura e Creche da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, na Capital de São Paulo.

Relator: Sr. Pedro Ludovico.

O Deputado Lauro Cruz apresentou um projeto de Lei da Câmara número 174, de 1962, autorizando o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado à construção do edifício do Ambulatório, Posto de Puericultura e Creche da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, na Capital de São Paulo.

Foi aprovado na Câmara dos Deputados, cujas Comissões, ouvidas a respeito, foram inteiramente favoráveis, realçando a utilidade e os benefícios que a obra prestará à população pobre da zona em que está situada.

Ouvindo a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, concordou com a sua constitucionalidade.

Analisando a proposição, somos de parecer que a mesma deve ser aprovada, pois a sua finalidade é muito nobre e de fundo social.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 1963. — Senador Lopes da Costa, Presidente. — Senador Pedro Ludovico, Relator. — Senador Miguel Couto.

Nº 186, DE 1963

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara número 174, de 1962 (nº 480-B-59, na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado à construção do edifício do Ambulatório, Posto de Puericultura e Creche da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, na Capital de São Paulo.

Relator: Srs. Lopes da Costa.

O projeto em aprêço de iniciativa do nobre Deputado Lauro Cruz, objetiva autorizar o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado a auxiliar a construção do edifício do Ambulatório, Posto de puericultura e Creche da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, na Capital de São Paulo.

As Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação vêm, desde 1958, através de seu ambulatório, de uma creche e de um Posto de Puericultura em regime de semi-internato, prestando inestimável obra de assistência médica e social a inúmeras filhas de operários.

O Jardim de Infância, além de ministrar instrução, concede refeições gratuitas a centenas de crianças pobres da Vila Anastácio, em São Paulo.

No Serviço de Ambulatório, com um movimento ininterrupto durante todas as horas do dia, as Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, especializadas na prática de enfermagem hospitalar, prestam os mais variados serviços de pronto socorro.

Só no ano de 1958, o Posto de Puericultura atendeu mais de 10 mil crianças e, através de seu serviço pré-natal, 500 gestantes pobres.

A benemerita Congregação está registrada no Conselho Nacional do Serviço Social do Ministério da Educação e Cultura e inscrita como pessoa jurídica.

Fundada há quase dez anos, vem desenvolvendo serviços no campo social e assistencial à infância e à juventude através das obras mencionadas.

O ilustre Deputado Lauro Cruz, autor da matéria, ressaltou documentadamente as benemerências das atividades assistenciais das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação numa das zonas mais carentes de assistência social e hospitalar da cidade de São Paulo.

Conta hoje, a Congregação, com poucos anos de funcionamento, com milhares de matriculas no seu Posto de Puericultura, atendendo, anualmente, cerca de 12 mil crianças pobres até a idade de 12 anos.

O Projeto está devidamente instruído e as cautelas de ordem legal plenamente satisfeitas.

Em face, pois, da inegável utilidade e dos benefícios da obra para a qual é proposto o crédito como auxílio financeiro, esta Comissão e de parecer que o projeto merece ser aprovado.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1963. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente. — *Lopes da Costa*, Relator. — *Wilson Gonçalves*. — *Bezerra Neto*. — *Eduardo Catalão*. — *Irineu Bornhausen*. — *Lobão da Silveira*. — *Ment de Sá*.

Pareceres ns. 187, 188 e 189, de 1963

Nº 187, DE 1963

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1963 (de autoria do Senador Miguel Couto Filho), que inclui no Plano Rodoviário Nacional, Programa de Primeira Urgência, a construção da ponte rodoviária entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

1. Em iniciativa de significação nacional, o Senador Miguel Couto oferece o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1963, que, em seu artigo primeiro, declara incluída no Plano Rodoviário Nacional, Programa de Primeira Urgência, a construção de uma ponte rodoviária, ligando as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, através da Baía de Guanabara.

2. Sob o ponto de vista jurídico-constitucional, estamos que a proposição é vulnerada pelos seus arts. 2º e 3º, quando manda abrir, no corrente

exercício, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — DNER, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) e consigna dotações no Orçamento da União a partir de 1964. Através desses dispositivos, incursionou, e profundamente, na área expressamente proibida ao Senado, "ex vi" o disposto no § 1º, "in fine", do art. 67, da Constituição Federal.

3. Entretanto, a inconstitucionalidade, a bem dizer parcial, pode e deve ser sanada, a fim de que se não interrompa o curso de matéria de tão alta relevância como esta formulada pelo eminente Senador Miguel Couto Filho, a qual honra o Senado da República.

4. Somos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1963, oferecendo o seguinte

SUBSTITUTIVO

Art. 1º Fica incluído no Plano Rodoviário Nacional — Programa de Primeira Urgência — a construção do prolongamento da BR-1 à BR-85, por meio de uma ponte rodoviária, inclusive seus acessos, ligando a cidade do Rio de Janeiro à de Niterói, através da Baía de Guanabara.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a promover os estudos, pesquisas e projetos de construção da ponte Rio-Niterói, utilizando, para esse fim, recursos do Fundo Rodoviário Nacional.

Art. 3º A partir do ano de 1964, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, providenciará a inclusão, no seu Orçamento, a conta de Fundo Rodoviário Nacional, de dotações específicas para as obras de construção da Ponte Rio-Niterói.

Art. 4º O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem poderá, mediante autorização expressa em Decreto do Presidente da República, assinado na Pasta da Viação e Obras Públicas, outorgar a execução das obras de que trata a presente lei, por concessão, em concorrência pública na qual se fixarão detalhadamente as condições de interesse público, inclusive encampação da concessão, a qualquer tempo, mediante o pagamento prévio, em moeda nacional, do saldo que a conta de investimentos pelo custo histórico vier a apresentar.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1963. — *Wilson Gonçalves*, Presidente. — *Bezerra Neto*, Relator. — *Josephat Marinho*. — *Pinto Ferreira*. — *Aloysio de Carvalho*. — *Daniel Krieger*. — *Lobão da Silveira*.

Nº 188, DE 1963

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o Projeto de Lei nº 8, de 1963 (autor Senador Miguel Couto Filho), que inclui no Plano Rodoviário Nacional, Programa de Primeira Urgência, a construção da ponte rodoviária entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

1. Objetiva esta proposição incluído no Plano Rodoviário Nacional, Programa de Primeira Urgência, a construção de uma ponte rodoviária ligando as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, através da Baía de Guanabara, ou seja no prolongamento da BR-1 à BR-85.

2. A Comissão de Constituição e Justiça ofereceu um substitutivo para sanar as medidas de iniciativa financeira deferidas ao Senado, "ex vi" do texto constitucional (67, § 1º), elaborando novo projeto nas linhas da proposição obrigatória.

3. Apreciando esta iniciativa, na função específica desta Comissão, somos de que o projeto acertou a opção para que se construa a ponte dentro do nosso plano rodoviário, como o melhor meio de ligação entre as ca-

pais guanabarina e fluminense. Perfilhou-se, na velha controversia técnica, ao lado da solução mais viável, sem nenhuma dúvida: a ponte.

4. Especialistas (engenheiros, militares, economistas e administradores; publicistas, políticos e leigos (também têm direito...), trataram da matéria; mas, numa sucinta conclusão de tudo quanto se escreveu, vê-se como absolutamente desaconselhável, senão quimérica, a construção do túnel, em tôrda a linha com desvantagem no confronto à ideia ponte.

Lemos, há pouco, num trabalho do Engenheiro Alberto Lelio Moreira (Revista do Serviço Público, vol. 94, número 4) o desfile dos elementos do conflito, onde o projeto ponte ganha pelos fatores de ordem técnica, econômica, estratégica, de segurança e de eficiência no serviço proposto.

No caso específico do túnel Rio-Niterói basta se ponderar sobre o seu excepcional comprimento, "apresentando um desenvolvimento certamente do dobro dos maiores túneis hoje em uso", para se concluir que poderia provocar problemas que, se não antes desconhecidos, serão pelo menos de escala bem maior do que os registrados nos túneis atualmente em tráfego.

5. O túnel subaquático Rio-Niterói, informa aquele estudo, projetado pela Eudes et Entreprises (único aprovado), prevê uma escavação de 6.103m em rocha, a qual deverá atingir, no seu ponto mais baixo a cota de 90m abaixo do nível das águas. Não há obra de tamanha profundidade no mundo, pois a maior, e, aliás, a do túnel do Querceno, Inglaterra, com a cota de 51m.

6. A obra túnel exigiria uma organização abastecedora, a começar por estaleiros e outras indústrias de assistência, o que é fantástico quer que existam desde logo em nosso país, a lutar contra o sucado envolvido, derrotado na batalha pela produção de artigos primários, ganhando apenas a batalha dos desenhos, dos relatórios e das manchetes. A ponte simplifica a relação à outra solução os problemas de iluminação, sinalização, ventilação, bombeamento, potência instalada, emergência, revestimento, policiamento, tensão nervosa e outros.

7. A ligação Rio-Niterói, através de ponte, tem com seus maiores idealizadores os projetos do arquiteto francês Leon Deseclier Varenne (arcos de concreto armado, com vários pisos para estabelecimento de comércio e outros usos), do engenheiro Cornélio Cesar Hauser (ponte suspensa) e do engenheiro Manoel Mendes (ponte pênsil), a do engenheiro Antonio Ronha (ponte pênsil). A realidade mostra, mundo afora, que as grandes ligações a ponte são o caminho, como fator de mais rápido desenvolvimento econômico-social.

8. Sob o ponto de vista militar, da segurança e estratégica, maior na imprensa, nestes dias, que o Exército Maior acompanha o assunto e já compatível a construção ora proposta, com os imperativos da defesa da vida nacional.

9. Nos termos do art. 101, parágrafo 1º, do Regimento Interno, ao apreciar o mérito do projeto, a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, pela aprovação do substitutivo oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual torna parte integrante do projeto.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1963. — *Sebastião*, Presidente. — *Bezerra Neto*, Relator. — *Miguel Couto*. — *Zacarias*. — *Lobão da Silveira*.

Nº 189, DE 1963

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1963, que inclui no Plano Rodoviário Nacional, Programa de Primeira Urgência, a construção de

de ponte rodoviária entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, através da Baía de Guanabara.

Relator: Sr. Lobão da Silveira.

Apresentado pelo nobre Senador Miguel Couto Filho, o Projeto em exame inclui no Plano Rodoviário Nacional, Programa de Primeira Urgência, a construção de uma ponte rodoviária, ligando as cidades do Rio de Janeiro a Niterói através da Baía de Guanabara.

O projeto foi considerado constituinte pela douta Comissão de Constituição e Justiça. E foi a ele também favorável o pronunciamento emitido pela Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, que opinou pela adoção do seguinte substitutivo:

"Art. 1º Fica incluído no Plano Rodoviário Nacional — Programa de Primeira Urgência — a construção do prolongamento da BR-1 à BR-85, por meio de uma ponte rodoviária, inclusive seus acessos, ligando a cidade do Rio de Janeiro à de Niterói, através da Baía de Guanabara."

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a promover os estudos, pesquisas e projetos de construção da ponte Rio-Niterói, utilizando, para esse fim, recursos do Fundo Rodoviário Nacional.

Art. 3º A partir do ano de 1964, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, providenciará a inclusão, no seu Orçamento, a conta de Fundo Rodoviário Nacional, de dotações específicas para as obras de construção da Ponte Rio-Niterói.

Art. 4º O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem poderá, mediante autorização expressa em Decreto do Presidente da República, assinado na Pasta da Viação e Obras Públicas, outorgar a execução das obras de que trata a presente lei por concessão, em concorrência pública, na qual se fixarão detalhadamente as condições de interesse público, inclusive encampação da concessão, a qualquer tempo, mediante o pagamento prévio, em moeda nacional, do saldo que a conta de investimentos pelo custo histórico vier a apresentar.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário."

Indicadas as modificações veiculadas pelo substitutivo pelos órgãos técnicos do Ministério da Viação e Obras Públicas, ficam assim atendidas as observações legislativas constituintes na lei necessária para autorizar a construção do prolongamento de BR-1 à BR-85 por meio de uma ponte rodoviária, através da Baía de Guanabara, e os recursos necessários para essa obra serão providos nos futuros Orçamentos da União.

Chegando, pois, à parte conclusiva do nosso trabalho, observaremos que, a constante a grandiosidade e o caráter público ligada à obra de que trata o projeto, suas implicações financeiras carecem de significação maior, dado o simples caráter autorizativo de que se reveste, para atribuir dotações financeiras específicas para o objetivo em evidência.

Assim, em linha de consciência com o ensino, opinamos pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo oferecido pela Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, pelo parecer.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1963. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente. — *Lobão da Silveira*, Relator. — *Bezerra Neto*. — *Irineu Bornhausen*. — *Lopes da Costa*. — *Eduardo Catalão*. — *Wilson Gonçalves*. — *Ment de Sá*.

recerres ns. 190, 191 e 192, de 1963

Nº 190, DE 1963

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre Projeto de Lei da Câmara nº 185, de 1962, que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências.

Relator: Sr. Milton Campos.

O projeto de 185-62 aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965.

Esse Plano resultou de mensagem do Governo e, na Câmara dos Deputados, a Comissão Especial, tendo como relator o Deputado João Aguiar, ofereceu Substitutivo, que foi aprovado naquela Casa do Congresso Nacional e ora está submetido ao Senado.

Não há qualquer embaraço de natureza constitucional que possa obscurar o andamento do projeto, cujo xame, quanto ao mérito, deverá ser feito por outras Comissões.

Sala das Comissões, em 23 de janeiro de 1963. — Jefferson de Aguiar, Presidente — Milton Campos, Relator — Afrânio Lages — Sérgio Maitino — Ary Vianna — Silvestre Pêças, com restrições — João Villasboas, Mem de Sa.

Da Comissão do Polígono das Secas, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 185, de 1962, (nº 4.696 na Casa de origem), que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965 e dá outras providências.

Relator: Sr. Aurélio Vianna.

O Congresso Nacional, ao criar a SUDENE, reconheceu a necessidade de que a região nordestina fosse objeto de atenção particular da parte do Poder Público Federal. A existência dos últimos decênios demonstrou que, ao ignorar as peculiaridades das áreas como o Nordeste, o próprio Poder Público contribuiu para acentuar as desigualdades de níveis de vida entre importantes grupos demográficos do país. Região essencialmente agrícola exportadora, o Nordeste, ao enfrentar as barreiras alfandegárias erigidas para proteger as indústrias nascentes do Centro-Sul, sofreu grave processo de desajustamento em época em que o País rapidamente se desenvolvia.

Aproximadamente metade dos 200 milhões de dólares que exporta o Nordeste, atualmente, é dependida de produtos adquiridos no Centro-Sul principalmente manufaturados. Desta forma, a região representa um importante mercado, para as indústrias em expansão do Centro-Sul do País. Mas ao pagar por essas manufaturas os preços elevados pela proteção alfandegária e ao não beneficiar-se com o aumento de emprego criado pela industrialização, o Nordeste contribui com sacrifícios sem receber contrapartida. É o seu empobrecimento a verdadeira causa, com prejuízo para as próprias sementes que lá encontram um mercado.

Ao criar a SUDENE, o Congresso Nacional reconheceu a necessidade de medidas compensatórias, orientadas no sentido de aumentar as fontes de emprego na região e de diversificar a sua economia. As atribuições que deu a Lei à SUDENE podem ser agrupadas em três itens:

1.º — Aplicação intensiva de recursos visando a aperfeiçoar o fator humano e a conhecer melhor os recursos naturais da região;

2.º — Ordenação dos investimentos em infraestrutura a fim de evitar toda duplicação de esforços e desperdício de recursos;

3.º — Administração de incentivos diferenciados à iniciativa privada,

com vistas a compensar desvantagens criadas pelo próprio atraso relativo da economia regional.

A plena efetivação dessa política teve início apenas em 1952, com a execução do Primeiro Plano Diretor, votado pelo Congresso em caráter experimental com vigência de um ano.

Caberia, portanto, indagar o que de concreto apresenta a SUDENE, com respeito à execução do Primeiro Plano.

No que respeita ao melhor conhecimento dos recursos naturais da região, os estudos já realizados ou em realização pelos técnicos da SUDENE nos tabuleiros do Nordeste Oriental, na caatinga são-franciscana e nas florestas maranhenses, já permitem antever a criação de uma nova agricultura no Nordeste. Há apenas duas semanas, foi instalado o primeiro sistema de irrigação por aspersão naquela caatinga, após identificação de 200 mil hectares de terras altas, irrigáveis no submédio São Francisco.

Com respeito à ordenação dos investimentos em infraestrutura, merece destaque a inauguração da energia de Paulo Afonso no Estado do Rio Grande do Norte. Mediante uma concentração de recursos que dificilmente se realizaria sem o Plano Diretor da SUDENE, foi possível investir mais de um bilhão de cruzéis para levar uma linha de transmissão de Angelim a Santa Cruz, cabendo investir outro bilhão nos próximos meses para alcançar Natal. Idêntico esforço está sendo realizado em outros setores básicos, como o de abastecimento de água, cabendo indicar que a SUDENE está financiando obras neste momento, em mais de 70 cidades nordestinas.

Por último, no que se relaciona com os incentivos à iniciativa privada, os frutos da Lei 3.692, que criou a SUDENE, já podem ser percebidos quantitativamente. Entre 1960 a 1962 foram aprovados 107 projetos industriais para a região, representando investimentos privados da ordem de 40 bilhões de cruzéis, aos preços de 1962. Um claro demonstrativo de recuperação, provocada no Nordeste pelo incentivo da Lei da SUDENE, e dado pelo fato de que a participação nordestina nas emissões de capital das sociedades anônimas do todo o país passou de 1,9% média do período 1957-1959, para 5,3 por cento média do período 1960-1962.

O acerto da criação de um órgão que deva pautar a sua ação no estrito planejamento, e comprovado, assim, pela experiência já vivida. Tornase, entretanto, indispensável que esse planejamento não sofra solução de continuidade.

O projeto em exame aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, dando, ainda outras providências relacionadas com o assunto.

Trata-se de substitutivo a projeto enviado ao Congresso pelo Poder Executivo, formulado pela Comissão Especial constituída na Câmara para o estudo da matéria.

Cabe observar que o presente substitutivo mantém a mesma orientação geral do projeto originário da SUDENE, ampliando apenas a programação de obras, razão pela qual o crédito especial previsto no artigo 87, para execução, no exercício de 1963, do Plano Diretor, foi majorado de Cr\$ 28.340.343.000,00 para Cr\$ 40.550.000.000,00.

Da leitura da mensagem encaminhadora da matéria ao Congresso, verifica-se que o Segundo Plano Diretor da SUDENE "é um desenvolvimento do Primeiro Plano já discutido com toda amplitude em 1960 e assegura a continuidade no esforço que está sendo realizado para a integração do Nordeste na corrente do desenvolvimento nacional".

No quadro da política de desenvolvimento do Nordeste, traçada pelo Governo da República — diz o documento em referência — o que se fez até o presente foi da mais alta importância para aquela região; não só pela adoção de critérios econômicos e sociais para a aplicação dos investimentos públicos; como, sobretudo, pela disciplina da ação executiva das agências do Governo que atuam no Nordeste, as quais vêm obedecendo à norma contida no Plano em plena execução.

Esclareça, outrossim, o Superintendente da SUDENE, na exposição de motivos dirigida ao Conselho de Ministros, que ao contrário do Primeiro Plano Diretor, em que os investimentos infra-estruturais representavam 75 por cento do esforço total a construção da infra-estrutura de transporte e de fornecimento de energia já não absorverá mais de 46 por cento dos recursos, neste Segundo Plano. E, que os investimentos diretamente ligados à produção tiveram sua participação elevada de 15 para 24 por cento do total.

A experiência já demonstrou — a fonte é ainda a exposição de motivos do Superintendente da SUDENE — que, elevando-se a eficiência e garantindo-se a regular execução das obras é possível reduzir, sem prejuízo dos resultados a alcançar, o montante dos investimentos infra-estruturais. A concentração de esforços na construção da infra-estrutura é explicável nas primeiras fases do desenvolvimento, mas deve ser superada assim que o Poder Público esteja aparelhado para entrar em setores mais completos.

Vamos, pois, à análise objetiva do Plano, contido em um texto que compreende 83 artigos, distribuídos através de 6 capítulos, seguidos de 12 anexos, nos quais, para diferentes fins, estão indicadas as dotações previstas em 1963, 1964 e 1965. Esses Anexos relacionam-se com os seguintes assuntos: Transporte; Eletrificação; Levantamento Sistemático e Aproveitamento de Recursos Naturais; Reestruturação da Economia Agrícola; Desenvolvimento Integrado dos Grandes Vales da Região Semi-Árida e Perfuração de Poços; Política de Industrialização; Desenvolvimento da Pesca; Racionalização do Abastecimento; Ajuda Técnico-Financeira do Artesanato; Serviço de Água Potável e Esgotos; Pré-investimentos diretamente ligados ao aperfeiçoamento do fator humano; Programa de Habitação Popular; Colaboração da SUDENE com os Governos Estaduais.

CAPÍTULO I

Integrado por um único artigo, dispõe sobre a aprovação do Plano Diretor contido justamente no texto subordinado aos demais capítulos e nos anexos.

CAPÍTULO II

Trata da criação do Fundo de Investimentos, para o Desenvolvimento do Nordeste (FIDENE), destinado a garantir a exequibilidade financeira dos projetos e obras, considerados prioritários, relevantes ou de interesse para a economia do Nordeste.

Ao artigo que trata da criação do Fundo, seguem-se outros, com disposições complementares sobre o assunto.

CAPÍTULO III

Este capítulo trata dos incentivos fiscais e, em seu artigo 13, estabelece que, até o exercício de 1968, inclusive, os empreendimentos industriais e comerciais que se instalarem na área de atuação da SUDENE ficarão isentos de imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 anos, a contar da entrada em operação de cada empreendimento.

O aumento de capital ou incorporação de reservas (art. 16), mediante reavaliação de ativo, de empresas in-

dustriais e agrícolas localizadas na área de atuação da SUDENE, é isento de quaisquer impostos e taxas federais "desde que realizado até um ano após a publicação desta lei".

Em consequência, outras numerosas disposições firmam sistemática legal minuciosa para que sejam utilizadas as isenções previstas.

CAPÍTULO IV

Sob o presente título estão contidas as disposições básicas e subsidiárias, relativas ao Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste (FEANE).

A experiência dos dois anos de atividade da SUDENE, pondera a exposição de motivos do Superintendente do órgão, sublinha a absoluta necessidade de o Governo Federal dispor de meios de pronta mobilização para agir em casos de emergência no Nordeste. Sempre que sobrevierem situações de calamidade pública na região, os Governos Municipais e estaduais apelam para o Governo Federal, "que se deve aparelhar para imediata atuação em razão da fragilidade da estrutura econômico-social da região". O Fundo de Emergência deverá, assim, permitir, através da formação de estoques estratégicos, que as zonas afetadas por calamidade tenham o seu abastecimento regularizado a curto prazo para que não se formem manobras especulativas.

CAPÍTULO V

Os artigos deste Capítulo, de números 28 a 38, veiculam disposições referentes ao pessoal que presta serviços à SUDENE.

O "caput" do art. 29, por exemplo, estabelece que a SUDENE terá para os seus funcionários sistemas próprios de classificação de cargos e de remuneração, para atender a peculiaridades dos serviços, constantes do quadro aprovado por decreto do Poder Executivo.

CAPÍTULO VI

É o título que engloba as Disposições Gerais. Começa por definir o que se deve entender por Nordeste (art. 39) para os efeitos da Lei: "é a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, zona do Estado de Minas Gerais situada no denominado polígono das secas e pelo Território de Fernando Noronha".

Os demais dispositivos podem ser agrupados, para efeito de nosso estudo, pelo assunto a que se referem. Existem os que prescrevem normas organizacionais ou operacionais para a SUDENE, retificando disposições anteriores, ou corrigindo omissões (art. 39 a 46, 81 e outros); os que tratam de isenções fiscais (art. 49 a 52 e outros); os que se destinam a desfazer ou atenuar obstáculos à ação da SUDENE, gerados pelas estruturas legais vigentes (art. 47, 54 e outros); os que versam matéria financeira (artigos 69 a 79, 83 a 85 e outros).

Pelo art. 87, mencionado, é o Poder Executivo autorizado a abrir à SUDENE crédito especial até Cr\$ 40.500.000.000,00 para execução do Plano Diretor, no exercício de 1963.

Há, também, dispositivos (art. 81 e 82), que se referem ao aproveitamento do potencial hídrico regional.

O problema do Nordeste está, em nosso entender, perfeitamente identificado e não mais comportaria consideração que pretendessem completar sua caracterização.

Problema antigo, como ninguém ignora, o desajustamento nordestino atingiu, todavia, nos últimos anos, dimensão nova de extrema gravidade, pelo extraordinário crescimento das populações regionais e pelas consequências imprevisíveis que adviriam para a própria segurança nacional se uma política de salvação não viesse

a ser imediatamente formulada e posta em prática pela União. E essa política surgiu, em boa hora, representada pela criação da SUDENE e pelo tratamento objetivo, rigorosamente técnico, que esse órgão vem dispensando àquele problema, através dos Planos Diretores, sempre submetidos à consideração do Congresso que concorre, relativamente a eles, com a sua indispensável colaboração.

É justamente por caber a nós, congressistas, essa participação, não poderíamos deixar, nesta oportunidade, de fazer alguns reparos ao trabalho ora submetido ao nosso exame.

Perfeitamente à vontade nos colocamos, então, para essa tarefa, porque partimos de uma premissa estimuladora, isto é, de nos encontramos integrados na política de recuperação econômica e social do Nordeste, que o Plano Diretor preconiza.

Nada teríamos para inquirir ou mesmo contestar o seu valor como instrumento capaz de resolver os problemas seculares de quase 30 milhões de brasileiros — com a incidência indistigável em toda a vida nacional — se, no corpo de todo o sistema de realizações já delineado, não fosse omitido um dos aspectos mais importantes, talvez mesmo em nosso entender capital, para a sobrevivência daquela vasta, rica e desassistida região do País.

Queremos referir-nos ao provimento de meios para a irrigação e o combate à erosão do Nordeste, setores não contemplados no Plano Diretor e dos quais dependem as atividades-base da economia regional, isto é, aumento do consumo efetivo dos gêneros de subsistência.

Embora possamos admitir e esperar, mesmo em futuro talvez não muito remoto, o desenvolvimento global, através das medidas previstas no Plano para a eletrificação, industrialização e outros cometimentos de igual ordem, julgamos de essencialidade e prioridade inafastáveis o problema de humificação e proteção do solo.

O progresso industrial só podemos admitir paralela ou basilamente ao desenvolvimento empresarial agropastoril.

Al reside — e ninguém pode contestar — o problema crucial das populações nordestinas: a subsistência. E por ser crucial e instantâneo, urge resolvê-lo de imediato, suprimindo desde logo a SUDENE com os recursos indispensáveis.

Nesse sentido, apresentamos, ao final deste parecer, emendas destinadas ao daquele órgão dotações especificamente comprometidas com serviços e obras de irrigação e de combate à erosão e conservação do solo as quais poderão subsidiar e acrescer obras idênticas a cargo de outros Departamentos oficiais.

Outro ponto que merece reparos no projeto, é o que se refere à participação das Unidades de Engenharia do Exército na zona de atuação da SUDENE. O art. 41 restringe essa colaboração a "missões de emergência", o que significa que a Engenharia Militar somente poderá prestar serviços, além de sua área de ação no Nordeste quando ocorrerem situações de emergência como secas e inundações.

Ora, o 1º Grupamento de Engenharia é o órgão de execução da Comissão Construtora do Nordeste, criada pelo Decreto nº 37.221, de 27 de abril de 1955, e representa com o poderoso movimento que lhe tem sido e continua sendo fornecido pelos Estados Unidos, em decorrência de acordo com o nosso Governo, montagem apreciável, pois sua capacidade de realizar obras é imensa. Por que, então, não aproveitá-la, integral e adequadamente, na recuperação sócio-econômica da região?

Considera-se, ainda, que os Batalhões de Engenharia têm sido empregados sem o conveniente aproveitamento de seu poder operacional, em consequência da exiguidade de recursos. Daí o desperdício da capacidade dessas unidades, do que resultam índices de produtividade bem abaixo dos que realmente poderiam ser obtidos.

Julgamos, assim, necessário corrigir-se a redação do art. 41 do projeto, de modo a permitir a participação da Engenharia do Exército nas obras que se realizarem em toda a região do Nordeste, a cargo da SUDENE, conforme emenda formulada ao final deste parecer.

Nestas condições, opinamos favoravelmente ao projeto, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 — CPS

a) Ao Anexo IV — Reestruturação da Economia Agrícola, Desenvolvimento Integrado dos Grandes Vales da Região Semi-Árida e Perfuração de Poços.

Inclua-se:

12 — Para serviços e obra de irrigação do Nordeste: 2 bilhões de cruzeiros, em 1963;

2 bilhões de cruzeiros, em 1964; e 2 bilhões de cruzeiros, em 1965.

b) Aumente-se de 2 bilhões de cruzeiros o crédito especial previsto no art. 87, para a execução do Plano Diretor, no exercício de 1963.

EMENDA Nº 2 — CPS

a) Ao Anexo IV — Reestruturação da Economia Agrícola, Desenvolvimento Integrado dos Grandes Vales da Região Semi-Árida e Perfuração de Poços.

Inclua-se:

13 — Para serviços e obras destinadas ao combate à erosão no Nordeste: 1 bilhão de cruzeiros, em 1963; 1 bilhão de cruzeiros, em 1964; e 1 bilhão de cruzeiros, em 1965.

b) Aumente-se de 1 bilhão de cruzeiros o crédito especial previsto no art. 87, para a execução do Plano Diretor, no exercício de 1963.

EMENDA Nº 3 — CPS

Ao art. 41, dê-se a seguinte redação:

Art. 41 — As Unidades de Engenharia Militar do Exército poderão atuar em qualquer área da região definida no art. 39 desta Lei, para a execução de obras e serviços custeados ou suplementados através dos recursos da SUDENE, mediante delegação deste órgão.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1963. — *Ruy Carneiro*, Presidente.

— *Aurélio Viana*, Relator. — *João Agripino*. — *Dinarte Mariz*. — *Sigefredo Pacheco*. — *Wilson Gonçalves*.

— *Argemiro de Figueiredo*.

Nº 192, DE 1963

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 185, de 1963 (nº 4.896-B, de 1962, na Casa de Origem), que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste, para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências.

Relator: Sr. Dinarte Mariz.

O Projeto de Lei da Câmara número 185-62, ora submetido à apreciação da Comissão de Finanças, substancia o Segundo Plano Diretor da SUDENE, elaborado em consonância com o disposto no art. 8º da Lei número 3.692, de 15 de dezembro de 1959.

Por circunstâncias que não cabe aqui analisar, o Primeiro Plano, configurado na Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, não atendeu, rigorosamente, às exigências contidas naquela dispositivo da lei básica da SUDENE. Assim é que consignou dotações apenas para um exercício, obrigando a que na proposta orçamentária da

entidade para o ano em curso figurassem globalmente os recursos a serem aplicados.

Enquanto isso, o Segundo Plano, de caráter plurianual, ao mesmo tempo que representa um desdobramento do Plano anterior, está em condições de assegurar, dentro da melhor técnica de planejamento, continuidade às obras e atividades iniciadas ou programadas, uma vez que contam estas com a necessária cobertura financeira para as diversas fases de sua execução, ao longo de três anos consecutivos.

Os investimentos totais incluídos no Primeiro Plano alcançaram o montante de 20,4 bilhões de cruzeiros, com a seguinte distribuição percentual por setores de atividade: 75 por cento para a infraestrutura de transporte e energia; 15 por cento para a produção; 5 por cento para fins de aperfeiçoamento do fator humano e 5 por cento para gastos relacionados com o problema do bem-estar social.

Em confronto, verifica-se que o Segundo Plano, nos termos do presente substitutivo, totaliza recursos, para o exercício de 1963, da ordem de 40,5 bilhões de cruzeiros, com a seguinte distribuição percentual: 46 por cento para investimentos em infraestrutura; 24 por cento para investimentos em produção; 15 por cento para pré-investimentos atinentes ao aprimoramento do fator humano e 15 por cento para gastos relacionados com o bem-estar social. Assim, enquanto no setor da infraestrutura de transporte e energia se registra um decréscimo de 29 por cento em relação aos investimentos programados, observa-se que houve acréscimos percentuais consideráveis em relação aos demais setores, na proporção que se segue: 9 por cento para a produção; 10 por cento para melhoria do elemento humano; e 10 por cento para atividade ligada ao bem-estar social.

Esclarece o Superintendente da SUDENE, na exposição de motivos encaminhada ao Presidente do artigo Conselho de Ministros, que o decréscimo percentual registrado quanto aos investimentos em infraestrutura se explica, à luz da experiência, pelo fato de que, mediante o simples ordenamento na execução das obras, aliado a uma desejável elevação dos índices de eficiência, é possível reduzir o montante desses investimentos sem prejuízo dos resultados a alcançar. Isto porque a capacidade de efeito a absorção desses recursos está sujeita a limites, além dos quais resultará em desperdício qualquer tentativa de majoração dos níveis de investimentos. Ademais, — muito embora se justifique na primeira etapa do desenvolvimento, a concentração de esforços no preparo da infraestrutura — não ceder lugar a investimentos em setores mais complexos, como sejam os relacionados com pesquisas de recursos e aperfeiçoamento do fator humano, tão logo o necessário para este mister se encontra aparelhado.

Além do mais, observe-se que o decréscimo verificado, em termos comparativos, no setor da infraestrutura de transporte e energia não corresponde a igual contenção dos gastos programados para os restantes setores, mas, ao contrário, se traduz em aumento percentual dos investimentos previstos para cada um destes.

Todavia, com referência ao problema da energia, que se nos afigura de maior importância no atual estágio do desenvolvimento do Nordeste, convém assinalar que, à margem das dotações específicas do Plano Diretor, esse programa conta com recursos suplementares do Fundo Federal de Eletrificação, num montante de 9,1 bilhões de cruzeiros, consignados pelo decreto número 133-61, que também previu a necessária alteração do esquema de distribuição do crédito especial aberto pelo decreto nº 4.213, correspondente a 3,6 bilhões de cruzeiros.

Esses recursos têm por finalidade assegurar o financiamento de obras relacionadas com a ampliação do programa de geração de Paulo Afonso, construção de novas linhas e ampliação de diversas subestações e linhas de transmissão do sistema secundário, constante de alterações levadas a efeito no Plano de Eletrificação do Nordeste.

No que se relaciona com a produção, os recursos que lhe são destinados se concentram no setor agropecuario, representando 24 por cento dos investimentos totais, em lugar de 13 por cento no Primeiro Plano. Na

este caso, a concentração dos recursos tem procedência na medida em que se sabe que na agricultura a produtividade encontra-se ocupando uma posição de dois terços da população nordestina, justificando-se todo o esforço a fim de elevar a produtividade naqueles setores que estão em condições de absorver, imediatamente, melhores técnicas e também capital. O programa inclui tópicos de mais alta essencialidade, — como sejam, entre outros: melhoramento da pecuária, desenvolvimento da economia algodoeira, reflorestamento e fruticultura — ampliação da oferta de terras, aproveitamento das terras públicas, eletrificação, irrigação e irrigação. Merece especial registro, entre projetos de tamanha importância, o que se prende ao desenvolvimento do cooperativismo, incluído no tópico referente à extensão e organização rural. Ninguém ignora, a esta altura, que, inclusive pela ausência de técnicas pela crônica irrigação na distribuição das verbas, a política de estabelecimento de postos de atendimento para prestação de assistência técnica e revenda de material agrícola reveste, sobretudo no Nordeste, o traço de uma experiência frutífera. É acertada, neste particular, e merece, por isso mesmo, todo o nosso apoio, a política adotada pela SUDENE, objetivando a constituição, reorganização e manutenção de cooperativas agrícolas mistas, nos diversos municípios e zonas, através de cursos técnicos voltados para tanto, espera essa entidade contactar, com respeito à implementação do crédito necessário ao programa, com a cooperação do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste. Não há dúvida, que, convenientemente esboçados e treinados por equipes integradas por elementos da própria SUDENE e desses organismos de crédito, essas cooperativas poderão constituir-se plausivelmente, em núcleos de revenda de material agrícola e de irrigação de novos métodos e técnicas de plantio no combate a doenças e pragas e defesa dos solos com evidente vantagem para a economia agrícola da região.

Por outro lado, ninguém se recusa a reconhecer prioridade, dentro desse programa, ao problema da cultura irrigada, notadamente com base nas terras beneficiadas pelos agudões públicos. Entretanto, forçoso é concluir, em que, tanto com respeito à irrigação como em referência ao aproveitamento coletivo e diversificado das terras úmidas da faixa litorânea, qualquer programa encontrará profunda limitação na própria estrutura agrícola da região, que longe está de responder às necessidades do seu desenvolvimento econômico e social. Compreende-se — por conseguinte, que terão de ser necessariamente tímidas as tentativas de abordagem dos problemas fundamentais da agropecuária nordestina, enquanto persistirem os vícios estruturais do momento à falta de uma irrigação adequada, compreendida em termos de uma irrigação agrícola compatível com a realidade nacional.

Em que pese o quadro de dificuldades de natureza institucional dos projetos, em franco andamento, com vista ao aproveitamento das grandes massas de água represadas no Jangade e seus principais afluentes a fim como do potencial do Alto-Piranhas, os

os maiores rios temporários da região, representam, ao lado do projeto e ligação do submédio São Francisco, um esforço considerável no sentido de implantação de novas técnicas e altura irrigada, que permitirão reorientar a ação governamental contra os efeitos das secas, evoluindo da simples construção de barragens para o aproveitamento integrado dos recursos e água e solos dos vales economicamente mais importantes.

Por último, dada a relevância da matéria, é premissa de duas inovações introduzidas no Plano, ambas de ordem institucional. Trata-se da criação do "Fundo de Investimentos para Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste" (FIDENE) e do "Fundo de Emergência Abastecimento do Nordeste" (FEANE), com objetivos claros e perfeitamente definidos, dentro da própria estrutura da SUDENE. O FIDENE, que constitui objeto específico do Capítulo II do Projeto, em por finalidade, na forma do artigo 2º, garantir a exequibilidade financeira dos projetos e obras considerados prioritários, relevantes ou de interesse para o Nordeste, e será mantido com recursos provenientes não só do leste que a dois décimos por cento da parcela a que se refere o art. 10 da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, como também oriundos de dotações orçamentárias específicas e bem assim de juros, lucros, dividendos e receitas derivadas da aplicação desses mesmos recursos.

É ora de dúvida que a instituição deste Fundo se enquadra, por inteiro, no âmbito da política de desenvolvimento formulada para o Nordeste, além de ensejar a solução de problemas essenciais no conjunto da economia regional.

Assim é que, em primeiro lugar, propicia o desenvolvimento de indústrias de mineração à base da iniciativa local, quando, a exemplo de método já comprovado em outras partes do mundo, possibilita ao Poder Público assumir, total ou parcialmente, os riscos inerentes à pesquisa de recursos naturais, assegurando-lhe o direito de receber os respectivos investimentos, no caso de êxito.

Em segundo lugar, permite o surgimento de indústrias germinativas básicas, de tecnologia complexa e longa maturação, não podendo prescindir da efetiva cooperação do Poder Público, sobretudo na sua fase inicial, como é o caso de aproveitamento das águas-múas das alamedas para a produção de adubos potássicos e também o de gases de petróleo para a siderurgia.

Em terceiro lugar, assegura a plena execução de projetos financiados com capital externo, inclusive de empreendimentos privados, sujeito a financiamento de várias fontes, mediante a criação de um mecanismo em condições de absorver as bruscas flutuações da taxa de câmbio.

E, por fim, cria condições para a mobilização de recursos adequados para financiamento a longo prazo do Plano de construção de habitações populares.

Por seu turno, o FEANE, de que se ocupa o Capítulo IV do Projeto, responde à necessidade, tantas vezes proclamada, de contar o Governo Federal, em face da manifestação da estrutura econômica-social da região, com os meios adequados a uma pronta e eficiente mobilização para enfrentar situações de emergência.

Consoante a redação do art. 24, o FEANE reveste suas finalidades distintas, que são:

a) assistência imediata às populações vítimas de calamidade pública, decorrente de seca ou enchente, conhecida pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, por indicação da Secretaria Executiva; e

b) formação, manutenção, renovação e preservação de estoques de alimentos

precipuamente destinados facilitar a prestação de assistência de que trata a alínea anterior, e a regularização da oferta de alimentos.

Este Fundo reveste-se de importância na medida em que se evidencia não somente como simples instrumento de ação pronta e eficaz do Poder Público, em estados de emergência, mas também como um aparelho capaz de regularizar, a curto prazo, através da formação dos chamados estoques estratégicos, o abastecimento das zonas afetadas pela calamidade, coibindo as clássicas manobras dos especuladores contumazes, os quais constituem um dos capítulos mais dolorosos da história das secas nordestinas.

Ao chegarmos à parte final deste nosso estudo sobre o Segundo Plano Diretor da SUDENE, oportuno se faz, na própria sequência do assunto tratado, que formulemos considerações conclusivas sobre aquilo que representa, em nosso entender, o equacionamento certo da problemática do Nordeste e, também, das soluções a ela adequadas.

Cabe fazer, a propósito do Nordeste, a observação necessária de que todos os problemas sociais existentes sobre a face da terra podem ser observados e entendidos sob dois ângulos distintos: o em que se encontra o homem de dentro, o homem das técnicas de análise teórica, e o ângulo em que se encontra o homem prático, que sofre de um modo físico a pressão amarga da situação-problema e, desse modo, a conhece.

Cada um dos dois ângulos apresenta condicionamentos distintos para a inteligência do problema que se pretende colocar no foco seguro de uma solução.

Começa o técnico, por exemplo, pela mobilização dos dados existentes, sejam estatísticos, meteorológicos, históricos ou quaisquer outros e, de posse deles, faz a constatação do quadro e da anormalidade nele contida.

Sobre a superfície teórica dessa anormalidade, o técnico aplica, então, o instrumento de análise que aprendeu nos livros e na prática dos cursos universitários. As conclusões obtidas através de tal processo fazem o papel de plataforma, em cima das quais são examinadas as políticas que deverão eliminar o desajustamento encontrado.

O homem prático, ao contrário, não parte de conceitos científicos para determinar os problemas que ocorrem a sua volta. É tão valioso quanto os dados científicos nas publicações oficiais, o conhecimento direto, das situações setoriais ou globais, que possui de tudo aquilo que acontece no quadro vivo em que está situado ele próprio.

Não faz falta, agora, a propósito do técnico e do homem prático, a afirmação já tantas vezes feita, inclusive nesta Casa, de que só o primeiro, ou só o segundo, tem a imprescindível autoridade para diagnosticar, com segurança, um determinado problema social.

Na verdade, tanto para o técnico, como para o homem prático, há fatores positivos e negativos que influenciam na apreciação que fazem dos problemas da sociedade.

No caso de técnico, economista ou sociólogo, é preciso não esquecer o caráter sempre vulnerável dos dados de que partem para suas conclusões e, em segundo lugar, é preciso também ter na devida conta o sentido relativo do instrumental de análise que lhe é fornecido pelas ciências sociais; essas ciências dinâmicas por excelência no espaço e no tempo.

É preciso considerar, finalmente, — que a redução de dramas, de dores humanas, individuais ou coletivas, a números, a abstrações, no corpo morto dos relatórios e das justificativas de leis, pode levar até certo ponto a uma programação de soluções que mais atendam ao lucrativo rendimento econômico, *strictu sensu*, dos recursos a

empregar, do que ao limite de sofrimento das populações, objeto da situação anormal que se deseja corrigir.

O alto grau de abstração que o homem de gabinete logra atingir, quando se dispõe a observar um problema, livra-o, parcialmente, do risco das generalizações falsas a que está sujeito quem conhece o problema apenas por ser parte dele, apenas por estar sob a incidência de seus efeitos. Mas, não raro, o técnico deixa-se levar até muito longe no mar de palavras e de fórmulas que vai armando para representar as situações estudadas e isso acaba por situá-lo, em definitivo, do lado de fora do próprio problema que se propõe a decifrar.

O homem prático, com as suas deficiências, e justamente por causa delas, não perde nunca o contato dos próprios pés com o chão dos fatos; não sucumbe, jamais, ao perigo da alienação, embora a validade do que pensa e do que diz, esteja condicionada ao grau maior ou menor de inteligência e de experiência individual de que seja possuidor, em cada caso.

Ora, essa questão da autoridade para diagnosticar uma situação social de crise, ou seja, se a autoridade deve ou não ser atribuída apenas ao técnico ou se deve também ser repartida com outros elementos não possuidores de uma formação técnica — é questão de grande atualidade nesse caso já histórico, do Nordeste brasileiro.

Brasil não há que não conheça alguns dos aspectos visíveis — a seca, a migração, a fome — a elevada mortalidade — que caracterizam o chamado problema do Nordeste.

A identificação desses aspectos evidentes do problema nordestino, levou, durante anos a fio, administradores e legisladores a estabelecerem simplória e invariável relação de causa e efeito, entre o fenômeno da seca e todo o desajustamento social que ocorre no Nordeste. E, com essa ideia de que todo o problema da região lograria correção, apenas, com a eliminação ou atenuação dos efeitos da seca, toda a ação dos governos na região limitou-se, por muito tempo, à construção de açudes e à assistência financeira direta à população, sempre que o flagelo atingia proporções de maior gravidade.

Criada a SUDENE, a ação desse órgão veio a desenvolver-se pela objetivação de uma política formulada em moldes eminentemente técnicos, dentro de um planejamento geral.

Como não podia deixar de acontecer, o tratamento dado pela SUDENE ao problema do Nordeste apresentou, até agora, alguns erros e impropriedades de fácil identificação. Acharmos, aliás, que o maior desses erros foi o próprio distanciamento que vem ocorrendo, entre uma ação planejadora e a realidade incessante dos problemas que lá estão, ameaçando levar o Nordeste, dentro em pouco, a uma situação de verdadeiro caos.

Nem por isso, todavia, vamos concluir pela condenação da SUDENE e da sua tentativa de reduzir o problema do Nordeste a uma dimensão técnica.

Reconhecemos, ao contrário, que a SUDENE, em que pesem seus equívocos parciais, acertou e acertará, cada vez mais, no equacionamento global que fez do problema do Nordeste e na ação que desenvolve para solucioná-lo. Todavia, é necessário que os legisladores não renunciem ao dever que lhes assiste de dialogar com os técnicos, — não abram mão da possibilidade de trazerem sua contribuição de homens práticos sensíveis ao interesse público — à correção da política programada, até que se consiga fazer com que ela harmonize, em toda a linha, a vantagem de ser formulada à luz de critérios científicos, com os respeitáveis interesses humanos, imediatistas, no bom sentido, que estão ligados ao problema no seu quadro real.

Quando emendamos um Plano de Ação elaborado pela SUDENE, como este agora examinado, não significa que estejamos em antagonismo às ideias nucleares desse Plano, mas significa que também conhecemos, à nossa maneira, com objetividade, capaz de colaborar com os técnicos, pela própria experiência criada em longos anos de vivência direta das situações, o problema do Nordeste brasileiro.

Cremos, por isso, que a SUDENE estará atingindo cada vez mais a sua meta se, progressivamente, for concentrando seus programas de ação no rápido fortalecimento da infra-estrutura econômica da região.

E, por fortuito, visto da infra-estrutura econômica, entendemos a elevação da oferta de energia elétrica, de boa qualidade e a baixo preço, em toda a região; a complementação e a racionalização da rede rede-ferroviária lá existente, o reaparelhamento de seus pontos de mar e a construção de outros, a implantação de uma rede de armazéns e silos e a perfuração de poços, em toda a área do chamado problema das secas e notadamente a execução das obras complementares de irrigação, quer nas barragens já construídas quer no aproveitamento das águas do subsolo e dos rios próximos.

Adotado esse critério de prioridades para os investimentos poderá a SUDENE também, contribuir eficazmente para a criação de condições favoráveis à produtividade da agricultura nordestina, se multiplicar as cooperativas de produção e se tomar medidas que assegurem os preços mínimos dos produtos agrícolas da região.

Estabelecida, repetimos, a prioridade desses problemas, para efeito da utilização máxima dos recursos disponíveis, não impede que medidas outras continuem a ser tomadas pela SUDENE, como vem sendo feito, para estimular a criação de novas indústrias na região.

As emendas que apresentamos ao projeto foram inspiradas, exatamente, por esse propósito de levar a ação da SUDENE, segundo a ordem de ideias aqui exposta, ao desígnio maior de coincidência com o interesse público, — através de medidas fiscais, quando está em jogo a aplicação de recursos do Estado.

A vista do exposto, opinamos favoravelmente ao Projeto da Lei da Criação do Fundo de Investimentos para Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, da douta Comissão do Polígono das Secas, com as emendas às arts. 1º e 3º, apresentadas, ainda, as emendas de ns. 4-CF a 22-CF depois de devidamente justificadas e habidas por estarem.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1963. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente.

— *Leite Neto*. — *Wilson Gonçalves*. — *Sigefredo Pacheco*. — *Lopes da Costa*. — *Victorino Freire*. — *Irineu Bornhau sen*. — *Luís da Silveira*. — *Daniel Krieger*. — *Mem de Sá*.

EMENDA Nº 4 (CF)

Acrescente-se ao art. 3º o seguinte parágrafo:

§ 9º O disposto no § 1º deste artigo não exclui o direito de as empresas privadas do Nordeste de contratarem operações de financiamento diretamente com entidades financeiras estrangeiras ou internacionais.

EMENDA Nº 5 (CF)

Substitua-se o artigo 4º pelo seguinte:

Art. 4º Ficam revogados os parágrafos 4º 1º, 6º, 7º e 8º do artigo 33, da Lei nº 3.955, de 14 de dezembro de 1961, e incorporado ao FIDENE o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00 — (Quinhentos milhões de cruzeiros), ou seu saldo, que o Poder Executivo foi autorizado a abrir pelo parágrafo 8º do mencionado dispositivo legal.

§ 1º Fica a cargo da SUDENE o pagamento da metade do valor dos equipamentos que não tenham similares no País, com esse caráter registrados, adquiridos no exterior, por empresas que se comprometem a aproveitar única e totalmente matéria prima agrícola do Nordeste e cuja produção, pelo menos 50% (cinquenta por cento) se destine à exportação, recebendo a SUDENE das empresas beneficiadas ações preferenciais no valor da importância paga em moeda estrangeira, convertida em cruzeiros ao câmbio em vigor na data da aprovação dos respectivos projetos.

§ 2º As ações preferenciais referidas no parágrafo anterior assegurarão o dividendo de 6% (seis por cento) ao ano, ficando sujeitas às demais condições do artigo 8º e seus parágrafos — desta lei.

§ 3º As interessadas nos benefícios dos parágrafos anteriores comprometer-se-ão a utilizar, pelo menos durante 10 (dez) anos, matéria prima agrícola do Nordeste e a exportar, no mínimo, — 50% (cinquenta por cento) de sua produção.

4º O não cumprimento das exigências do parágrafo precedente será considerado transgressão e implicará no pagamento, pelas empresas beneficiadas, da diferença do risco de câmbio, obedecendo os termos do artigo 23, da Lei nº 3.935, de 14 de dezembro de 1961.

EMENDA Nº 6 (CF)

Acrescente-se ao art. 3º, § 3º a seguinte alínea:

c) três anos, em parcelas anuais, — equivalentes a um terço do respectivo valor total para as ações preferenciais previstas nos §§ 1º e 2º do art. 4º desta lei, contando-se o prazo a partir da data da amortização da última parcela dos financiamentos exteriores contratados.

EMENDA Nº 7 (CF)

Dê-se ao artigo 15 a seguinte redação:

Art. 15. O valor das isenções de que tratam os artigos 13 e 14, bem como as reservas e lucros, serão anualmente incorporados ao capital social das empresas beneficiadas, isentos do pagamento de quaisquer impostos e taxas federais.

EMENDA Nº 8 (CF)

Ao Artigo 15:

Acrescentem-se os seguintes parágrafos:

§ 1º As empresas industriais ou agrícolas, beneficiadas pela isenção prevista no artigo 13, são obrigadas a apresentar declaração de rendimentos, — anualmente, de acordo com a Legislação do Imposto de Renda em vigor.

§ 2º A inobservância das disposições deste artigo acarretará a perda do direito à isenção ou redução tributária a que se referem os artigos 13 e 14.

EMENDA Nº 9 (CF)

Dê-se ao artigo 16 a seguinte redação:

Art. 16. A SUDENE, mediante as cautelas que instituir, fornecerá às empresas interessadas declaração de que satisfazem as condições exigidas para o benefício da isenção a que se refere o artigo 13 ou da redução prevista no artigo 14, documento que instruirá o processo de reconhecimento, pelo Diretor da Divisão do Imposto de Renda do Direito das empresas ao favor tributário.

EMENDA Nº 10 (CF)

Acrescentem-se ao artigo 16 do Projeto os seguintes parágrafos:

§ 1º Quando se verificar pluralidade de estabelecimentos, será reconhe-

cido o direito à isenção ou à redução do imposto e adicionais, conforme o caso, em relação aos rendimentos dos estabelecimentos instalados na área de atuação da SUDENE.

§ 2º Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior, as empresas interessadas deverão demonstrar, na sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos de que se compõem as operações e os resultados do exercício de cada um dos estabelecimentos que operem na área de atuação da SUDENE.

EMENDA Nº 11 (CF)

Acrescentem-se ao Art. 17 os seguintes parágrafos:

§ 1º As firmas ou sociedades, para os efeitos deste artigo, poderão corrigir o registro contábil do valor original dos bens de seu ativo imobilizado, até o limite de tempo fixado nesta lei.

§ 2º A correção a que se refere o parágrafo anterior poderá ser feita no prazo fixado neste artigo.

§ 3º A alteração da tradução monetária do ativo imobilizado terá por limite a diferença entre o valor original e o venal à época desta lei.

§ 4º Entende-se por valor original do bem a importância em moeda nacional pela qual tenha sido adquirido pela firma ou sociedade, ou a importância em moeda nacional pela qual tenha sido o bem incorporado à sociedade, nos casos de despesas ou valor de incorporação expresso em moeda estrangeira.

§ 5º A conversão do valor em moeda estrangeira para moeda nacional será feita à taxa vigente à época da aquisição. Se a taxa vigente na data da aquisição ou incorporação não for conhecida será adotada a taxa média do ano.

§ 6º As empresas, cuja atividade principal for montagem ou embalagem de produtos fabricados fora da região nordestina, não gozarão dos benefícios deste artigo.

EMENDA Nº 12 (CF)

Substitua-se o artigo 18 pelo seguinte:

Art. 18. As pessoas físicas e jurídicas poderão descontar do imposto de renda e adicionais não restituíveis que devem pagar:

a) —

b) a pessoa jurídica até 30% (trinta por cento) e a pessoa física até 75% (setenta e cinco por cento) das inversões compreendidas em projetos agrícolas ou industriais que a SUDENE, para os fins expressos neste artigo, declare de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

EMENDA Nº 13 (CF)

Art. 23. Os títulos de qualquer natureza representativos do valor do imposto de renda, que a pessoa física ou jurídica deixou de fazer nos termos do art. 17, letra b, serão sempre nominativos e não poderão ser transferidos durante o prazo de cinco anos.

EMENDA Nº 14 (CF)

A alínea "a" do art. 24:

Substitua-se a expressão "por indicação da Secretaria da SUDENE" pela seguinte: "por indicação de qualquer dos seus membros ou da Secretaria Executiva".

EMENDA Nº 15 (CF)

Ao art. 26, alínea c, dê-se a seguinte redação:

"c) fornecimento gratuito de gêneros e objetos de uso pessoal, de primeira necessidade, nas obras e serviços de emergência, às pessoas inválidas in-

clusive viúvas, mulheres sem arrimo e velhos de idade superior a 60 (sessenta anos), mediante prévio alistamento, para efeito de controle e fiscalização dos serviços".

EMENDA Nº 16 AO PROJETO

A alínea "d", do art. 26, dê-se a seguinte redação.

"d) manutenção obrigatória de postos de venda de gêneros e objetos de uso pessoal de primeira necessidade nas frentes de trabalho, para fornecimento direto e exclusivo ao pessoal em serviços ou obras, a preço de custo".

EMENDA Nº 17 (CF)

Ao Art. 42 dê-se a seguinte redação:

"Art. 42. A SUDENE manterá escritório em cada um dos Estados cujo território esteja totalmente compreendido na área de sua jurisdição e, quando necessário à execução dos serviços que lhe são afetos, em qualquer ponto do território nacional".

EMENDA Nº 18 (CF)

Ao Art. 44, dê-se a seguinte redação:

"Art. 44. A SUDENE prestará assistência ao agricultor e ao pecuarista, diretamente ou por intermédio de cooperativas do gênero, inclusive através... (o resto como está no texto emendado)".

EMENDA Nº 19 (CF)

Dê-se ao art. 50 a seguinte redação:

"Art. 50. Ficam isentos de todos os impostos e taxas federais os atos de constituição, incorporação ou fusão de sociedades de economia mista, encarregadas da execução ou administração de serviços e obras constantes do Plano Diretor e de que a União, os Estados do Nordeste ou a SUDENE venham a participar com a maioria das ações do capital com direito a voto".

EMENDA Nº 20 (CF)

Ao § 1º do art. 62:
Onde se lê: 10 (dez) anos.
Leia-se: 20 (vinte) anos.

EMENDA Nº 21 (CF)

Acrescente-se ao art. 77, o seguinte parágrafo:

Parágrafo único. A Rodovia BR-11 do Plano Rodoviário Nacional passa a ter a seguinte discriminação:
BR-11 Boqueirão do Cesário (Ce) — Aracati — Mossoró — Natal — João Pessoa — Recife — Maceió — Aracaju — Esplanada — Feira de Santana — Milagres — Maracás — Brumado.

EMENDA Nº 22 (CF)

Ao art. 84 e seus parágrafos, dê-se a seguinte redação:

"Art. 84. Dois décimos por cento (0,2%) da renda tributária da União, a serem destacados da parcela a que se refere o art. 10 da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, a SUDENE reservará para aplicação em projetos de qualquer natureza, que haja aprovado, de interesse dos Estados do Nordeste.

§ 1º Os recursos de que se trata serão aplicados tanto quanto possível com base nos índices estabelecidos pela Lei nº 1.094 de 24 de dezembro de 1949.

§ 2º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, o índice referente ao Estado do Maranhão não será nunca inferior a 3% (três por cento) do total dos recursos destacados nos termos deste artigo.

§ 3º Em nenhuma hipótese a SUDENE atribuirá aos Estados a res-

pensabilidade da execução dos projetos aprovados na forma deste artigo podendo, estretamente, mediante contrato ou convênio, outorgá-la a organizações privadas de reconhecida idoneidade e comprovada capacidade técnica ou a órgãos ou entidades federais com atuação na área do Nordeste.

EMENDA Nº 23 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... A SUDENE providenciará, imediatamente, através dos órgãos federais especializados na União e nos termos desta e de outras leis em vigor a aquisição, no País ou no Exterior, de máquinas apropriadas à perfuração de poços tubulares e de motores-bombas destinados aos trabalhos de irrigação assim como de motores para pequenas indústrias rurais.

§ 1º Os poços tubulares serão perfurados sem ônus para os proprietários de pequenas glebas, reconhecidamente pobres, nas localidades onde os mesmos residam.

§ 2º Os poços perfurados na forma do parágrafo anterior, constituirão servidão pública dos proprietários vizinhos.

§ 3º Os motores-bombas adquiridos nos termos deste artigo, serão vendidos pelo preço do custo aos agricultores que os destinarem à irrigação, facilitada a aquisição através de empréstimos pelos estabelecimentos próprios de crédito, a juros nunca superiores a 4% (quatro por cento) ao ano, resgatáveis no prazo de 2 (dois) anos.

EMENDA Nº 24 (CF)

I — Inclua-se, onde couber:

Art. ... A SUDENE providenciará a execução das obras e serviços destinados à complementação e reequipamento do Pórtio de Cabedelo, no Estado da Paraíba.

Parágrafo único. Fica consignada, para os serviços e obras referidos neste artigo, a verba de Cr\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), sendo Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para o corrente exercício; Cr\$ 20.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) para o exercício de 1964 e Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) para o exercício de 1965.

II — Alterem-se, em consequência, o crédito de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 25 (CF)

I — Inclua-se, onde couber:

Art. A SUDENE providenciará a execução de serviços e obras de irrigação nos vales dos rios Piancó e Piranhas, no Estado da Paraíba.

Parágrafo único. Fica consignada, para os serviços e obras referidos neste artigo, a verba de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros), sendo Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para o corrente exercício; Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para 1964 e Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) para o exercício de 1965.

II — Alterem-se, em consequência, o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 26

Inclua-se, onde couber

Art. ... O Banco do Nordeste concederá empréstimos, a juros de 7% (sete por cento) ao ano, vencíveis em 10 (dez) prestações anuais aos Municípios nos serviços pela energia de Paulo Afonso e que pertençam a Estados não banhados pelos rios São Francisco e Paraíba.

EMENDA Nº 27

Inclua-se, onde couber:

Art. ... "O Município criado com o desdobramento da área de município incluído no polígono da seca será considerado como pertencente a este para todos os efeitos legais e administrativos, desde que a sua área estiver também incluído no polígono".

EMENDA Nº 28 (CF)

Inclua-se onde couber:

Art. ... O traçado da BR-12, constante do Plano Rodoviário Nacional, no trecho correspondente ao Estado do Rio Grande do Norte, passa a ser o seguinte: Natal — Macaíba — Tangará — Santa Cruz — Currais Novos — Acaraí — Jardim do Seridó — Caicó — Serra Negra, entroncamento na BR-23, em Pombal.

EMENDA Nº 29 (CF)

Art. ... O Banco do Nordeste do Brasil S.A., sociedade de economia mista, com sede em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, goza da imunidade fiscal de que trata o art. 31, V, "a", da Constituição Federal.

EMENDA Nº 30 (CF)

Acrescenta-se, onde couber:

Art. ... Ficam isentos do pagamento do imposto sobre a renda, até 1970 inclusive, a contar da data da publicação desta lei, os agricultores e pecuaristas situados nas zonas semi-áridas do Polígono das Secas definida pela SUDENE.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo é restrita às rendas provenientes, exclusivamente, das atividades rurais.

EMENDA Nº 31 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... A SUDENE, através dos Órgãos especializados, preferencialmente a CHESF, promoverá o aproveitamento do potencial de energia elétrica fornecida pelas barragens já construídas e pela usina hidro-elétrica do São Francisco, para atender aos serviços de irrigação na zona rural.

EMENDA Nº 32 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... Os índices de gravidade das secas, fixados no § 2º do art. 9º, da Lei nº 1.004, de 24 de dezembro de 1949, passam a ser os seguintes: Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, 10; Piauí, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, 8; Bahia, 6; Minas Gerais, 4.

EMENDA Nº 33

Inclua-se, onde couber:

Art. ... A SUDENE aproveitará para os fins de colonização, as terras úmidas de cada Estado do Polígono das Secas, dando preferência àquelas onde existem águas correntes e perenes.

EMENDA Nº 34 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... A SUDENE e os Órgãos federais incumbidos de realizar as obras e os serviços constantes do Plano Diretor e do Plano de Combate aos Efeitos das Secas somente poderão delegar a sua execução aos Estados e Municípios, mediante convênio, quando não lhes for possível a direta execução dos mesmos.

EMENDA Nº 35 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... Os convênios ou acordos realizados com as Empresas de Ener-

gia Elétrica de que a União, os Estados ou Municípios participem com maioria de capital, serão automaticamente registradas pelo Tribunal de Contas e dispensam interferência de executor, cujas atribuições a elas caberão.

EMENDA Nº 36 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... Os recursos outorgados pela Constituição, no seu art. 198, ressalvado o disposto no § 1º do mesmo artigo, serão aplicados rigorosamente na execução do Plano de Combate aos Efeitos das Secas, adotado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), assegurada a preferência dos serviços e obras de construção de barragens, perfuração de poços tubulares e irrigação.

§ 1º As obras e serviços de irrigação, previstos nessa lei serão executados com urgência, aproveitando-se, preferencialmente, a água das barragens já construídas e a dos rios por elas perenizados.

§ 2º Os serviços e obras referidas neste artigo serão acompanhados e fiscalizados pela SUDENE.

EMENDA Nº 37 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... É mantida a autonomia administrativa dos Departamentos ou Órgãos Federais na região nordestina no tocante às obras e serviços de sua especialização técnica, obedecidas, porém, as diretrizes gerais estabelecidas pela SUDENE e ressalvada a esta a faculdade de livre fiscalização.

Parágrafo único. As diretrizes gerais a que se refere este artigo, para desenvolvimento do Nordeste, serão encaminhadas, anualmente, aos Órgãos ou Departamentos Federais competentes para execução das obras e serviços constantes das mesmas.

EMENDA Nº 38 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... A função executiva de todas as obras e serviços referentes ao desenvolvimento do Nordeste e atribuídas à SUDENE fica a cargo dos Órgãos Federais sediados na região, observada a natureza técnica e especialização de cada um deles.

Parágrafo único. A faculdade assegurada à SUDENE para contratar obras e serviços ligados ao desenvolvimento do Polígono das Secas somente será exercida quando não houver nos órgãos ou Departamentos Federais pessoal técnico e especializado para a execução dos mesmos.

EMENDA Nº 39 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... O Sistema Regional de Banabuiú tem como finalidade promover a eletrificação das regiões centro do Estado e Jaguaribana, através da construção de usinas hidroelétricas regionais, usinas térmicas centrais ou locais e a distribuição da energia produzida na usina de Paulo Afonso.

Parágrafo único. O sistema regional de que trata este artigo abrangerá:

a) o sistema Bafio Jaguaribe compreendendo as linhas de transmissão Banabuiú-Russas, Banabuiú-Aracati, Russas-Limoeiro do Norte, subestações, linhas de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos municípios de Aracati, Atacaba, Jaguaruana, Pihano, Russas, Quixerê Limoeiro do Norte, Tauboleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Morada Nova, Alto Santo e Icapuí;

b) o sistema Quixadá compreendendo as linhas de transmissão da subestação da CHESF em Banabuiú, para Quixadá, Quixeramobim, Boa Viagem e Senador Pompeu, subestações, linhas de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos municípios acima mencionados e mais os de Mombaca e Pedra Branca.

EMENDA Nº 40 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... A SUDENE providenciará a aquisição, nos mercados internos ou no exterior, de instrumentos agrícolas, preferencialmente cultivadores, necessários à primeira etapa da mecanização da lavoura.

Parágrafo único. Os instrumentos agrícolas de que trata este artigo serão vendidos, pelo preço do custo e a prazo longo, aos agricultores proprietários ou não de glebas do Polígono das Secas.

Art. ... A SUDENE providenciará, através da Fundação Especial de Saúde Pública e outros órgãos competentes, a organização de serviço médico e hospitalar nos centros populacionais desprovidos desses recursos sanitários.

EMENDA Nº 41 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... O Sistema Regional Centro Litoral do Ceará tem como finalidade promover a eletrificação da região centro litoral do Estado, através da construção de usinas hidroelétricas regionais, usinas térmicas centrais ou locais e a distribuição da energia produzida na usina de Paulo Afonso.

Parágrafo único. O Sistema Regional de que trata este artigo abrangerá:

a) o Sistema Curu, compreendendo a linha de transmissão de Fortaleza e Uruburetama, passando por São Luiz do Curu, subestações, linhas de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos municípios Canaã, São Gonçalo do Amarante, São Luiz do Curu, Pentecostes, General Sampaio, Apuiarés, Uruburetama, Itapagé, Irauçuba, Itapipoca, Paracuru e Trairi;

b) o Sistema Baturité, compreendendo a linha de transmissão de Fortaleza a Baturité, passando por Maranguape, subestações, linhas de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos municípios de Maranguape, Pacatuba, Guaiúba, Redenção, Baturité, Capistrano, Itapipoca, Acatuba, Mulungu, Grammaíanga, Pacoti, Palmácia, Aracoiaba, Caridade, Paramoti, Canindeé, Itatira, Maracanãu e Choró; e

c) o Sistema Cascavel compreendendo a linha de transmissão de Fortaleza a Cascavel, subestação, linhas de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos municípios de Aquirás, Cascavel, Pacajus e Beberibe.

EMENDA Nº 41 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... O Sistema Regional Centro-Litoral do Ceará tem como finalidade promover a eletrificação da região centro litoral do Estado, atra-

vés da construção de usinas hidroelétricas regionais, usinas térmicas centrais ou locais e a distribuição da energia produzida na usina de Paulo Afonso.

Parágrafo único. O Sistema Regional de que trata este artigo abrangerá:

a) o Sistema Curu, compreendendo a linha de transmissão de Fortaleza a Uruburetama, passando por São Luiz do Curu, subestações, linhas de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos municípios de Canaã, São Gonçalo do Amarante, São Luiz do Curu, Pentecostes, General Sampaio, Apuiarés, Uruburetama, Itapagé, Irauçuba, Itapipoca, Paracuru e Trairi;

b) o Sistema Baturité, compreendendo a linha de transmissão de Fortaleza a Baturité, passando por Maranguape, subestações, linhas de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos municípios de Maranguape, Pacatuba, Guaiúba, Redenção, Baturité, Capistrano, Itapipoca, Acatuba, Mulungu, Grammaíanga, Pacoti, Palmácia, Aracoiaba, Caridade, Paramoti, Canindeé, Itatira, Maracanãu e Choró; e

c) o Sistema Cascavel, compreendendo a linha de transmissão de Fortaleza e Cascavel, subestação, linhas de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos municípios de Aquirás, Cascavel, Pacajus e Beberibe.

EMENDA Nº 42

Inclua-se, onde couber:

Art. ... O preço do "kilowatt" fornecido pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco será uniforme para todos os Estados por ela servidos, seja qual for a extensão de suas linhas, não podendo seus revendedores cobrar mais de 15% sobre o preço por eles recebido.

EMENDA Nº 43 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... A SUDENE, através dos Órgãos especializados, preferencialmente a CHESF, promoverá o aproveitamento do potencial de energia elétrica fornecida pelas barragens já construídas e pela usina hidroelétrica do São Francisco, atenderá aos serviços de irrigação na zona rural.

EMENDA Nº 44 (CF)

I — Inclua-se, onde couber:

Art. ... A SUDENE providenciará a ampliação e equipamento da Escola de Agronomia do Nordeste, com sede em Aracá, no Estado da Paraíba, ficando, para isso, consignadas as verbas de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) no corrente exercício; Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) no exercício de 1964 e Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) no exercício de 1965, destacando-se da verba global.

II — Inclua-se no Anexo X:

e) ampliação e equipamento da Escola de Agronomia de Aracá Estado da Paraíba — 1963 — 1964 — 1965 — 50 — 50 — 50.

III — Aumente-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 45 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... O Sistema de Paulo Afonso, no Rio Grande do Norte, terá a seguinte discriminação:

Rio Grande do Norte A — (Angelim — Santa Cruz): Santa Cruz, Japi, Campo Redondo, Coronel Exequiel, Lage Pintada, São Bento do

Trairi, Bom Jesus, Tangará, Caiada, Monte Alegre, Serra Caiada, Santo Antônio, São José de Mipubu, Arês, Goianinha, Nisia Floresta, Canguaretama, Nova Cruz, Natal, Baía Formosa, Serra de São Bento, Januário Cicco, Pedro Velho, Vargem, Macaíba, Ceará Mirim, João Câmara, Taipu, Touro, São Bento do Norte, Maxaranguape, Lages, São Paulo do Potengi, São Tomé, Cerro Corá, Currais Novos, Acari, Cruzeta, Carnaúba dos Dantas, Florânia, São Vicente, Caicó, Serra Negra, São João do Sabugi, Limbuba dos Batistas, São Fernando, Santana do Matos, São Rafael, Jardim do Seridó, São José do Seridó, Ouro Branco, Parelhas, Equador, Jucurutu, Lajinhas, Angicos, Pedro Avelino, Afonso Bezerra, Apodi, Ipananguçu, Aqu, Picuí, Demétrio Lemos, Montanhas, Felipe Camarão, Rodolfo Fernandes, Pendência, Macau, Upanema, Augusto Severo, Cernaubais, Mossoró, Areia Branca, Grossos, Tibau, Caraiúbas, Itaú, São Gonçalo Parnamirim, Pureza, Sítio Novo, Felipe Guerra, Rio do Fogo, Barcelona, Barreto, São José de Campestre, Fernando Pedrosa, Paraú, Espírito Santo, Pedra Preta.

Rio Grande do Norte B — Cariri — Ceará — Paraíba: Alexandria, Martins, Portalegre, Pau dos Ferros, Luiz Gomes, São Miguel, Patu, Caraiúbas, José da Penha, Marcelino, Vieira, Tenente Ananias, Jardim de Pirlanhas, Almino Afonso, Umarizal, Janduís, Olho D'água dos Borges.

EMENDA Nº 46 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... A SUDENE providenciará a ampliação e equipamento da Escola de Agronomia do Nordeste, com sede em Areia, no Estado da Paraíba, ficando, para isso, consignadas as verbas de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) no corrente exercício; Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) no exercício de 1964 e Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) no exercício de 1965.

II — Inclua-se no Anexo X:

e) ampliação e equipamento da Escola de Agronomia de Areia, Estado da Paraíba — 50 — 50 — 50.
III — Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 47

O art. 32 da Lei nº 3.935 de 14 de dezembro de 1961, passa a ter a seguinte redação:

Art. ... O Sistema Regional Centro-Norte do Ceará tem como finalidade promover a eletrificação da região Centro-Nordeste do Estado através da construção de usinas hidroelétricas regionais, usinas térmicas centrais, ou locais e a distribuição da energia produzida na usina de Paulo Afonso.

§ 1º O sistema regional de que trata este artigo abrangera:

a) o Sistema Cratús-Planalto de Ibiapaba compreendendo as linhas de transmissão Banabuiu-Araras, Araras-Cratús, Araras-Ibiapina-Vigosa do Ceará subestações, linhas de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos municípios de Cratús, Independência, Novo Oriente, Tamboril, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Ipiratras Poranga, Ipu Reritaba, Barroque, Santa Quintéria, Mocimbo, Pacujá, Freixeirinhas e os municípios da Serra da Ibiapaba;

b) o Sistema Sobral, compreendendo as linhas de transmissão subestação da CHESF, no auxílio de "Araras", para os municípios de Sobral, Granja de Marco, subestações, linhas de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento dos municípios de Cariré, Grolarias, So-

bral, Alcântara, Meruoca, Santana do Acaraú, Massapé, Senador Sá, Morrinhos, Marco, Esela Cruz, Acaraú, Urucoca, Martinópolis, Granja, Camocim, Chavai, Cocau e Meraujo.

§ 2º O Sistema Centro-Norte do Ceará terá subordinação jurídica e administrativa à Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará (CENORTE), sociedade de economia mista autorizada a funcionar como empresa de energia elétrica pelo Decreto número 565, de 2 de fevereiro de 1952.

§ 3º A Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará (CENORTE) passará a ser concessionária para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica na área territorial definida nas letras a e b do § 1º deste artigo, bem como fica com atribuição de requerer e aplicar os recursos consignados no Orçamento da República ou em leis especiais, destinados ao serviço de energia elétrica na zona de sua concessão, devendo para tal os órgãos ou entidades aos quais foram consignadas as verbas fazerem a transferência dos recursos para a Companhia de Eletrificação Centro do Ceará (CENORTE).

EMENDA Nº 48 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... Todas as verbas destinadas por esta Lei e pelas leis e decretos anteriores à execução do Plano Diretor da SUDENE serão postas à disposição dos órgãos competentes e especializadas já existentes, em funcionamento no Nordeste tendo-se em vista a natureza e finalidade dos ajudados recursos financeiros e a competência específica de cada órgão.

§ 1º Os saldos verificados no encerramento de cada exercício financeiro serão contabilizados pela Contadoria-Geral da República como "Restos a Pagar" mas continuarão à disposição dos órgãos Federais a que se destinam, podendo ser por estes movimentados para execução dos serviços e obras do Plano Diretor, independentemente de autorização.

§ 2º A execução dos serviços e obras constantes do Plano, a que se refere este artigo, será acompanhada e fiscalizada pela SUDENE.

EMENDA Nº 49 (CF)

Ao Anexo I

1) Setor Rodoviário

j) Minas Gerais

II) Inclua-se:

II) Alterem-se em consequência, o

BR-70 — Trecho Espinosa-Rio Pardo — 1963 — 1934 — 1965.

Salinas-Rubelita Limite do Polígono das Secas (Aporé) — 100 — 100 — 100.

II) Alterem-se em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 50 (CF)

Ao Anexo I

I — Setor Rodoviário

D) Acrescente-se:

1) BR-3 — Trecho Divisa de Minas Gerais-Urandi-Cacitê — 100 — 200 — 200.

2) BR-11 — Trecho Divisa de Sergipe-Terra de Santana — 200 — 100 — 100.

3) BR-47 — Trecho Campinho-Boa Nova — 120 — 120 — 120.

4) Estradas Prioritárias do Nordeste:

a) Brumado-Maracás-Milagres — 100 — 100 — 100;

b) Algodão-Itapitanga-Itagibá-Cajazeira-Ibitupan — 100 — 100 — 100.

II) Alterem-se em consequência, e total do Anexo e o crédito especial a que se refere o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 51 (CF)

Ao Anexo I — Setor Rodoviário

i) Bahia:

I — Inclua-se:

I — BR-12, trecho Paulo Afonso

— Caldas d. Clipp — 50 — 130 — 100.

II — Ligação BR-12 — BR-13, tre-

cho Ribeira de Fumal — Tucano —

40 — 50 — 50.

II — Alterem-se em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 52 (CF)

Ao Anexo I

1 — Setor Rodoviário

Estados e Rodovias

g) Alagoas:

I) Onde se lê:

BR-11 — Inclusive ponte sobre o

Rio São Francisco — 300 — 450 — 49.

Leia-se:

BR-11 — Inclusive ponte sobre o

Rio São Francisco — 400 — 550 — 150.

II) Alterem-se, em consequência, o

total do Anexo e o crédito especial de

que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 53 (CF)

Ao Anexo I

Setor Rodoviário

G) Alagoas:

I — Onde se lê:

— 1963.

BR-26 — 36.

Leia-se:

— 1963.

BR-26 — 200

II) Alterem-se, em consequência, o

total do Anexo e o crédito especial de

que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 54

Ao Anexo I

Setor Rodoviário

I) Onde se lê:

L) Sergipe — 1963 — 1964 — 1965.

BR-11 — 233 — 100 — 15.

BR-27 — 70 — 270 — 300.

Leia-se:

L) Sergipe — 1963 — 1964 — 1965.

BR-11 — Inclusive construção das

acessos a Riachuelo e São Cristóvão

— 400 — 300 — 300.

BR-27 — 200 — 200 — 300.

II) Alterem-se, em consequência, o

total do Anexo e o crédito especial de

que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 55 (CF)

No Anexo I

1) Setor Rodoviário

Estados e Rodovias

I) Onde se lê:

f) Pernambuco:

BR-10 — 400 — 200 — —.

BR-13 — — — — 250.

BR-25 — 200 — 600 — 441.

BR-65 — — — 120 — 350.

BR-52 — 120 — 138 — 150.

Leia-se:

BR-10 — 400 — 220 — —.

BR-13 — 400 — 700 — 500.

BR-25 — 300 — 600 — 450.

BR-65 — — — 200 — 450.

BR-52 — 120 — 238 — 250.

II) Alterem-se em consequência, o

total do Anexo e o crédito especial de

que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 56 (CF)

Ao Anexo I

I — Setor Rodoviário

e) Paraíba:

I) Inclua-se:

BR-9 — inclusive obras de acesso

ponte sobre o Rio Piranhas — Cr\$

100 milhões para 1963; Cr\$ 100 milhões para 1964 e Cr\$ 100 milhões para 1965.

II) Eleve-se:

BR-12 da Cr\$ 100 para Cr\$ 100 mil-

hões em 1963; de Cr\$ 100 para Cr\$

200 milhões para 1964; de Cr\$ 100

para Cr\$ 150 milhões para 1965.

BR-23 de Cr\$ 150 para Cr\$ 200 mil-

hões em 1963; de Cr\$ 200 para Cr\$

300 milhões em 1964 e de Cr\$ 300 para

Cr\$ 500 milhões em 1965.

BR-53 — inclusive ponte sobre o

Rio São João e contendo a ponte de

de João Pessoa — de Cr\$ 100 para

Cr\$ 150 milhões em 1963; de Cr\$ 100

para Cr\$ 200 milhões em 1964 e de

Cr\$ 200 para Cr\$ 400 milhões em

1965.

III) Alterem-se, em consequência, o

total do Anexo e o crédito especial de

que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 57 (CF)

Anexo I — Setor Rodoviário

e) Paraíba:

I) Inclua-se:

— Ligação BR-12-BR-10, Monteiro-

Coxixola-Cabaceiras-Carnaução, inclusive

ponte sobre o Rio Cabaceiras —

Cr\$ 130 milhões para 1963; Cr\$ 200

milhões para 1964 e Cr\$ 300 milhões

para 1965.

II) Alterem-se, em consequência, o

total do Anexo e o crédito especial de

que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 58 (CF)

Ao Anexo I — Setor Rodoviário

e) Paraíba:

Onde se lê: BR-23

Diga-se: BR-23 inclusive ponte sobre

o rio de São Mamede e ponte

sobre o rio Espinharas, na foz de

Patos, no bairro São Sebastião

EMENDA Nº 59 (CF)

Ao Anexo I

1 — Setor Rodoviário

C — Ceará:

I — Destaque-se dos trechos,

os quantitativos abaixo indicados,

da Rodovia Fortaleza-Maranhão,

Boa Viagem (BR-44-A) — Pedra

Branca (BR-23) — Mombuca, etc.,

do seguinte modo:

1963 — 1964 — 1965

a) Trecho Boa Viagem (BR-44-A)

Pedra Branca (BR-23) — 100 —

100 — 100 (BR-24).

Várzea Alegre-Cariré-Jacaré do

Norte-Crato — 200 — 250 — 250.

b) Trecho Crato-Santana do Cariri-

Pontal-Araripe-Campo Sales —

(BR-24) — 120 — 150 — 150.

II) Alterem-se, em consequência, o

total do Anexo e o crédito especial de

que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 60 (CF)

Ao Anexo I

1 — Setor Rodoviário

c) Ceará:

Dê-se ao enunciado da Rodovia

Fortaleza — Maranhão — Boa

Viagem (BR-44-A) etc., a seguinte

redação, mantidos os os quantitativos

constantes do Projeto para os exer-

cícios de 1963, 1964 e 1965;

“Rodovia Fortaleza — Maranhão

— Boa Viagem (BR-44-A) — Pedra

Branca (BR-23) — Mombuca —

Acara — Igatu (BR-24) — Vár-

zea Alegre — Cariré — Santana

do Norte — Crato — Santana do Ca-

ri — Pontal — Araripe — Campo

Sales — BR-24”.

EMENDA Nº 61 (CF)

Ao Anexo I — Transporte

1 — Setor Rodoviário

c) Rio Grande do Norte:

I) Inclua-se:

BR-1, inclusive contorno da cidade e acesso ao porto de Natal e pontes sobre os rios Seridó (Jardim do Seridó) e Espinhares (Serra Negra), — 200 — 350 — 600.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 62 (CF)

Ao Anexo I (Transportes)

1) Setor Rodoviário

d) Rio Grande do Norte:

I) Inclua-se:

Pavimentação da estrada de acesso e do aeroporto de Caicó — 100 — 100.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 63 (CF)

Ao Anexo I

1 — Setor Rodoviário

Estados e Rodovias

d) Rio Grande do Norte:

I) Onde se lê:

BR-11 — 350 — 500 — 500.

Leia-se:

BR-11, inclusive contorno da cidade de Natal até a Estação Rodoviária e despesas de qualquer natureza, e desapropriação — 500 — 700 — 800.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 64 (CF)

Ao Anexo I — Transporte

1 — Setor Rodoviário

I — d) Rio Grande do Norte:

Onde se lê:

“BR-9 — Inclusive obras de acesso e ponte sobre o rio Piranhas — 50 — 100 — 300.

Leia-se:

“BR-9 — Trecho Rio Grande do Norte — 20 — 40 — 100.

e) Paraíba:

II — Inclua-se:

BR-9 — Inclusive obras de acesso a ponte sobre o rio Piranhas — 30 — 60 — 200.

III — Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 65 (CF)

Ao Anexo I

1 — Setor Rodoviário

b) Piauí:

I) Onde se lê:

	1963	1964	1965
BR-8	190		
BR-18			500
BR-44-A	200		200

Leia-se:

	1963	1964	1965
BR-8	100	190	150
BR-18	100	100	500
BR-44-A	100	200	200

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 66

Ao Anexo I

2 — Setor Portuário

I) Inclua-se:

Contribuição para melhoramentos e ampliação do porto de Maceió — 100 — 300 — 300.

II) Alterem-se em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 67 (CF)

Ao Anexo I

2 — Setor Portuário

Inclua-se:

I — Reparelhamento e melhoramentos no porto de Recife — 300 — 500 — 500.

II — Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 68

Ao Anexo I

2 — Setor Portuário

Inclua-se:

I) Contribuição para construção e reparelhamento do porto de Macau, recuperável de acordo com o estabelecido para o porto de Areia Branca (art. 62) — 150 — 350 — 450.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o artigo 87 do Projeto.

EMENDA Nº 69

Ao Anexo I

3 — Setor Aeroaviário

Inclua-se:

1963 — 1964 — 1965

I — a) Para o aeroporto de Fortaleza, Ceará — 150 — 150 — 200.

b) Aeroporto de Teresina — 100 — 100 — 100.

II — Alterem-se, em consequência, o crédito especial de que trata o artigo 87 do Projeto.

EMENDA Nº 70 (CF)

Ao Anexo II

Eletrificação

2 — Despesas Gerais

b) Subsídio aos consumidores de energia em usinas térmicas, na forma da Lei nº 3.969, de 1961.

I) Onde se lê: — 1963 — 1964 — 1965 — 600 — 600 — 300.

Leia-se: — 1963 — 1964 — 1965 — 1.000 — 1.000 — 300.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 71 (CF)

Eletrificação

2 — Despesas Gerais:

I Inclua-se:

b) Subsídios aos consumidores de energia gerada em usinas térmicas e pagamento de déficit operativo nas cidades de Teresina e São Luiz, de acordo com os critérios estabelecidos para Natal e Fortaleza. — 600 — 800 — 1.000.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87.

EMENDA Nº 72 (CF)

Ao Anexo II — Eletrificação

b) Sistemas Menores

I) Inclua-se:

XII — Sistema do Nordeste — BA — (Paulo Afonso — Geremoabo — Antas — Cicero Dantas — Ribeira de Pombal — Tucano), 80 milhões para 1963, 160 milhões para 1964 e 200 milhões para 1965.

XIII — Sistema do Baixo Nordeste — BA — (Alagoinhas — Inhambupe — Olindina — Cipó) para 1963, 50 milhões, para 1964, 60 milhões para 1965, 80 milhões.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 73 (CF)

Ao Anexo II — Eletrificação

b) Sistemas Menores

III — Sistema de Alagoas:

I — Aumente-se para: 600 — 650 — 700.

II — Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 74

Ao Anexo II — Eletrificação

b) Sistemas Menores

I) Onde se lê:

1963 — 1964 — 1965

IV — Sistema de Sergipe: 373 — 250 — 312.

Diga-se:

1963 — 1964 — 1965

IV — Sistema de Sergipe inclusive construção da rede de distribuição na cidade de Simão Dias — 430 — 250 — 312.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 75 (CF)

Ao Anexo II

(Eletrificação)

I) Inclua-se:

Sistema Quixadá
Despesas de qualquer natureza com as linhas de transmissão secundária de Banabuiú a Saneado Pompeu, Pedra Branca e Mombaca e de Banabuiú a Limoeiro e demais cidades do Baixo Jaguaribe, inclusive estações abaixadoras — 200 — 300 — 300.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 76 (CF)

ANEXO II

1 — Despesas diretas

Despesas de qualquer natureza etc.

b) Sistemas Menores

I) Onde se lê:

II — Sistema de Pernambuco — 583 — 220 — 190.

Leia-se:

II — Sistema de Pernambuco — 600 — 300 — 190.

II) Anexo III

Onde se lê:

4) Desenvolvimento, etc.

q) Bacia do Capibaribe — 100 — 100 — 100.

Leia-se: Bacia do Capibaribe — 150 — 150 — 150.

III) Alterem-se, em consequência, nos totais dos respectivos anexos e o crédito de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 77 (CF)

Ao Anexo II — Eletrificação

b) Sistemas Menores

1) Sistema Paraíba

I) Substitua-se pelo seguinte:
a) Alto Seridó, inclusive instalação Milagres Cajazeiras e Brejo do Cruz — São Bento — Cr\$ 700 milhões para 1963, Cr\$ 400 milhões para 1964 e Cr\$ 500 milhões para 1965.

b) Cariri, inclusive ligação São João do Cariri-Sumé, Cr\$ 400 milhões para 1963; Cr\$ 400 milhões para 1964 e Cr\$ 400 milhões para 1965.

c) Brejo Curimatão — Cr\$ 400 milhões para 1963; Cr\$ 300 milhões para 1964 e Cr\$ 300 milhões para 1965.

d) Sistema Coremas para eletrificação rural dos Rios Príncipe e Piranhas — Cr\$ 100 milhões para 1963; Cr\$ 200 milhões para 1964 e Cr\$ 100 milhões para 1965.

e) estações abaixadoras, linhas de transmissão e redes internas das cidades de Malta, São José da Lagoa Tapada, Jericó, Uirauna, Lagôa, Brejo dos Santos — Cr\$ 100 milhões para 1963; Cr\$ 100 milhões para 1964 e Cr\$ 50 milhões para 1965.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 78 (CF)

Ao Anexo II — Eletrificação

1) Despesas Diretas

I) Onde se lê:

VI — Sistema do Rio Grande do Norte — 1.504 — 1.166 — 1.674.

Leia-se:

VI — Sistema do R. G. Norte, inclusive despesas de qualquer natureza com a construção de linhas das redes inclusive de Mossoró e Caicó, destacando-se 400 em 1964 para construção da linha Curraes Novos — Acari — Caicó — 2.030 — 2.030 — 2.030.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 79 (CF)

Ao Anexo II — Eletrificação

b) Sistemas Menores

I) XII — Substitua-se o texto pelo seguinte:

“Sistema do Rio Grande do Norte, despesas de qualquer natureza com projeto, instalação, recuperação, reforma e ampliação de redes de distribuição, nas cidades servidas pela CHESF — 250 — 400 — 400.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 80 (CF)

Ao Anexo II — Eletrificação

I — Despesas Diretas

V — Sistema Cariri — Ceará

I) Acrescente-se o seguinte:

Cr\$ Minhões

1963 — 1964 — 1965

a) Despesas de qualquer natureza com estudo e construção de linhas de transmissão de energia de Paulo Afonso para os municípios de Santana do Cariri, Potengi, Araripe, Campos Sales, Assaré, Nova Olinda, Altaneira, Farias Brito, Caririçu, Abaiara, Porteiras e Barro, no Ceará, inclusive aquisição e montagem de subestações, a cargo da Companhia Hidrelétrica do São Francisco — (CHESF) por intermédio da Companhia de Eletricidade do Cariri (CEDCA) — 600 — 300 — 100.

b) Despesas de qualquer natureza com a reforma e ampliação das redes de distribuição das cidades sedes dos municípios indicados na letra a deste item (V—Sistema Cariri — Ceará), a cargo da CHESF, por intermédio da CELCA — 150 — 100 — 50.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 81 (CF)

Ao Anexo II — Eletrificação

I — Despesas Diretas

V — Sistema Cariri — Ceará

I) Acrescente-se o seguinte:

1963 — 1964 — 1965

c) Despesas de qualquer natureza com extensão de linhas de Paulo Afonso à cidade de Jaguaribe, Ceará, inclusive subestação transformadora, a cargo da CHESF — 172.

d) Despesas de qualquer natureza com extensão de linha de Paulo Afonso para distribuição na zona rural irradiando de Jaguaribe, Ceará, bem como para alimentar estações de bombeamento d'água nos terrenos marginais do Rio Jaguaribe — 111.

e) Despesas de qualquer natureza com a reforma da rede de distribui-

ção d energia elétrica na cidade de Jaguaribe, Ceará — 15
 IV) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 82 (CF)

Ao Anexo II (Eletificação)

I — Despesas Diretas
 I) Substitua-se o item IV — Sistema Centro Norte do Ceará e item V — Sistema Cratêus-Planalto do Ibiapaba pelo seguinte:

Sistema Cratêus-Planalto de Ibiapaba
 1963 — 1964 — 1965

Despesas de qualquer natureza com estudos, produção, transmissão e distribuição de energia elétrica nos municípios de Cratêus e Nova Russas — 570.000

Despesas de qualquer natureza com estudos, produção, transmissão e distribuição de energia elétrica nos municípios de Riutaba e Ipu — 117.000

Despesas de qualquer natureza com estudos, produção, transmissão e distribuição de energia elétrica nos municípios de Viçosa do Ceará, Tianguá, Uirapuru, Ibiapaba, São Benedito e Guaraciaba do Norte — 140.000 — 500.000

Despesas de qualquer natureza com estudos, produção, transmissão e distribuição de energia elétrica nos municípios de Santa Quitéria, Batoque, Tamboril e Ipuera — 180.000

Despesas de qualquer natureza com o projeto e construção da linha de transmissão Banabui-Araras e subestação em Araras — 600.000 — 700.000

II) Alterem-se, em consequência, os totais do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 83 (CF)

Ao Anexo II — Eletificação

II — Despesas Diretas

III — Sistema de Fortaleza

I. Acrescente-se o seguinte:

a) Despesas de qualquer natureza com o preparo do sistema elétrico da cidade de Fortaleza, a fim de receber a energia de Paulo Afonso, inclusive estudos, obras civis e equipamento destinados à suplementação técnica, reforma da rede de distribuição e mudança de frequência: 1963 — Cr\$ 1.400.000.000,00

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 84 (CF)

Ao Anexo II

Eletificação

a) Sistemas Regionais Autônomos:

D Acrescentem-se, o seguinte item:

XV — Sistema Cariri (Rio Grande do Norte), inclusive despesas de qualquer natureza com reforma e ampliação da rede de distribuição das cidades de Pau dos Ferros, Alexandria, Luiz Gomes, Patu, Martins, Portalegre e Jardim de Piranhas — 200 — 500 — 800

II) Alterem-se em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 85 (CF)

Ao Anexo II

Eletificação

1 — Despesas Diretas

Despesas de qualquer natureza para estudos, projetos, etc.

a) Sistemas Regionais Autônomos

I) Onde se lê:

Sistema do Piauí — 631 — 732 — 745

Leia-se:

Sistema do Piauí — 1.000 — 1.000 — 1.500.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 86 (CF)

Ao Anexo II

Eletificação

1 — Despesas Diretas

a) — Sistemas Regionais Autônomos

I) Onde se lê:

I — Sistema do Maranhão — 638 — 970 — 1093

Leia-se:

I — Sistema do Maranhão — 1000 — 1200 — 1500

II) Alterem-se em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 87 (CF)

Ao Anexo II

Eletificação

c) Programas especiais

Ao item — II

Exclua-se a expressão:

"ajustado à destinação de 3% para o Maranhão"

EMENDA Nº 88 (CF)

Ao Anexo II

Eletificação

1 — Despesas Diretas

D) Ao item X

Suprima-se a expressão: (Usina Inhobim)

II) Ao item XI

Suprima-se a expressão: (Usina Fertin)

EMENDA Nº 89 (CF)

Ao Anexo III

Levantamento sistemático e aproveitamento de recursos naturais

I) Onde se lê:

"3 — Pesquisas hidrológicas — 140 — 190 — 225"

Leia-se:

"3 — Pesquisas hidrológicas — 200 — 300 — 300"

II) Onde se lê:

"a) Rede hidrométrica e hidrologia geral — 65 — 100 — 135"

Leia-se:

"a) Rede hidrométrica e hidrologia geral — 125 — 210 — 210"

III) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 90 (CF)

Ao Anexo III

Levantamento sistemático e aproveitamento de recursos naturais

I — Inclua-se:

Bacia do Santo Antonio (Alagoas) — 100 — 100 — 100

Bacia do Camaragibe (Alagoas) — 100 — 100 — 100

Bacia do Manguaba (Alagoas) — 100 — 100 — 100

II — Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 91 (CF)

Ao Anexo III

Item 4

I) Onde se lê:

M) Bacia Piranhas-Açu — 100 — 160 — 168

Leia-se:

M) Bacia Piranhas-Açu, Despesas de qualquer natureza, inclusive obras no canal de alimentação da lagoa do Piaó — 200 — 300 — 500

2) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito de que trata o artigo nº 87 do Projeto.

EMENDA Nº 92 (CF)

Ao Anexo III

Levantamento sistemático e aproveitamento de recursos naturais

4 — Desenvolvimento de estudos, etc.

I) Inclua-se:

b) Bacia do Umanema — 50 — 50 — 50

II) Alterem-se, em consequência o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 93 (CF)

Ao Anexo III

Levantamento sistemático e aproveitamento de recursos naturais

4 — Desenvolvimento de estudos e aproveitamento de caráter integral

Inclua-se:

I — Bacia e canal Santo Alberto, no Rio Grande do Norte, Despesa de qualquer natureza — 50 — 50 — 50

II — Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 94 (CF)

Ao Anexo IV

Reestruturação da Economia, etc ...

I) Onde se lê:

7 — Extensão e organização rural — 550 — 830 — 1100

Leia-se:

7 — Extensão e organização rural, inclusive financiamentos cooperativas de produção agrícolas e pastoris — 1500 — 2000 — 2000

II) Alterem-se, em consequência o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 95 (CF)

Ao Anexo IV

Reestruturação da Economia Agrícola, Desenvolvimento e Integração dos Grandes Vales da Região Semi-árida e perfuração de Poços.

I — Exclua-se o item 8.

II — Remaneje-se para 9 o item 10, dando-se-lhe a seguinte redação:

"9 Irrigação no sumidouro São Francisco:

a) estudos e projeto — 285 — 120 — 120;

b) investimentos — 473 — 700 — 315;

III — Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 96 (CF)

Ao Anexo IV

Reestruturação da Economia Agrícola, Desenvolvimento Integrado dos Grandes Vales da Região Semi-árida e Perfuração de Poços.

I — Dé-se a seguinte redação ao item 11:

"11 — Plano de aproveitamento das águas subterrâneas, inclusive nas bacias sedimentares — 2000 — 2500 — 2500.

II — Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 97 (CF)

Ao Anexo IV

Reestruturação da Economia Agrícola, Desenvolvimento Integral dos Grandes Vales da Região Semi-árida e Perfuração de Poços.

I — Acrescente-se o seguinte item:

Programa de recuperação do Vale do Pissu, no Estado do R. G. do Norte, a cargo da Fundação Pío XII — 100 — 100 — 100.

II — Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito de que trata o art. 87 do projeto

EMENDA Nº 98 (CF)

Ao Anexo IV

Reestruturação da Economia Agrícola, Desenvolvimento Integrado dos Grandes Vales da Região Semi-árida e Perfuração de Poços.

I) Inclua-se:

12 — Piauí — irrigação no Parnaíba — 100 — 300 — 300.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 99 (CF)

Ao Anexo V

Política de Industrialização

Item 4:

Onde se lê: salina técnica.

Leia-se: Salina úrea

EMENDA Nº 100 (CF)

I) Ao Anexo V, inclua-se:

— Participação da SUDENE através do Fidei, nos Estudos, projetos e construção de uma usina de redução de minério de tungstênio e de permanganato, no Município de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte — 200 — 300 — 300.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que se refere o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 101 (CF)

Anexo V

Política de Industrialização

I) Inclua-se:

8) aproveitamento industrial do urânio no Estado de Pernambuco — 200 — 200 — 200.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 102 (CF)

Ao Anexo VI

Desenvolvimento da Pesca

I) Onde se lê:

"1 — Modernização da infra-estrutura de frigoríficos — 180 — 150 — 110.

2 — Adequação de portos — 240 — 400 — 500.

5 — Integralização e aumento de capital da PENESA — 340 — 440 — 250"

Leia-se:

"1 — Modernização da infra-estrutura de frigoríficos — 300 — 300 — 200.

2 — Adequação de portos — 300 — 500 — 500.

5 — Integralização e aumento de capital da PENESA — 400 — 420 — 300".

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 103 (CF)

Ao Anexo VI

Desenvolvimento da Pesca

I — Modifique-se o disposto no item 6, para o seguinte:

6. Desenvolvimento da pesca no R. G. do Norte e Alagoas, inclusive construção e adaptação de portos, embarcações, construção e adaptação de frigoríficos e quaisquer outras despesas — 200 — 200 — 200.

II — Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 104 (CF)

Ao Anexo VI

Desenvolvimento da Pesca

I) Inclua-se:

1) Conclusão do empreendimento de Maracó — Postos de recepção no litoral

e um frigorífico para pesca nas lagoas: 24 — 24 — 4

2) Pesquisa e fomento da pesca nas lagoas e em relação à lagosta no litoral: 8 — 8 — 8

3) Fomento e aquisição de material e equipamento de pesca para aumentar a captura de peixe no litoral e interior: 63 — 63 — 63

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 105 (CF)

Ao Anexo VI

Desenvolvimento da Pesca

I) Inclua-se:
Desenvolvimento da pesca em Alagoas, inclusive rede de frigoríficos — 200 — 200 — 200

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 106 (CF)

Ao Anexo VI

Desenvolvimento da Pesca

I) Inclua-se:
Desenvolvimento da pesca no Maranhão, inclusive construção e adaptação de portos pesqueiros, construção e adaptação de frigoríficos e quaisquer outras despesas vinculadas ao problema — 100 — 150 — 200

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 107 (CF)

Ao Anexo VI

Desenvolvimento da Pesca

I) Inclua-se:
Desenvolvimento da pesca no Estado de Pernambuco, inclusive construção e adaptação de portos pesqueiros, construção e adaptação de frigoríficos e quaisquer outras despesas vinculadas ao problema — 200 — 200 — 200

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 108 (CF)

Ao Anexo VI

Desenvolvimento da Pesca

I) Inclua-se:
Despesas de qualquer natureza para o desenvolvimento da pesca na Paraíba — Cr\$ 250 milhões em 1963; Cr\$ 250 milhões para 1964 e Cr\$ 300 milhões para 1965.

II) Alterem-se em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 109 (CF)

Ao Anexo VI

Desenvolvimento da Pesca

I) Inclua-se:
Para construção e adaptação do frigorífico da FRIPISA, em Campo Maior — Piauí — 100 — 100 — 100

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 110 (CF)

Ao Anexo VII

Racionalização do Abastecimento

I) Onde se lê:
1 — Armazéns e silos — 320 — 280 — 270

2 — Centrais de abastecimento — 400 — 200 — 200

4 — Estocagem de emergência — 100 — 100 — 100

Leia-se:
1 — Armazéns e silos — 400 — 600 — 600

2 — Centrais de abastecimento — 1.000 — 1.300 — 600

4 — Estocagem de emergência — 500 — 500 — 500

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 111 (CF)

Ao Anexo IX

Serviço de Água Potável e Esgoto

1) Abastecimento d'água

b) Investimentos nas Capitais e no Interior:

g) Alagoas:
I) Aumente-se para — 700 — 600 — 600

II) Alterem-se em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 112 (CF)

Ao Anexo VII

Racionalização do Abastecimento

2 — Centrais de Abastecimento, inclusive Centro de Abastecimento de Maceió, Alagoas — 400 — 200 — 200

Substitua-se pelo seguinte:

2 — "Centrais de Abastecimento, inclusive Centro de Abastecimento de Maceió, Alagoas — 400 — 200 — 200"

EMENDA Nº 113 (CF)

Serviços de Água e Esgotos

1 — Abastecimento de água

b — Investimentos nas Capitais e no Interior:

h) Sergipe

I — Onde se lê:
1963 — 1964 — 1965
287 — 202 — 282

Leia-se:

h) Sergipe
1963 — 1964 — 1965
300 — 300 — 300

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 114

Anexo IX

Serviços de Água e Esgotos

I) Inclua-se:
Para os Serviços de Abastecimento de água e esgoto, em Vitória da Conquista — Bahia — 500 — 500 — 500

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 115 (CF)

1) Abastecimento de água

b) Investimentos nas Capitais e no Interior:

I) Onde se lê:
f) Pernambuco — 641 — 675 — 944

Leia-se:

f) Pernambuco — 650 — 700 — 1000

2) Esgotos Sanitários

b) Investimentos nas Capitais e no Interior:

II) Onde se lê:
f) Pernambuco — 100 — 335 — 629

Leia-se:

f) Pernambuco — 100 — 350 — 650

III) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 116 (CF)

Ao Anexo IX

(Serviços de Água Potável e Esgotos)

I) Abastecimento de água

d) Rio Grande do Norte

I) Inclua-se:

Despesas de qualquer natureza, para os serviços de abastecimento d'água nas cidades de:

1) Marilins — 200 — 50 — 20

2) Alexandria — 30 — 50 — 30

3) Pau dos Ferros — 30 — 50 — 50

4) Serra Negra do Norte — 20 — 20 — 20

5) Nova Cruz — 50 — 100 — 50

6) Agu — 50 — 100 — 50

7) João Câmara — 20 — 50 — 20

8) Macau — 40 — 100 — 100

9) Goianinha — 20 — 30 — 20

10) Lages — 20 — 50 — 50

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 117 (CF)

Ao Anexo IX

Serviços de Água Potável e Esgotos

1) Abastecimento de água

b) Investimentos nas Capitais e no Interior:

I) Onde se lê:
d) Rio Grande do Norte 420 — 464 — 649

Leia-se:
d) Rio Grande do Norte, inclusive obras de conclusão da adutora de Calco e rede de saneamento da cidade, sendo Cr\$ 100.000.000,00, em cada exercício a Cr\$ 50.000.000,00, também nos três exercícios, para o abastecimento d'água de Parelhas — 600 — 700 — 800

II) Inclua-se:

Construção da adutora e serviços de abastecimento d'água da cidade de Currais Novos, proveniente do açude Marechal Dutra — 100 — 100 — 100

III) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 118 (CF)

Ao Anexo IX

Serviço de Água Potável e Esgotos

I — Abastecimento de água

b) Investimentos nas Capitais e no Interior:

I — Onde se lê:
b) Piauí — 557 — 714 — 993

Leia-se:

b) Piauí, inclusive obras de construção do serviço de abastecimento de água da cidade de Teresina — 950 — 1.100 — 1.300

II — Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 19 (CF)

Ao Anexo X

Pré-Investimentos diretamente ligados ao aperfeiçoamento do fator humano

Onde se lê:
"De conformidade com o art. 9º da Lei nº 1.004, de 24 de dezembro de 1949, ajustado à destinação de 3% para o Maranhão"

Leia-se:
"Tanto quanto possível de conformidade com o art. 9º da Lei nº 1.004 de 24 de dezembro de 1949"

EMENDA Nº 120 (CF)

Ao Anexo X

Pré-Investimentos diretamente ligados ao aperfeiçoamento do fator humano

I) Inclua-se:
Escola de Geologia de Pernambuco — 100 — 50 — 50

Escola de Geologia de Salvador — 50 — 50 — 50

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

EMENDA Nº 121 (CF)

Ao Anexo X

Pré-Investimentos diretamente ligados ao aperfeiçoamento do fator humano

De conformidade com o art. 9º da Lei nº 1.004, de 24 de dezembro de 1949, ajustado à destinação de 3% para o Maranhão:

c) Ensino técnico de nível superior e aperfeiçoamento de pessoal próprio

Destaque-se das verbas globais para 1963, 1964 e 1965.

1) Universidade do Rio Grande do Norte — 100 — 100 — 100

2) Universidade da Paraíba — 100 — 100 — 100

3) Universidade de Alagoas — 100 — 100 — 100

EMENDA Nº 122 (CF)

Ao Anexo XII

1) Onde se lê: "Colaboração da SUDENE com os Governos Estaduais"

Leia-se: "Colaboração da SUDENE com os Estados"

2) Onde se lê: "Execução de projetos a cargo dos governos Estaduais no montante correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) de renda tributária da União dos exercícios de 1962 a 1963 nos termos do art. 84 desta lei"

Leia-se: "Execução de projetos, no montante correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) da renda tributária da União dos exercícios de 1962 a 1963, nos termos do art. 84 desta lei"

EMENDA ... (CF)

A Emenda nº 1 (C.P.S.)

Onde se lê:
13 — Para serviços e obras de irrigação no Nordeste — 2.000 — 2.000 — 2.000

Leia-se:
13 — Para serviços e obras de irrigação no Nordeste, inclusive construção de pequenos e médios açúes e barragens subterrâneas em regime de cooperação — 2.000 — 2.000 — 2.000

SUBEMENDA A EMENDA

Nº ... (CPS)

Substitua-se pelo seguinte.
Art. 40. As unidades da Engenharia Militar do Exército Brasileiro, sempre que não houver inconveniente executário, a juízo do Ministério da Guerra, serviços e obras de sua competência técnica, na área de atuação da SUDENE.

Parágrafo único. A SUDENE indicará às autoridades competentes as obras e serviços, constantes de plano Diretor, a serem executados pelas unidades da Engenharia Militar e proverá o necessário à efetiva cooperação das mesmas no chamado Polígono das Secas.

Ofícios do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados:

Nº 776, de 22 do mês em curso — Comunica a aprovação da emenda do Senado ao Projeto de Lei nº 962-G de 1956 na Câmara e nº 97, de 1958 no Senado, que transforma o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas em autarquia e dá outras providências;

Nº 778, de 22 do mês em curso — Comunica a aprovação da emenda do Senado ao Projeto de Lei nº 1.652-F de 1956, na Câmara e nº 2 de 1959 no Senado, que concede isenção de direitos aduaneiros, adicional de 10% imposto de consumo e mais taxas alfandegárias para equipamento importado pela Empresa Telefônica Aquidauanaense Limitada, Companhia Telefônica de Valinhos e Empresa de Melhoramentos de Andradina — EMA — Construtora S.A.;

Avisos:

Nº AP.14, de 17 do mês em curso do Sr. Ministro da Indústria e Comércio — Transmite informações prestadas pelo Instituto Brasileiro do Café

atenção ao Requerimento nº 58-63, Sr. Senador Adolfo Franco; nº 950, de 22 do mês em curso, do Ministro da Marinha — Transmite informações solicitadas pelo Senhorador José Feliciano em seu Requerimento nº 70-63.

Ofício nº 132, de 4 de abril, do Senhor Ministro-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral — Encaminha relação dos Senadores e suplentes eleitos em 7 de outubro de 1962 e pede informações sobre as respectivas declarações de filiação partidária.

Of. 182

Brasília, 4 de abril de 1963.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência relação dos Srs. Senadores e respectivos suplentes eleitos em 7 de outubro do ano próximo passado.

Aprovo o o ensejo para solicitar a Vossa Excelência informe a este Tribunal Superior a filiação partidária segundo com as declarações encaminhadas feitas pelos recém-eleitos, para que a Comissão tenha em vista a grande parte concorreu ao pleito em filiação ou coligações.

Renovo a Vossa Excelência a expressão do meu mais alto apreço. — Y. Almeida Franco — Presidente.

BRASÍLIA DE 7.10.62

Relação nominal dos Senadores e

Suplentes

Atene

(PSD)

General José Gutomar dos

Santos 6 855

Alfredo José Kairala

(PTB)

Car Pastos 6.786

Guarido Armar

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

Albino Correia Senne ... 6.497

(PSD)
José Feliciano Ferreira 168.150
Armando Storni

Guanaabira
(PTB-PSB)

Aurélio Viana da Cunha Lima 509 979
Adamastor de Oliveira Lima

(PTN)

Gilberto Marinho 431.284

Hélio Santos Damasceno

Maranhão

(PSD)

Vicente de Brito Freire 172.680

Miguel Lins

Sebastião Archer da Silva .. 161.365

José de Matos Carvalho

Mato Grosso

Aliança Democrática Social

Trabalhista

(PTB-PSD)

Felinto Müller 83.098

Humberto Neder

Vicente Bezerra Neto 69.396

Castão de Matos Müller

Minas Gerais

Benedito Valadarez Ribeiro .. 454.842

Ovídio de Abreu

(PTB-PSB-PSP)

Camilo Nogueira da Gama .. 441.546

Walter Geraldo A. Alayde

Pará

Coligação Democrática Paraense

(PSP-MTR-PIN-PRT-PR-

PSB-UDN-PL)

Edward Catlett Pinheiro ... 123.870

Pedro Carneiro de Moraes

(PSD)

Joaquim Lobão da Silveira .. 97.444

Pedro Moura Palha

Paraíba

(UDN-PDC)

João Agripino Filho 137.373

Domício Gondim

(PTB)

Argemiro de Figueiredo 110.835

Augusto Gonçalves Abrantes

Paraná

(PTB)

Amaury de Oliveira e Silva 390.057

Rubens de Melo B. Araújo

(UDN)

Adolpho de Oliveira Franco .. 326.837

Milton Ribeiro de Menezes

Pernambuco

(PTN-PRT)

João Ermirio de Moraes 239.789

Luiz Pinto Ferreira

(UDN-PR)

Francisco Pessoa de Araújo .. 202.404

Saverino Jordão Embranciano

Piauí

Oposições Coligações

(PSD-UDN-PDC)

José Cândido Ferraz 111.842

Manoel da Silva Dias

Sigefredo Pacheco 99.770

Cláudio Pacheco Brasil

Rio de Janeiro

(UDN-PSP-PR-MTR)

Aarão Steinbruch 311.480

Olegário Bernardes

(PTB)

Vasconcelos Torres 261.372

João Pedro Gouveia Carvalho

Vieira

Rio Grande do Norte

(PSD)

Mons. Walfredo Gurgel 108.301

Manoel Cordeiro Vilaga

Aliança Democrática Trabalhista

(UDN-PST)

Dinarte de Medeiros Mariz .. 105.884

José Cortês Pereira

Rio Grande do Sul

Ação Democrática Popular

(PSD-PL-UDN-PSP-PDC)

Mem de Sá 572.334

Fernando A. G. da Fonseca

Daniel Krieger 567.882

Nestor Pereira

Santa Catarina

(UDN)

Antonio Carlos Kunder Reis 275.226

Celso Ramos Branco

(PSD)

Atílio Fontana 209.923

Rinaldo Ramos da Silva

São Paulo

(PSD-PRP-PSP)

Auro Moura Andrade 1.003.677

Miguel Leuzzi

(PTN-MTR)

Lino de Matos 936.163

Linneu Gomes

Sergipe

(PSD-PRT)

Francisco Leite Neto 63.563

José Rollemberg Leite

(PSD)

Júlio Cesar Leite 69.154

Dilton Rodrigues Costa

O SR. PRESIDENTE

Continua a hora do expediente.

Há, sobre a mesa, projeto de lei

que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e apoiado o seguinte:

Projeto de Lei do Senado

nº 30, de 1963

dico, isso mediante recibo em que conste além do nome e endereço do facultativo o número do seu registro no Conselho de Medicina em que estiver inscrito.

§ 1º A distribuição de amostras gratuitas de medicamentos a estabelecimentos hospitalares ou assistenciais de qualquer espécie, somente poderá ser feita na proporção de cinco (5) exemplares de cada medicamento, mensalmente a cada estabelecimento, mediante recibo firmado pelo responsável pelo estabelecimento ou por seu substituto legal ou eventual.

§ 2º Os laboratórios remeterão no primeiro dia de cada mês ao Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, para fins estatísticas, uma relação das amostras gratuitas distribuídas no mês anterior. Essa relação constará obrigatoriamente, os nomes comerciais e demais elementos de identificação dos medicamentos e estabelecimentos hospitalares e assistenciais beneficiados com as amostras.

Art. 4º O Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia promoverá imediatamente o estudo da padronização de rótulos e embalagens de produtos e especialidades farmacêuticas, tendo em vista principalmente a redução do custo desse material, sem prejuízo da sua clareza.

§ 3º Os laboratórios de produtos farmacêuticos enviarão, no prazo máximo de um mês a contar da vigência da presente Lei, ao Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, três (3) exemplares de cada rótulo e embalagem de todos os seus produtos, para base dos estudos de padronização de que trata o presente Artigo.

§ 2º O Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, após o estudo da padronização, enviará a cada estabelecimento ou laboratório, os modelos aprovados para cada produto, ficando os fabricantes obrigados a sua adoção no prazo máximo de um ano após o recebimento dos modelos oficializados.

§ 3º Serão mantidos nos modelos oficializados, os elementos de que trata o parágrafo 4º do Artigo 65 do Decreto nº 20.397, de 4 de agosto de 1946, acrescidos obrigatoriamente do preço de venda do produto pelo laboratório.

Art. 3º O Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia promoverá imediatamente a revisão do registro de produtos similares licenciados no País, com o objetivo de conseguir a redução progressiva do seu número.

§ 1º Fica proibido pelo prazo de um ano a contar de vigência da presente Lei, o licenciamento de qualquer novo produto farmacêutico semelhante já licenciados.

§ 2º Para os efeitos previstos no presente Artigo o Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia será em conta o registro de cada fórmula, produto para uso, estudos e pesquisas de professores catedráticos de farmacologia e de terapêutica de Faculdade e Faculdades de Medicina e Farmácia, oficiais ou equiparadas.

Art. 4º O Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, no uso das suas atribuições, promoverá a mais ampla divulgação das irregularidades preventivas e punitivas dos exames e provas e análise de produtos farmacêuticos.

§ 1º Para tal fim além de outras medidas de divulgação, enviará mensalmente ao Conselho Nacional de Medicina a relação dos produtos considerados impróprios ao uso terapêutico ou condenados para uso, com a referência explícita dos motivos fundamentados e das datas em que

houver sido precedida a análise do produto.

§ 1º O Conselho Nacional de Medicina, tomando conhecimento do assunto, promoverá ampla divulgação entre os médicos registrados, através dos Conselhos Regionais de Medicina.

Art. 7º Fica o Governo Federal autorizado a rever imediatamente os acordos e tratados em que seja parte o Brasil referentes a marcas e patentes, no setor de produtos farmacêuticos, visando habilitar a indústria nacional a se suprir das matérias-primas indispensáveis à elaboração dos seus produtos registrados no País.

Art. 8º Fica igualmente o Governo Federal, autorizado a disciplinar como melhor convier aos interesses nacionais as instituições de "royalties" e pagamentos por "Know How" na parte referente a especialidades farmacêuticas, para laboratórios instalados no Brasil, com matriz do estrangeiro.

§ 1º Fica proibido o pagamento de "royalties" pelo simples uso de nome de marca comercial, no setor de produtos farmacêuticos.

Art. 9º Fica autorizado o Poder Executivo a promover as medidas necessárias ao incremento da indústria farmacêutica nacional, através facilidade de crédito e financiamentos preferenciais bem como através isenção de impostos e taxas aduaneiras para importação de matérias-primas indispensáveis à fabricação de especialidades farmacêuticas.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Os constantes aumentos verificados nos produtos farmacêuticos, constituem um verdadeiro escândalo nacional. Não é mais possível mascarar a qualquer que campeia nos preços de remédios as vezes os mais simples e elementares, sem que qualquer providência executiva seja ao menos esboçada para a sua contenção.

O Congresso Nacional, tomando contato com a realidade, vem estudando medidas legislativas, a longo prazo para disciplinar, não somente o preço como também a honestidade das fórmulas e da manipulação dos medicamentos oferecidos ao consumo do povo.

A situação sanitária do nosso País, precária e as vezes alarmante, impõe o uso constante e generalizado de medicamentos, indispensáveis justamente à parte favorecida da população. Não é mais suficiente a simples multiplicação de hospitais e postos de saúde, se paralelamente a isso, não for oferecido à população, o "remédio" a preço compatível com as suas posses.

A calamidade inflacionária que assola a nossa economia é responsável, apenas em parte, pelo escurcimento do quadro, sabendo-se que outras causas, ponderáveis mas removíveis, algumas contribuem para essa situação dolorosa.

Assim são sempre alegadas pelos responsáveis pela composição dos preços, as laboratórios, a sobrecarga que incide sobre os produtos, decorrentes do vulto de amostras gratuitas distribuídas a médicos e a hospitais, a propaganda necessária à divulgação dos produtos, e aumento de preços das matérias-primas indispensáveis à elaboração dos medicamentos e o pagamento de vultosas importâncias a título de "royalties" e "know how" a detentores de patentes e marcas no exterior.

Essas causas, realmente existem, onerando no seu conjunto, o produto entregue ao consumo. Mas, como veremos, elas são facilmente remo-

víveis, ao menos em parte, e o serão com a aprovação do presente projeto.

O uso generalizado da distribuição de amostras grátis, tem, como eficiências de propagandas, um alcance muito limitado. O médico dificilmente recebe um remédio, pelo simples fato de haver recebido dele, uma amostra, gratuita entregue e seu consultório por um esforço propagandista que lhe recebe como disco de vitrola, uma ladainha de fórmulas e de termos técnicos, chamando monotonicamente a sua atenção para as vantagens do seu produto sobre outros similares...

Seria realmente uma levandade, essa verdadeira experimentação farmacológica no doente, guiada pela propaganda puramente comercial. Todos os consultórios médicos estão com os seus armários abarrotados de amostras gratuitas, sem o menor emprego, notando-se que quando se trata de medicamento já consagrado e de uso freqüente, dificilmente a amostra vem ter ao médico, mesmo quando solicitada.

É claro que a propaganda constitui uma tremenda arma de sucesso em qualquer iniciativa comercial ou industrial. Mas o que não nos parece justo é o fato de ser essa despesa de propaganda imposta ao doente com o aumento do preço do medicamento. A criatura humana enferma, é um ser já inferiorizado pela doença, com os seus recursos abalados, com a sua capacidade de produção diminuída. Não nos parece humano deixá-la abandonada à voracidade que impera nos preços dos medicamentos.

A propaganda dos remédios porém, não se limita a distribuição de amostras grátis. Ela cresce de dia para dia, sob as mais variadas formas. Vemo, ocasião de exibir neste Plenário, algumas embalagens de remédios, brindes e folhetos de anúncios, verdadeiramente luxuosos.

Também, essa divulgação levada a efeito entre os médicos, através a denominada "propaganda científica", tem um valor muito relativo. O médico busca a sua atualização terapêutica, em obras e revistas técnicas, sem qualquer cunho de propaganda comercial. Procura memórias, comunicações, anais e atas de congressos médicos, onde encontra sem qualquer mistura, as verdadeiras novidades científicas.

A concorrência comercial, entretanto, necessita usar uma propaganda agressiva junto aos profissionais da medicina, visando garantir a colocação dos produtos. É normal essa prática, até o momento em que o exagero passa a onerar insuportavelmente o artigo. Isso é o que se está verificando com o remédio.

O aumento dos preços, como várias vezes constatado, inclusive em inquérito oficiais, não está acompanhando a elevação geral dos preços dos demais produtos. Os balanços dos laboratórios farmacêuticos vendem ano a ano acusando astronômicas parcelas destinadas a propaganda, reservas e lucros, além de pagamentos verdadeiramente assustadores à diretoria e demais funcionários de categoria. Isso tudo, pesando sobre o produto final, e através dele, sobre o consumidor doente!

Verificando a real dificuldade de acesso a determinadas matérias-primas em fontes, do exterior, o projeto que hoje apresentamos à consideração do Senado, vem armar a indústria nacional com maior possibilidade nesse terreno, determinando a adoção de medidas de facilidade para importação, através isenção de taxas e impostos de importação, como trata-

mento preferencial aos laboratórios verdadeiramente nacionais.

A disciplinação de remessas de pagamentos a títulos de "royalties" para o exterior, também deve ser urgentemente levada a efeito pelo Governo. É aberrante a prática de pagar em dólares, pelo simples uso de um nome comercial ou marca industrial. Também deverá ser colvida ao máximo, a recente prática de receberem laboratórios "nacionalizados" empréstimos de dólares, das suas casas — matriz, contraindo obrigações de pagamentos e de remessas de juros em moeda estrangeira. Esses empréstimos, que realmente não chegam a entrar no Brasil, geram a obrigações de pagamentos em dólares, desfalcando ainda mais, a possibilidade já limitada do nosso balanço de pagamentos.

O problema dos denominados "similares", está também encarado no presente projeto. Há, à disposição dos compradores, um número imenso de medicamentos, com fórmulas praticamente iguais, com idênticas finalidades, apenas com nomes e preços diferentes. Essa multiplicidade de remédios iguais, é um dos maiores responsáveis pela intensidade da propaganda, com ónus evidente para o doente. A escolha se faz, imposta pela pressão comercial e não somente, como seria de desejar, pela propriedade da fórmula ou pela honestidade da fabricação.

Poderá parecer, à primeira vista, chocante, a referência à honestidade da fabricação, em terreno de extrema responsabilidade, como é o remédio. Mas, de acordo com o que se verifica nos resultados da pesquisa feita pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Euripedes Cardoso, e Menezes, tendo como Relator o Deputado Unio Machado, somente o Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentação, examinou no período de 14 de agosto de 1957 a 28 de maio de 1962, oitocentos produtos, rejeitando e condenando 347 deles ou seja 43%...

Não é necessário acrescentar uma única palavra a esse fato!

Ressalta, entretanto, o detalhe impressionante de que esses resultados continuam ignorados da quase totalidade dos médicos brasileiros os quais provavelmente continuam a receitar alguns desses medicamentos condenados...

Já é tempo de se regularizar, em definitivo, as atividades da indústria farmacêutica no Brasil, olhando em primeiro plano e antes de tudo, para o doente...

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1963. — Senador Vasconcelos Torres.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia, de Saúde e de Finanças, em 24-5-63.

O SR. PRESIDENTE:

O Sr. Senador Lopes da Costa entrou à Mesa discurso a fim de ser publicado, na forma do disposto no art. 201, § 2º, do Regimento Interno. S. Exa. será atendido.

E' o seguinte:

Sr. Presidente Srs. Senadores

O meu propósito ao fazer uso da palavra nesta oportunidade, é o de trazer ao conhecimento da Casa, os comentários que julgo de meu dever fazê-lo, a respeito da resposta do Ilustre Ministro da Agricultura, ao requerimento que enviei a S. Exa., em data de 24 de abril p/ passado, solicitando informações quanto ao plano para a necessária estocagem de carnes, destinadas ao consumo dos grandes centros como Rio e São Paulo, durante o período crítico da entressafra, que varia de julho a outubro, de cada ano.

Antes de fazer exame da matéria, a meu ver, tão importante, desejo primeiramente agradecer ao Sr. Ministro, a sua gentileza em responder tão prontamente, através de competente seção de seu Ministério, essa minha interpeleção.

Sr. Presidente.

Reproduzirei aqui, para governo e orientação dos Srs. Senadores, a fim de que S. Exas. possam ajuizar os três itens constantes do meu requerimento, coordenando as perguntas e respostas daquele Ministério com os respectivos comentários. Em se tratando, como os meus prezados colegas não ignoram, de uma questão que afeta diretamente a coletividade naquilo que é mais caro a vida, que é a sua alimentação, não poderia deixar de fazê-lo como representante desse mesmo povo.

Já dizia o grande Presidente "Thomas Jefferson", "Produzir bons alimentos para o povo é dever dos fazendeiros; o dever do político é tratar de que o povo seja bem alimentado". Em que data o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Pecuária de Corte, encaminhou a esse Ministério o plano para a estocagem de carne ao consumo na entressafra nos grandes centros Rio e São Paulo?

O Grupo de Trabalho entregou o estudo realizado ao Ministro da Agricultura em 7 (sete) de março, no Rio.

Vejam bem os Srs. Senadores, há mais de 2 meses, portanto, o Grupo de Trabalho do Desenvolvimento da Pecuária de Corte, fez entrega às autoridades competentes, em caráter preferencial do "Plano da Estocagem de Carnes para 1963, em atenção a uma recomendação especial do próprio Ministro da Agricultura e Justiça se lhe faça, compreendendo a importância do problema, a ele se tem dedicado numa aplicação, cuidadosa, mas que infelizmente, não tem encontrado por parte do Sr. Presidente da República e do seu Ministro da Fazenda, a indispensável correspondência.

O Grupo de Trabalho que acima me referi, no seu bem elaborado serviço, depois de minucioso exame, estabeleceu a estocagem de 26.588 toneladas de carnes cabendo 7.000 ao Rio Grande do Sul e 20.000 ao Brasil Central, condicionando a matança as condições climáticas dos meses de março e junho a critério daquele Ministério.

Fois bem, Srs. Senadores, todas as providências foram antecipadamente tomadas por esses órgãos, e o que temos, é o tempo da matança se esgotando, diante do descalço injustificável do Governo, pois, hoje já se tornaria difícil, impossível efetuar a estocagem da quantidade prevista, e apelos nesse sentido não tem faltado a S. Excia. Sr. Presidente de República, que é pecuarista e que melhor do que ninguém, está em condições de apreciar o assunto com conhecimento de causa e procurar resolvê-lo, autorizando as verbas necessárias a concretização da medida.

Quais foram as providências desse Ministério, no sentido de autorizar aos estabelecimentos abatedores a procederem a necessária estocagem?

O Ministro da Agricultura tratou com o Ministro da Fazenda sobre a parte referente ao financiamento. Entendeu-se com a Carteira de Crédito Industrial do Banco do Brasil sobre o financiamento de estocagem face à necessidade de uma solução urgente do caso. Os estabelecimentos abatedores já enviaram os elementos necessários para cálculo das entidades de carne a estocar os quais foram enviados ao órgão competente deste Ministério que aguarda decisão sobre o financiamento para encaminhá-lo

Banco do Brasil. Foi enviado aviso ao Sr. Ministro da Fazenda, conchando os entendimentos verbais anteriores sobre a matéria.

Jomo verificam os Srs. Senadores, porém neste caso, o Grupo de Trabalho, agiu com presteza e precisão, pois de ouvir os estabelecimentos atores, os quais se colocaram a posição dos órgãos competentes os meios necessários para facilitar a ocagem, tem aquele Grupo insistido junto ao Sr. Ministro da Fazenda, sobre o financiamento em face urgência na solução do caso. O e se verifica é que, enquanto a iniciativa privada, através de seus organismos de classe está preocupada na esteira do abastecimento de se protobio na alimentação do povo, e faz o Governo?

Qual seria a verba destinada? O Grupo estimou em 7 (sete) bilhões de cruzeiros o montante do financiamento para a estocagem de... 500 toneladas no Brasil Central e Rio Grande do Sul.

Em virtude do atraso da concessão desses 7 bilhões o que acarretou graves prejuízos para a economia nacional, consequente da redução do mpo de abate e da quebra de preço gado, simultaneamente será necessário, ora, a aplicação de 5 (cinco) bilhões de cruzeiros.

Aqui está o cerne da questão. A estimativa para a estocagem de 500 toneladas, era de 7 bilhões de cruzeiros, mas em razão do retardamento prolongado na concessão daquela verba o que vem acarretando sérios prejuízos à nação, de vez que a loca de novilhos bons, gordos e em condições econômicas está passando a quebra de peso do gado — será necessária dentro em breve, devido a estimativa que se aproxima, já não há mais necessidade de 7 bilhões previstos; e n de quantia de 5 bilhões. E nos condições ao invés de 26.500 toneladas, deverão ser estocadas 10.000 toneladas. Agora, de acordo com o onanciamento do próprio Ministro da Fazenda, em o "Globo", já não são estocadas nem 19.000 passando ra a casa de 15.000 toneladas com limite máximo de financiamento de 500 bilhões de cruzeiros.

Por aí os Srs. Senadores irão certamente compreender e disto não temo a menos dúvida, que o público a pagar a carne magra mais cara sofrerá as duras consequências das las intermináveis nas portas, dos ouques, se as providências governamentais tardarem.

Estas minhas palavras valem mais mo advertência ao avaliar a extensão do drama que poderão estar suitas as populações do Rio e São Paulo, si não houver a liberação imediata das verbas, porque o fator temo é primordial importância para o ograia da estocagem devido a redução simultânea da matança e da dução de peso do gado.

São estas as considerações que deva fazer...

O SR. PRESIDENTE: A Presidência deferiu os seguintes requerimentos: 1. Informações apresentadas na sessão de 22 do corrente;

235-63 — do Sr. Senador Gilberto (arinh) informações a serem presadas pelo Departamento de Correios e Telégrafos;

206-63 — do Sr. Senador Nelson lacula (informações a serem presadas pelo Ministério da Indústria e Comércio). (Pausa).

Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador em de Sá.

O SR. MEM DE SA:

— (Não foi revisto pelo orador) — Presidente, e Srs. Senadores, devo oficialmente agradecer a generosa dalgua do nobre Senador Eurico Re-

zende, que através de permuta me permitiu ocupar a tribuna na hora que lhe estaria reservada.

(Lendo) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, embora não mais seja possível tratar do problema agrário sem repetir coisas sabidas ou óbvias, útil me parece, em meio a baibúrdia reinante e algumas verdades que convém serem repisadas e marteladas.

1. Desde logo, a necessidade de esclarecer o povo, mostrando-lhe que não passa de mistificação, e grossa mistificação dar a entender que todo o problema é, mais ainda, todos os problemas, angústias e sofrimentos nacionais terão solução milagrosa de dia em que for votada emenda constitucional alterando os arts. 141 e 147 de nossa Carta. Um mínimo de probidade política e intelectual exige que se explique minuciosamente que qualquer política agrária e, sobretudo, qualquer reforma agrária, nas condições vigentes no Brasil, reclamam longo tempo para madurar e oferecer os desejados frutos.

Hé menos de um ano, afirmava-se ao povo que todos os males da nação do Congresso: desse éle delegação de poderes legislativos ao Conselho de Ministros e tudo resolvido seria, num abrir e fechar d'olhos. Pouco depois, concedida a delegação mudou a fórmula mágica: o plebiscito e a volta ao presidencialismo é que nos salvariam. Só eles, agora, mas segura e infalivelmente. Com os poderes do sistema presidencial o governo tudo faria, tudo solveria tudo prometia: — sem mais inflação, nem mais exploração, sem mais tubarão po's o NAO de 6 de janeiro era o novo abacabrado ou o novo "abre-te, Sésamo" das portas da abundância e da felicidade. Dado o "não" e dado o presidencialismo, continuando tudo na mesma e cada dia mais agravadas as agruras do País, descobre-se nova fórmula mística para acobertar a incapacidade governamental: — é a emenda à Constituição, só ela, que falta ao Presidente para que possa resgatar os compromissos vencidos e não saldados.

2. Outra impostura, conjugada à primeira, está em insinuar ou dizer que sem a prodigiosa Emenda, nada pode o governo fazer em benefício das populações rurais e, especificamente do trabalhador agrícola. O Presidente já declarou mesmo, com a maior coragem, que, enviando ao Congresso a Mensagem sobre a reforma agrária e a sugestão da reforma constitucional, o Poder Executivo fizera tudo quanto lhe competia. Daqui por diante, conforme o Presidente, tudo depende da Câmara e do Senado, tudo depende, mais precisamente, de ser emendada a Constituição. Então como o Presidente já fez tudo quanto nele cabia, aqui se o povo contra o Congresso, tal como ontem se fez para lograr o plebiscito e o presidencialismo.

Ora, o que é imperioso explicar ao povo e, ao que parece, ao próprio Presidente da República é que, antes de qualquer Lei nova ou de qualquer modificação constitucional — cumpro ao governo promover um complexo conjunto de medidas, cuidadosamente planejadas e coordenadas, com os meios e os instrumentos e os meios de que já dispõe, para, não somente estimular a produtividade agrícola, como também socorrer as populações rurais, favorecendo e amparando os pequenos proprietários e os assalariados do campo. Digo mais: — sem determinadas providências preliminares — que deviam estar em plena execução há muitos anos — impossível, totalmente impossível, será realizar qualquer reforma agrária digna deste nome. Impossível realizar qualquer coisa que não seja farsa.

3. É justamente porque o atual governo nada está fazendo do muito que já podia e devia — é que lhe

falta autoridade para fingir que quer uma reforma agrária em profundidade e só a não executa porque o Congresso não vota a Emenda Constitucional reclamada.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Com todo prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Estou acompanhando o discurso de V. Exa. com a atenção que merecem os grandes líderes deste Congresso.

O SR. MEM DE SA — E' encasso de generosidade de V. Exa.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Exa. merece a admiração e o respeito de todos nós, sobretudo quando emite opinião sobre assuntos de ordem financeira, econômica e social. V. Exa. conhece a posição em que me tenho colocado nesta Casa, discordando da assessoria jurídica do Sr. Presidente da República, quando julga necessária a reforma constitucional para que se processe a reforma agrária. V. Exa. acaba de declarar que a reforma agrária, sem ter por objetivo a produtividade da terra, o financiamento à agricultura e assistência técnica é uma reforma precária.

O SR. MEM DE SA — E' uma farsa!

O Sr. Argemiro de Figueiredo — E' uma farsa, diz V. Exa. numa síntese perfeita. Ressalvo, entretanto, dentro do espírito de independência em que me tenho mantido, a atuação do atual Presidente da República.

Não sei se o Rio Grande do Sul, como um dos Estados que lideram a vida agrícola neste País — lideram no sentido de agricultura perfeita, mecanizada, produtiva, onde se cuida do amparo ao agricultor e da produtividade da terra tem tido essa assistência. Mas a verdade é que o atual Governo, está processando assistência, sobretudo, financeira ao agricultor, nos Estados que não a possuem, incluindo — creio — o de V. Exa. e o de São Paulo, onde a ajuda do Estado se vem verificando com normalidade. Nos outros Estados a política do atual Presidente da República — justiça se lhe faça — constitui verdadeira revolução no setor agrícola. Na região nordestina, a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil vem processando o financiamento em massa. E' uma revolução, uma época nova que se está inaugurando no País. O financiamento é completo, desde a ajuda ao grande, ao médio e ao pequeno lavrador, até ao produtor rural. Perdoe-me V. Exa. a extensão do aparte, mas precisava fazer justiça ao homem de cuja assessoria técnica tenho discordado em minha atuação no Senado.

O SR. MEM DE SA — Agradeço o aparte do eminente Senador Argemiro de Figueiredo, sobretudo a sua extrema generosidade para comigo. Conheço os pontos de vista de S. Exa. que tem demonstrado que o problema agrário é um dos que mais o preocupam. Tornou-se, por isso, uma das vezes mais autorizadas na matéria.

Quanto ao que S. Exa. afirma a respeito da atuação do atual Governo, espero que corresponda à realidade, o que verá em breve. Por enquanto, desconheço tenha feito algo de novo. O crédito móvel, por exemplo, instituído no Governo Jânio Quadros, não teve prosseguimento, apesar de ser uma das medidas mais eficientes na matéria.

O Sr. Eduardo Catalão — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Pois não!

O Sr. Eduardo Catalão — Sobre o crédito móvel, posso dizer, pelo menos, que teve prosseguimento. Não quero analisá-lo se mais aperfeiçoado. Asseguro, entretanto, que os Diretores das diferentes Carteiras de Crédito Agrícola do Banco do Brasil

sempre lhe deram o melhor de sua atenção e apoio.

O SR. MEM DE SA — A política do Crédito móvel que todos sabem, foi insituida de modo eficiente, no Governo Jânio Quadros.

O Sr. Eduardo Catalão — E em muito boa hora.

O SR. MEM DE SA — E essa política não teve prosseguimento, ao que todos sabem.

O Sr. Eduardo Catalão — Nobre Senador Mem de Sá, informo a V. Exa. que, precisamente, para a área Sul do Brasil, a Direção Geral do Banco do Brasil, através do Diretor da Carteira Agrícola-Região Sul, enviou o maior número de camionetas para atendimento ao crédito móvel.

O SR. MEM DE SA — Então o fato é recente e não foi ainda noticiado.

O Sr. Eduardo Catalão — Perdão, nobre Senador, talvez não tenha sido noticiado porque não houve a preocupação de propaganda. Houve sim a preocupação do crédito rural em que pequenos lavradores, pequenos produtores fossem visitados pelos funcionários da Carteira Agrícola daquele órgão.

O SR. MEM DE SA — O Governo tão pródigo em propaganda, até mesmo da subversiva, deveria fazer sobre o que é positivo.

O Sr. Eduardo Catalão — Talvez o Governo não tenha querido fazer propaganda. O Banco do Brasil é um órgão realmente sóbrio.

O SR. MEM DE SA — Tenho a impressão de que o Governo está um pouco encabulado com a atividade creditícia que está desenvolvendo, e que demonstra, de certo modo, que teme os bons resultados dessa política.

Sel que a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil tem tido uma progressão constante no volume dos créditos concedidos; mesmo dentro do Plano Trienal, a Carteira foi a menos atingida. Mesmo assim, é evidente que na política global de contenção do crédito, não é possível, neste momento, dar toda a assistência necessária ao desenvolvimento de uma política agrícola desejável.

Mas prossigo, Sr. Presidente, porque este é apenas um dos muitos aspectos. Dizia que, seria uma série de providências e medidas preparatórias, essenciais, falta ao Governo autoridade para pugnar por uma reforma agrária em profundidade.

Prossigindo, Sr. Presidente: (Lendo).

Já não pergunto porque nada foi começado, começado ao menos, no longo período do governo d Sr. Getúlio Vargas em que nem a dificuldade de emenda à Constituição podia obviar seu intento de reformista agrário se o tivesse. Pe ponto, sim, pois as datas são recentes porque Senhor João Goulart e seu partido não levantaram o bandeira quando partilhavam do governo Kubitschek e o Ministério da Agricultura fazia parte de seu quinhão. O Sr. João Goulart e seu partido tudo podiam, então, e tudo o que queriam, obtinham: porque nada fizeram, nada de nada, em favor da não digo de uma reforma agrária, mas ao menos de uma política agrária ou, no mínimo, contrabalancasse a política de industrialização urbana, característica daquele governo.

Não é só. Agora mesmo, além dos poderes do presidencialismo, desfrutou o Sr. João Goulart da lei delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962 escrita por Ministros de sua livre escolha e integral confiança. Este presente, que o arremedo de sistema parlamentar lhe deixou, deu-lhe a SUPRA, cuja competência, traçada no art. 2º, inclui, entre outras a faculdade de "planejar, promover, executar e fazer executar, nos termos da legislação vigente e da que vier a ser

expedida a reforma agrária e, em caráter supletivo, as medidas complementares de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária, bem como outras de caráter administrativo que lhe venham a ser conferidas...

Pois a SUPRA, com todas as terras do INIC, mais as terras que pertencem ou que passem ao domínio da União, com o acervo do INIC e mais o do Serviço Social Rural — a SUPRA com todos os poderes legais de que desfruta, mais os bilhões que manipula — que faz é que faz até hoje, além de nomeações de afiliados e despesas de rotina e propaganda??

4. Entretanto, como já disse e repito, nenhuma reforma agrária será possível sem que o governo adote medidas preparatórias imprescindíveis, para as quais não carece de nenhuma lei nova. Limito-me aqui a enumerar apenas três, que reputo essenciais:

A. O levantamento cadastral das propriedades rurais e das terras pertencentes à União, Estados e Municípios — se não em todo o Brasil, pelo menos nas regiões reconhecidamente mais necessitadas da intervenção estatal na órbita agrária. Não adianta continuar uma discussão tola sobre as percentagens das terras da União e das terras devolutas, da extensão e número de latifúndios e de campos improdutivos enquanto não se fizer este levantamento, base de qualquer estudo posterior. Evidente é que, numa primeira fase, tal levantamento se deve proceder nas regiões mais povoadas, isto é, dentro do ecúmeno nacional, que mais exigem o amparo e a proteção do pequeno proprietário e do trabalhador rural. Enquanto esta preliminar não for satisfeita, será ridículo debater abstratamente qualquer solução honesta, como ridículo se faz o Presidente que sem dados concretos e objetivos, anuncia quantos trilhões de cruzeiros serão precisos para desapropriações de terras destinadas à reforma.

B. Outra providência básica para o êxito de qualquer política séria e, muito mais, de qualquer reforma agrária, está em preparar, já e já, o pessoal técnico indispensável para pô-la em execução. Já não falo em agrônomos, veterinários, engenheiros e outros, de nível universitário. Desejo referir-me, especialmente, a técnicos rurais de nível médio que, às centenas, serão os obreiros essenciais da imensa tarefa que se tem em mira. É urgente (e já devia ter sido há muito iniciado) um programa de cursos intensivos para a preparação destes agentes técnicos a fim de que o pequeno proprietário atual, bem como os futuros, possam tirar da terra aquilo que hoje não têm e que precisam ter, em benefício próprio e do Brasil. Assevera o Sr. Miguel Arraes que dos 23 milhões de habitantes do Nordeste, mais de 15 milhões "não se utilizam do dinheiro, nem sabem ou mal sabem, qual é a nossa moeda". E adianta que no agreste pernambucano existem 176 mil famílias, proprietárias de pequenos lotes rurais, vegetando na miséria. É, pois, de evidência solar que nada de útil poderá ser empreendido em tal região se não dispusermos de centenas de instrutores técnicos e assistentes sociais que levar aos homens com terra os ensinamentos fundamentais para a sua redenção econômica e até humana. Não estou pensando, Srs. Senadores, na criação de algumas dezenas de estabelecimentos-modelos, com instalações suntuosas, para a preparação destes técnicos, reincidindo no vício de nossas administrações habituadas a gastar anos e anos, mais dezenas de milhões para construir umas poucas escolas técnicas de nível médio e depois deixá-las ao desamparo e ao descalabro. Penso na imperativa urgência de um programa, a ser entenhado pelo Ministério da Agricultura, pela SUPRA, pelo Ministério da Educação e pela SUPRENE, com o fim de, usando o mais pos-

sível, pessoal do meio social adequado, mediante cursos intensivos e práticos, mobilizar em prazo curto os elementos capacitados a ir para o campo realizar a execução de verdade a reforma agrária tão almejada.

Sem isto, nada se fará. E, a propósito, oportuno se torna lembrar o aparte dado, há dias, nesta Casa, pelo eminente Senador Josaphat Marinho, afirmando que, em determinado município balano existe uma escola agro-técnica fechada há diversos meses. E assim que o atual governo pretende fazer reforma agrária? Antes de emendar a Constituição, urge que o governo se emende, para que a reforma não seja apenas matéria de exploração demagógica.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Pois não! Com todo prazer ouvirei V. Exa.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Corroborando o ponto-de-vista que V. Exa. acaba de referir, pediria para que atentasse também para o fenômeno do êxodo rural, que se vai processando do Nordeste para Brasília e para outros Estados do Brasil, sobretudo do Sul. A população que se desloca do Nordeste para Brasília é constituída em 30%, percentagem que talvez não seja exagerada, de pequenos proprietários que não tiveram condições de fazer a terra produzir, exatamente pela falta de assistência devida ao pequeno proprietário.

O SR. MEM DE SA — Essa assistência é, que me parece essencial. Mesmo porque o crédito se torna em providência secundária se não for orientado pela assistência técnica.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Orientado, tecnicamente.

O SR. MEM DE SA — Nesse sentido há instituição nacional merecedora do maior amparo, compreendendo as diversas associações de assistência ao crédito rural, seja a A.C.A.R. e outras. São entidades em parte financiadas pelo Ponto 4 e pelo governo brasileiro. Elas é que dão orientação para o emprego do crédito rural aos pequenos proprietários, mostrando como o crédito deve ser aplicado para que seja produtivo. Porque, do contrário, o crédito muitas vezes vai desgraçar os pequenos proprietários que dele não sabem fazer uso adequado. E então, além de não tirarem do crédito o proveito que dele devem ter, o crédito ainda vai asfixiá-los. Daí a importância que para mim é essencial, e começamos a preparar equipes de técnicos, principalmente para atuarem em zonas, como disse Miguel Arraes, em que quase duas terças partes da população não entram na economia monetária. Precisa-se, então, não só de uma instituição de técnicos agricultores, como também de um sistema de serviço social, para que o assistente social ensine, inclusive, preceitos rudimentares de higiene e de alimentação.

O Sr. Guido Mondin — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Com todo o prazer.

O Sr. Guido Mondin — Na última sessão fiz o que nunca havia feito antes. Enviei a Mesa um discurso sobre reforma agrária que está rigorosamente em modo, porque a dificuldade hoje de conseguirmos inscrição para falar e grande. Usei, então, desse expediente. Por esse trabalho verificará V. Exa. que meu Partido, na Câmara, apresentou projeto de reforma agrária constando de 88 artigos. Nêle, o aspecto que V. Exa. destaca está rigorosamente tratado, porque esta é a realidade para quem queira tratar sinceramente do assunto. Lembro que há pouco li estudo perfunctório a respeito do que se fez em matéria de estatística. Mesmo que o Governo desejasse pa-

gar a desapropriação na base de títulos da dívida pública, essa importância cobriria apenas 20% dos recursos necessários para fazer-se a reforma agrária. Perguntaria a V. Exa. onde encontrar o Governo os restantes 80% para pagar os técnicos a fim de realizar a reforma agrária?

O SR. MEM DE SA — Perfeitamente; o aparte de V. Exa. é de todo pertinente. Quero lembrar, entretanto, que não é necessário dispor em lei que o Governo prepare técnicos. O Governo, independente de qualquer lei, deve prepará-los e tem os recursos para isso necessários.

O Sr. Guido Mondin — Refiro-me à preparação do quadro de técnicos para esse mister.

O SR. MEM DE SA — Tudo isso afirmo, o Governo pode e deve fazer, independente de qualquer lei nova, de qualquer nova lei agrária. O Governo pode e deve tomar as medidas indispensáveis para que as reformas sejam executadas. E entre outras, citei o Cadastro Territorial, que é fundamental, e a preparação de técnicos de nível médio que é, a meu ver, a maior lacuna do ensino brasileiro — a falta de técnicos de nível médio. (Lendo) C. A terceira providência que alinho, preliminar para as operações em vista, está na elaboração de projetos e planos definidos. Não se pode pensar em tema de tal magnitude sem previo e perfeito planejamento. Tendo por base o cadastro territorial e fixadas as áreas em que se cogita iniciar as experiências reformistas que se comece a elaborar os planos e os projetos específicos. Só eles poderão dizer quais as terras da União ou dos Estados que podem ser aproveitadas, quais as extensões improdutivas, de propriedade privada, existentes na área ou região escolhida, quais os latifúndios ou glebas que se fazem necessárias, para desapropriar. Somente à vista de tais projetos se poderá ter ideia objetiva dos recursos adequados, não somente para estas desapropriações, como, principalmente, para as demais despesas com as construções e a múltiplas modalidades assistenciais que constituem a parte fundamental da reforma.

5. Para arrimo de assertos tão conhecidos, trago o depoimento de uma autoridade insuspeita — o do Senhor Miguel Arraes, em seu discurso de posse no governo de Pernambuco. Eis as palavras que não licença para fazer minhas:

"No caso do Nordeste, é urgente resolver a questão agrária. E resolvê-la não significa dar um pedaço de terra a cada nordestino. Essa é uma mentira de demagogos. A demagogia nunca se voltou, por exemplo, para a Leão que nos dá o agreste pernambuco, onde existem 176.000 pequenas propriedades, para as quais jamais se traçou uma política adequada, para as quais jamais a demagogia traçou qualquer plano. As 176 mil famílias dessas pequenas propriedades não podem sobreviver na terra, não podem viver da terra, porque lhes faltam condições mínimas: não contam com financiamento, não há política de defesa de seus preços nem há organização capaz de negociar seus produtos e defendê-los no mercado. Para esse total de 176.000 pequenas propriedades a demagogia nunca diz que há apenas 3.000 contratos de financiamento, que somam muito menos que o financiamento concedido às 52 usinas existentes em Pernambuco".

E, adiante, reforçando, a ênfase no ponto capital do problema, acrescenta:

"Esse exemplo mostra que a simples distribuição de latifúndios não virá resolver qualquer

problema, caso não se ponha em prática uma política que organize e ampare o trabalho dos pequenos proprietários. Mas não é só isso. Se não formos capazes de modernizar a nossa agricultura, pela liquidação da estrutura semifeudal, que ainda é a nossa, pelo estabelecimento de um novo nível de capitalização, pela fixação de salários dignos capazes de possibilitar ao nordestino as condições indispensáveis ao manuseio das técnicas modernas de produção, se não fizermos isto, não teremos feito o mínimo necessário à superação do nosso atraso e da nossa miséria.

Em face desses magistrados concordes, indagado do Sr. Presidente da República, se ele não quer ser incluído na categoria dos demagogos, denunciados pelo Sr. Arraes: — Que planos seu governo elabora para atender às questões tão bem focadas pelo governador de Pernambuco? Os projetos de colonização, de assistência e de amparo ao pequeno proprietário e ao trabalhador rural? A SUPRA já concorre ou está concorrendo? E, ainda: — qual o plano financeiro em que o Governo assina os planos e projetos específicos de reforma? Sim, Sr. Presidente, admitindo que nada seja pago, e dinheiro, pelas terras a desapropriar para um projeto-piloto, ainda admitindo que elas sejam doadas gratuitamente, ou que o projeto use exclusivamente terras públicas ou devolutas — pergunto ao governo, qual orçamento mínimo de sua execução, quais os elementos técnicos com que conta, de quantos bilhões, dezenas de centenas, de cruzeiros, carecerá para realizar obra razoável. E pergunto por fim, de onde sairão as centenas de bilhões, dentro do Plano Trienal, sobretudo, diante da brutal realidade financeira em que o Brasil se encontra, na qual um déficit orçamentário de 300 bilhões e a emissão anual apenas 120 bilhões são consideráveis façanhas de Hércules, dignas de comemorações triunfais.

6. Repito todos estes truismos, Srs. Senadores, para evidenciar que tudo o que o governo pode e deve fazer, já e urgentemente — pois de não muito deveria ter sido feito — independe totalmente de reforma constitucional. Mais ainda: tudo isto normalmente deve preceder a reforma, ser fundamento e justificação das emendas convenientes.

Não se depreenda do que digo, porém, que sou dos que se opõem a elas. Ao contrário, apesar da crível omissão e da alarmante incapacidade do governo para cumprir a parte preliminar que lhe compete cumprir.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Com muito honra.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Nobre Senador Mem de Sá, não sou daqueles que tem o pessimismo que V. Exa. demonstra de acreditar que o atual Governo queira, sem planejamento, sem os processos e a organização financeira sem recursos materiais executar uma reforma agrária eficiente. Mas não desejo que V. Exa. passe a outra matéria, depois das palavras do eminente Governador de Pernambuco, em manifestar, com caloroso aplauso as palavras de V. Exa. que são, sem dúvida, e trank advertência a todos aqueles que acreditam que a solução do problema de reforma agrária do Brasil, devendo exclusivamente, de dar terras a quem não, as tem. Salientou o eminente Governador de Pernambuco as dificuldades que estão enfrentando os atuais proprietários para torná-las produtivas, enfim, desenvolver para manutenção da própria família. Nobre Senador Mem de Sá se esqueceu todos os sucessivos Governos não tiveram recursos financeiros

nicos para solucionar o problema de muitos proprietários imagine. Exa. como ficará esta situação da reforma agrária, para que entendem que é dar terra não tem, se multiplicar o número de proprietários e consequentemente aumentar as exigências em relação à ajuda do Poder Público? V. tem razão apelando as palavras lustras Governador de Pernambuco que são sentidas e patrióticas e ponto.

SR. MEM DE SA — Agradecido Ex.

Presidente, Srs. Senadores, deso ainda a um exemplo que, tal seja pouco conhecido de V. Exceles de outros Estados, quero acentuar o Rio Grande do Sul e Santa Catarina oferecem ao Brasil destruição do valor incalculável da uva e média propriedade rural. A tempo: o exemplo visível dos sociais e econômicos da pequena família, capaz de ser explorada por uma família produzindo a riqueza. Por este motivo, se a propriedade está do fracamente propriedade. Contudo, mesmo no Grande, quem quiser que a terra seja vendida, como há de ser assistida para os pequenos proprietários. Ainda recentemente, durante a campanha eleitoral do ano findo, percorri a zona do chamado Alto Urul, de terras ricas de terras férteis rósperas, tive o coração contraindo diante da situação de miséria e indúveras famílias de pobres ali relegadas, pela total falta de assistência e de amparo de toda espécie poderes públicos. Não faltam só assistência financeira, a assistência técnica, e mas também não há distribuição de sementes e adubos.

nas regiões saindo para o Paraná, São Elorato que atrai, com as possibilidades que o café oferece.

Ex. tem toda razão, nobre Senhor Argemiro de Figueiredo e todos que conhecem o assunto subscrevem a assertiva. Se o Governo quiser, numa primeira fase voltar os olhos e promover um plano de assistência efetiva aos atuais pequenos proprietários, já faria uma verdadeira solução na agricultura brasileira. O que o discurso do Governador de Pernambuco oferece me impressionou profundamente. Eu não imaginava, no agreste pernambucano houvesse cento e setenta e seis mil pequenas propriedades e me azeite de essas cento e setenta e seis mil pequenas propriedades não é em pequenas propriedades mas minifúndios, e impossibilitam a vida.

Nesses casos é que sou favorável a uma reforma agrária, inclusive a reforma constitucional, para permitir que o pequeno proprietário tenha uma gleba suficiente para exploração econômica para uma produção destinada a mercado. Para esses casos aceito a desapropriação. Em tal hipótese ela é útil e conveniente, porque por mais assistência que se queira dar a um homem que só disponha de dois ou três hectares, se eles estão situados na zona como a do Nordeste não lhe é possível sobreviver e desenvolver a produção. A questão da área da propriedade é extremamente variável, conforme a região, as condições econômicas as possibilidades de mercados. Numa determinada região próxima de centros urbanos em zonas férteis, dez hectares poderão bastar. Uma outra, trinta hectares serão pouco. O importante é que haja possibilidade de a propriedade ser economicamente explorável porque, do contrário, o pequeno proprietário é mais miserável do que o trabalhador rural. O Sr. Amaury Silva — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Com prazer. O Sr. Amaury Silva — Quero chamar atenção, o discurso que Vossa

Ex. pronuncia nesa Casa. Ainda há pouco, mencionava V. Ex. o fato de estarem saindo colonos ou pequenos proprietários do Rio Grande do Sul para o meu Estado. Essa afirmação de V. Ex. pode talvez fazer crer que, no Paraná, não haja o mesmo problema.

O SR. MEM DE SA — A mensagem é que os leva para lá.

O Sr. Amaury Silva — Na verdade, principalmente nas regiões Norte e Noroeste do Paraná, temos terras as mais férteis, todas elas trabalhadas e também divididas em pequenas e médias propriedades. No entanto é evidente que falta organizar economicamente essas áreas de produção em termos tais que o crédito, a assistência técnica, sanitária, educacional, e fornecimento de sementes selecionadas, de adubos e de inseticidas cheguem como providências do Governo e países de assegurar a esses pequenos e médios proprietários condições de trabalho que deem rentabilidade econômica às suas atividades. Parece-me porém, nobre Senador Mem de Sá, que uma coisa não exclui a outra. Não vejo por que, se concordamos com a necessidade de medidas supletivas do governo nesse setor, eliminamos a outra etapa, ou seja a da emenda constitucional para que, através da desapropriação, mediante indenização em títulos da dívida pública possamos realmente tocar na ferida aguda que aí está há tanto tempo, desafiando a capacidade dos administradores — os latifúndios improdutivos, antieconômicos, antisociais que em dúbia, agravam de muito a fisionomia que o Norte e Nordeste exibem ao exame dos brasileiros. Em discurso que pronunciei nesta Casa sustentei essa tese. Não vejo porque se atribui ao atual Governo do Presidente João Goulart, falta de autoridade para tratar do problema da reforma agrária. Ao contrário, acho que o Sr. João Goulart está dando a toda a Nação demonstração inequívoca de que pretende quer e deseja realmente enfrentar essa questão da maior magnitude, com objetividade e com sinceridade. Quero acentuar que ao Congresso Nacional, sim, está afeta — e está mesmo, embora V. Ex. diga que o Governo é que não pretende fazer algo de novo — a enorme responsabilidade de demonstrar agora, através da pluralidade de suas representações partidárias sua disposição de dar ao Executivo aquele instrumento eficiente de trabalho com o qual possa, com sinceridade, com objetividade resolver os problemas ligados à área rural e agrária do Brasil. De sorte que só faço a V. Ex. este reparo. Acho que nós todos, de todos os Partidos devemos somar os pontos em que estejamos pensando da mesma forma e procurar a solução para que nos seja possível, mesmo a curto prazo, capaz de aliviar a tensão social que aí está, não só em torno dos latifúndios, que existem em grande profusão mas também dos médios e pequenos proprietários vítimas das deficiências de ordem econômica e social. É inegável que os campos do campo necessitam de uma legislação adequada, que venha com a maior urgência.

O SR. MEM DE SA — Agradeço a V. Ex. o seu aparte.

V. Ex. porém, pode ver que não sou hostil à emenda constitucional. Era o que acabava de afirmar. Quanto ao outro ponto perdoe-me V. Exceles, mas reafirmo que estou de acordo com o nobre Senador Argemiro de Figueiredo. O Governo, com os recursos de que dispõe, dentro da legislação de que dispõe se tivesse intenção sincera, podia e devia estar realizando um programa imenso em favor dos pequenos proprietários agrícolas que, por todo o Brasil, estão desassistidos e carecendo de toda sorte de amparo.

V. Ex. mesmo disse que, no próprio Paraná, tal assistência não se verifica. Assim é no resto do Brasil. Dizer que tudo depende do Congresso é iludir o povo, é dar ao povo a impressão de que só a emenda constitucional possibilita a solução do problema, deixando-se a fala impropria de que por culpa do Congresso, não se faz, quando, sim, o do Congresso muito se pode fazer.

Vou prosseguir, para que V. Ex. perceba como estou próximo do ponto de vista sustentado por V. Ex.

(Lendo): Como disse, sou dos que estão dispostos ao estudo e votação da emenda à Constituição que facilita e, em certos casos, possibilita a reforma agrária que considero essencial ao desenvolvimento sadio e pacífico de nossa pátria. Não cado a prescrição de quaisquer espécie, nem me faturo com ameaças, mas simplesmente produzo juízo que foum e sustento há quase vinte anos, quando declarei que entendo perfeitamente por que aceitar alterações no texto da Constituição, (arts. 141, § 1º e 142) sem abalar o legítimo direito de propriedade e sem ferir ou ameaçar as instituições democráticas, mas ao contrário, fortalecendo-as e aprimorando-as. Limitadamente, admito que não vejo por que ser cartomante ou consideração especial para com os indivíduos que, sendo proprietários de terras, em maior ou menor extensão, situadas em zonas com densidade demográfica apreciável, dentro do conjunto isto é, dentro do conjunto nacional — delas não fazem uso, ou fazem uso anti-social, de usando-as improdutivas, como fito meramente especulativo. (Muito bem.) — Não penso que o direito de propriedade seja absoluto ou tenha caráter sagrado e creio que se é digna de proteção, ampla e justa, aquela cujo uso, nos termos do art. 147 da Constituição seja condicionado ao bem-estar social.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex. outro aparte?

O SR. MEM DE SA — Pois não.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Neste ponto, nobre Senador Mem de Sá, estamos de absoluto acordo. V. Ex. ouviu — se me deu a honra de ouvir — meus pensamentos que significam o combate violento ao latifúndio improdutivo. Deve haver intervenção direta do Estado, no sentido da eliminação do latifúndio improdutivo que visa à exploração da terra através da valorização decorrente das nossas próprias crises. Esta a intenção dos latifundiários.

O SR. MEM DE SA — V. Ex. pretende que seja através do fisco.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — A intenção do proprietário de latifúndio improdutivo é esperar a valorização da terra para obter lucro. Quanto ao objetivo a atingir, distinguir os latifúndios improdutivos, estamos de pleno acordo. Apenas discordamos numa parte: V. Ex. acha que a reforma agrária deve ser realizada por meio de reforma constitucional. Entendo que deve ser feita através de uma imposição fiscal violenta porém bem planejada. Dê-se modo, alcançaremos o mesmo objetivo. O discurso de V. Ex. é feito exatamente no bom sentido.

O SR. MEM DE SA — Nossas divergências residem nisto: V. Ex. acha que, mesmo para o indivíduo anti-social, só se deve aplicar o remédio fiscal. Para com esses, como disse não tenho cerimônia para consideração. Acho que sendo um indivíduo que procede anti-socialmente, não deve merecer respeito.

O SR. PRESIDENTE — (Faendo soar os tambores) — Pondero ao nobre orador que o tempo de que dispõe está quase esgotado e ainda há três Senhores Senadores para usar da palavra.

O SR. MEM DE SA — Obrigado a V. Ex.

Peco então, aos nobres colegas que não me apartiem para que possa concluir-me a discurso.

(Lendo):

Terras abandonadas ou incultas, produzindo nas áreas que apontam, devem e precisam ser postas em produção para diminuir as diferenças econômicas entre as zonas agrícolas, bem como os problemas rurais devidamente resolvidos, pela assistência do Estado. Que tenhamos direito a uma indenização prévia e em dinheiro tem a terra da terra, matriz de todas as riquezas, fazem uso contra a sociedade para alimentar interesses, improprios, da produção social?

Quando as terras cultivadas em condições normais, com produtividade baixa. Dentro das médias da zona em que se situam, julgo que o empecilho real dos devam ser de melhoradas quando indispensáveis a objetivos determinados de colonização, em regiões de acentuada densidade populacional em que faltem terras produtivas, devolutas ou improdutivas. Assim o imóvel, não apenas e imediatamente dos proprietários que fazem da terra uso social mas também o imperativo nacional de evitar que a reforma agrária, necessária e desejada, vá a reduzir e comprometer nossa já tão deficiente produção agrícola. Seria a um tempo ridículo e criminoso que, com tão vastas extensões incultas e com uma produtividade insignificante, por falta de assistência e de amparo aos exploradores do solo, viesse nossa reforma a reduzir, no hemisfério, as condições de existência que as experiências russas e chinesas learam ao mundo. Por esta mesma razão cumpre corrigir a situação dos pequenos agricultores confinados em minifúndios que, não permitindo a produção para o mercado, aos proprietários apenas asseguram a indigência e a sociedade nada acrescentam. Os alvos da reforma têm de ser, inviolavelmente, o aumento da produção e da produtividade, bem como o levantamento econômico e social dos que trabalham a terra, com a criação de uma classe rural média.

Em todas as hipóteses justificadas de desapropriação, penso que o pagamento em títulos indexados, corações de todas as garantias e cautelas, como, por exemplo, no projeto de Emenda elaborado pelo grupo de parlamentares da UDN e do PL, não esvazia o direito de propriedade, mas não creio que toda a essência e garantia deste direito residam exclusivamente no pagamento prévio em dinheiro. Julgo, por isto, firmemente, que é possível e aconselhável chegar a uma emenda da Constituição que, sem risco das garantias fundamentais da pessoa humana, nem dos princípios democráticos, permita a execução de projetos específicos de reforma, nas regiões brasileiras que carecem.

Desisto, ainda, encarecer a decisão importante que, para os objetivos de nossa política agrícola, deve representar o instrumento fiscal. Tanto ou mais que a desapropriação, o imóvel territorial progressivo, continuado ao imposto sobre a renda, pode operar prodigiosos, estimulando a produtividade da terra e desestimulando o gigantismo latifundiário, com redução da tendência inflacionária que, em tal sentido, se observa em várias partes do país. A técnica e a flexibilidade fiscal, prudentemente doando isenções e reduções dos tributos, para as propriedades pequenas ou de baixa produtividade, com seu aproveitamento para as mal exploradas minifúndios, em poucos anos, alcançar um nível para o Estado, resultados mais felizes e rápidos que os alcançados dos programas de colonização. Neste

capítulo, a ação legislativa, inclusive a de emenda constitucional, se necessária, tão urgente se mostra quanto a que ora tanto se reclama e o silêncio e a indiferença do governo, a respeito, só podem despertar suspeitas, ou de sua ignorância ou de propósitos escusos.

Concluindo estas considerações, reitero minha total descrença na atuação dos atuais governantes. Inmensa tarefa podiam e deviam eles cumprir antes de qualquer emenda à Constituição, até mesmo para torná-la exequível e frutífera. Nada fazem, porém, e nada farão, com ou sem emendas. O Ministério da Agricultura continua sendo o menos eficiente, dos órgãos da administração já de si tão pouco eficiente, tal como foi nos cinco anos do período Kubitschek, em que esteve entregue ao PTB. A SUPRA, pelo pano de amstração deste seu começo de existência, prepara-se para ser digna sucessora da celebrada incapacidade do INIC. Antes de emendar-se a Constituição, repito, precisamos emendar os homens que nos governam e desgovernam. Antes de tudo, emendar e dominar a inflação que nos devora. Enquanto não a debelarmos, nada de sério se faz possível realizar, especialmente em matéria da complexidade, e do altíssimo custo de uma reforma agrária. Com a inflação solta, nem teremos reforma agrária nem qualquer outra reforma, mas apenas o abismo em que a ordem e as instituições vão afundando celeremente.

E enquanto o atual Presidente continuar apenas reclamando a Emenda constitucional, sem nada fazer do que muito deveria, enquanto continuar dando ao povo a falsa impressão que a salvação milagreira de todos os males depende exclusivamente do Congresso e da Emenda — o menos que se pode dele dizer é que o trecho do discurso do governador Miguel Arrais sobre a reforma agrária e seu justo pronunciamento sobre a demagogia, aplica-se-lhe como uma luva com endereço preciso e certo. Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem! Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre senador Eduardo Catalão.

O SR. EDUARDO CATALÃO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, rigorosamente, quem deveria ocupar a tribuna, neste momento, seria o Sr. Líder da Maioria, a fim de comentar o discurso pronunciado pelo nobre Líder da Minoria, Senador João Agripino, na última reunião, desta Casa.

Venho, entretanto, com a devida vênia de Sr. Ex.^a, trazer como que um elemento de colaboração ao seu discurso e, se bem o entender, S. Ex.^a poderá retificar o pormenor a que me limitarei expressamente.

Refiro-me, Srs. Senadores, aos dois tópicos em que S. Ex.^a fez alusões ao Sr. Antônio Balbino, quando ocupava a Consultoria Geral da República.

Estranhou o nobre Líder da Minoria que o Senador Antônio Balbino, como Consultor Geral da República, emitisse um parecer em que ele próprio se beneficiava financeiramente. Com toda razão estaria S. Ex.^a, se o Senhor Antônio Balbino, ao assumir a Consultoria Geral da República, não houvesse optado pelos seus vencimentos de Professor da Universidade da Bahia.

Estou certo de que o nobre Senador João Agripino ignorava o pormenor e se, na ocasião, não aproveitasse a oportunidade para o esclarecimento, foi porque entendi de não interromper o discurso do eminente Líder, como também quis me certificar de que, realmente, o Sr. Antônio Balbino, como Consultor Geral da República,

recebia os vencimentos de Professor da Universidade da Bahia.

Estou certo de o nobre Senador João Agripino sabedor desse fato, não teria formulado tal juízo sobre o Sr. Antônio Balbino.

Trago esse esclarecimento ao nobre Líder, como Suplente do Ministro Antônio Balbino e seu amigo pessoal.

O Sr. João Agripino — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — Realmente, desconhecia que Sr. Ministro Antônio Balbino, quando Consultor Geral da República, tivesse optado pelos vencimentos de professor. Destarte, cessa minha crítica a S. Ex.^a. Permanece de pé, entretanto, a crítica que fiz ao parecer de S. Ex.^a, que deu motivo à decisão judicial do Supremo Tribunal Federal, pois que, tendo a Lei concedido aquele percentual apenas aos servidores do Poder Executivo o Sr. Antônio Balbino entendeu de torná-lo extensivo, nesse parecer aprovado por S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, a todo o Ministério Público, Procuradores de autarquias, Consultor e Procurador Geral da República, que — digamos de passagem — já ganhavam muito naquela época.

O SR. EDUARDO CATALÃO — Muito obrigado a V. Ex.^a, nobre Senador João Agripino. Hoje tive a cautela, de, pessoalmente, verificar os pagamentos feitos ao então Consultor Geral da República, Sr. Antônio Balbino, e posso declarar que S. Ex.^a, realmente, não percebia por aquele quadro.

Quanto à opinião do nobre Líder sobre o parecer do Consultor Geral da República, há de convir S. Ex.^a, fazendo-me justiça, de que não me atreveria a entrar em considerações sobre o aspecto jurídico; seria, inclusive, descortesia a V. Ex.^a, bacharel em Direito, como descortesia à ciência jurídica, o que logicamente não me atrevo a fazer.

Dêsse modo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, agradeço ao nobre Líder da Minoria a presteza com que ofereceu seu reparo, muito própria e característica do seu espírito de jurista e de batalhador leal. (Muito bem; Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SR. SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto. Comunico a V. S.^a que dispõe apenas de cinco minutos.

O SR. BEZERRA NETO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, no início desta semana li, desta tribuna, um telegrama do Prefeito municipal de Corumbá e do Presidente da Associação Comercial em que solicitavam providências sobre novos dispositivos fiscais, surgidos no território boliviano naquela fronteira que tornaram proibitivas as permanentes e tradicionais trocas de mercadorias e de comércio entre os dois países.

Existem convênios comerciais expressos entre os dois países e é indispensável, tanto para nossos amigos bolivianos como para o comércio de Corumbá e de S. Paulo a permanência daquele intercâmbio, porquanto outra via normal não existe para que se abasteça o povo do Departamento de Santa Cruz de La Sierra, da república da Bolívia.

Na mesma ocasião tratei da construção ferroviária Brasil-Bolívia e da mudança da sede daquele serviço, das oficinas, dos escritórios da cidade de Corumbá para o interior boliviano.

Autoridades bolivianas, de uns dois anos para cá, pressionaram no sentido daquela transferência e apesar dos apelos e dos protestos levados ao Itamarati nós não conseguimos obstar o processo da mudança.

Morador na região corumbaense, conheço diretamente o problema e o sinto com nêle interessado. Agora que estou no Senado da República pude, de perto, verificar quanto de omissões fomos na representação dos interesses do Estado para evitar aquela transferência.

Na semana passada, no Rio de Janeiro, tive o ensejo de conversar com o novo delegado do governo da Bolívia junto à Comissão Mista Ferroviária Brasileira-boliviana, Dr. Marcelino Guzman. S. Ex.^a garantiu-me que não interessa à Bolívia a retirada da sede daqueles serviços internacionais do território de Corumbá. No entanto, a mudança se está processando e ocorre um trabalho de indenização nos funcionários brasileiros daquela entidade.

A mudança não interessava aos brasileiros nem aos próprios bolivianos. Há dois anos, através da Imprensa, mostrei que os trabalhadores bolivianos não queriam sair de Corumbá.

Vou ler ao Senado da República a carta que recebi do representante do Governo da Bolívia, confirmando as minhas palavras, atestando que a Bolívia concorda com a permanência da sede daqueles trabalhos em Corumbá.

Rio de Janeiro 18 de maio de 1963.

Excelentíssimo Sr. Senador

Dr. Bezerra Neto

Senado Federal

Brasília

Señor Senador

De acuerdo a la conversación que tuve la honra de sostener con V. Excia., sobre los problemas de intercambio entre Brasil y Bolivia y especialmente con respecto a la construcción del F. C. Corumbá — Santa Cruz de la Sierra, me es grato manifestarle que estoy plenamente de acuerdo con la continuación de la Comisión Mixta Ferroviaria Brasil Bolivia, hasta dar término a los trabajos de construcción de la misma.

No escapa a su ilustre criterio el hecho de que el F. C. Corumbá — Santa Cruz, constituye un lazo de unión en las relaciones Brasil-bolivianas, así como un medio de intercambio cultural y comercial entre nuestros dos países.

Aprovecho esta oportunidad, para expresar a V. Excia., los testimonios de aprecio y consideración mas distinguida, as.) Marcelino Guzman, Representante del C.M.F.B.B. — Con rango de Ministro Extraordinario y Plenipotenciario.

Sr. Presidente, ainda a propósito destas relações brasileiro-bolivianas, estão elas também íntima e diretamente ligadas ao falado Acordo de Roboré. Como habitante da cidade de Corumbá, onde se processou a maior parte das conversações, verifiquei com tristeza a passividade, a falta de dinamismo da nossa Diplomacia naqueles entendimentos. Conheço, diretamente os nossos amigos bolivianos. Eles e brasileiros daquela região possuem interesses comuns, e sentimentos mútuos no sentido de desenvolvimento e de superação das condições lamentáveis em que vive região tão rica. De modo que, além de trazer ao Senado o testemunho de que não somente as autoridades bolivianas se deve o fato de ter sido a sede da Brasil-Bolívia da cidade de Corumbá, quero dar também outro testemunho. Tenho conver-

sado com autoridades bolivianas, autênticos representantes daquela região e eles também concordam, admitem uma revisão em certos aspectos chamado Acordo de Roboré, em suas notas reversais. Admitem a revisão através das quais muitas áreas retiradas do Brasil, no Tratado de 1933 voltem a ser também áreas de atividade, de trabalho, no objetivo comum de comércio e de exploração do petróleo.

Assim, Sr. Presidente, igualmente comunico ao Senado da República que o Ministro das Obras Públicas da Bolívia Senador Arinos, político influente nas áreas de Porto Soarez, San Jose Roboré, região limítrofe com a de Corumbá, deseja vir a Brasília. Aqui S. Ex.^a reafirmará o mesmo ponto de vista do Delegado da Bolívia quanto à Comissão Mista Ferroviária.

Ao dar esse depoimento ao Senado como ponto de partida, como documento básico de informações às gestões que ora estamos dirigindo ao Itamarati, comprometo-me a, em outra ocasião, trazer novas informações, novos documentos de origem boliviana mostrando que a grande República amiga e vizinha, não tem o menor propósito de dissociar-se do intercâmbio direto para o desenvolvimento da Ferrovia Brasil-Bolívia, e das nossas mútuas relações comerciais. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao Plenário que, tendo em vista que ainda pendem de pronunciamento do Congresso Nacional vários vetos presidenciais, cuja apreciação foi transferida, resolveu esta Presidência:

1) sem prejuízo das sessões conjuntas que se deverão realizar nos dias 28 e 30 do corrente convocar novas sessões das duas Casas do Congresso Nacional para os dias 4, 6, 11, 18 e 20 de junho do ano em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados;

2) estabelecer para a apreciação dos referidos vetos a seguinte escala:

Dias 28 e 30 de maio, 4 e 6 de junho: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.837-H-60, na Câmara e nº 94-61, no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural;

Dias 11 e 18 de junho: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.285-B-60, na Câmara e nº 133-62, no Senado, que dispõe sobre o Código Tributário do Distrito Federal;

Dia 20 de junho: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.799-62, na Câmara e nº 2-63, no Senado, que estabelece medidas de amparo a indústria de transporte aéreo e dá outras providências;

veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.751-A-56, na Câmara e nº 26-61, no Senado, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil;

veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.011-B-60, na Câmara e nº 44-62, no Senado, que desincorpora do Patrimônio da União e devolve à plena propriedade da "Sociedade Imobiliária Lyra" o imóvel situado à rua S. Joaquim nº 239, na Capital do Estado de São Paulo.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Pela ordem — Não foi revisto pelo orador). — Sr. Presidente, desejo manifestar a minha crítica aquilo que, embora palidamente, se pode chamar ditadura das lideranças nesta Casa. O art. 163 do Regimento dispõe, in verbis, no § 2º:

"Se, porém, algum Senador, antes do término da primeira hora, solicitar da Mesa inscrição para manifestação de pesar, comemoração ou comunicação inadiável, explicação pessoal ou justificativa de proposição a apresentar, o Presidente lhe assegurará, o uso da palavra, ao fim da prolação, pelo tempo que solicitar, dando conhecimento ao orador que estiver na tribuna, com esclarecimento sobre a hora em que deverá concluir seu discurso, a qual o advertirá com cinco minutos de antecedência".

Vê-se assim, que, nas hipóteses que enumerava e para os fins que especifica, o inciso ora reproduzido permite a qualquer Senador adquirir a precedência de falar sobre oradores inscritos. Mas, o que temos observado, pelo menos nesta legislatura — eis que na outra aqui não me encontrava — é uma evidente deturpação.

Muitos Senhores Senadores, quando consultam o livro de inscrição e verificam a impossibilidade de tempo para ocupar a tribuna, se apegam à alínea do art. 163, § 2º, e deixam inapelavelmente a oportunidade, deferida pelo Regimento e pela inscrição, de os seus colegas ocuparem a tribuna.

O Regimento é sábio ao esculpir, no dispositivo retromencionado a conveniência de falar, e falar logo o Senador que o desejar. Mas, estabelece as limitações, e traça as coordenadas do consentimento, isto é, para manifestações de pesar, porque essas manifestações devem ocorrer imediatamente ao fato autuoso motivador sob pena de o pronunciamento cair em inoportunidade; *Comemoração ou comunicação inadiável*. — a própria denominação está a exprimir — não pode ser procrastinado. — *Explicação pessoal*, essa figura é marcada no Regimento para dar ao Senador o ensejo de se opor a críticas ou a reticências ao seu nome ou à sua conduta, o que vale dizer, e o direito, de defesa que, por si mesmo, é de natureza prioritária; ou justificativa de proposição a apresentar. Portanto, só nestes casos, rigidamente nessas hipóteses é que o Senador pode ter precedência oratória sobre os seus colegas devidamente inscritos. Mas, o que se observa aqui, Sr. Presidente, é que os discursos, os pronunciamentos embora oportunos e sadios, ocorrem numa área de competição, *data venia*, desculpe.

Eu, por exemplo, madruguei nesta Casa a vinda para o meu gabinete particular às sete horas. Procurei a solicitude e a presença do Dr. Isaac Brown, Secretário da Presidência inscrever-me no livro próprio, mas, no Plenário, Sr. Presidente, o quórum do art. 163, § 2º, derrubou a arguição, líquida joga em cacis pelo cínio não apenas a minha esperança, mas o meu dever de falar nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar a campainha) — Solicito ao nobre orador que formule sua questão de ordem, porque o tempo de que dispunha está esgotado.

O SR. EURICO REZENDE — Concluo, Sr. Presidente, levantando uma questão de ordem, para que a prencida Mesa da Casa, agindo com vigilância e, sobretudo, com espírito de correção, adote a interpretação necessária a que não se perturbe, não se torne róta a ordem da inscrição normal de oradores.

É uma questão que deposito na vigilância e no espírito esclarecido, senão mesmo iluminado, de V. Exª. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Tomando conhecimento da questão de ordem formulada pelo nobre Senador Eurico Rezende, é meu dever

reconhecer que S. Exª, com efeito, tem razão.

Há oradores que se inscrevem na forma do art. 163, § 2º, mas não se limitam rigorosamente aos termos regimentais ao proferirem os discursos. S. Exª, entretanto, convida em que não é fácil a Mesa controlar a oratória dos nobres Senadores quando se desviam dos casos previstos na disposição regimental, ou seja, manifestação de pesar, comemoração, comunicação inadiável explicação pessoal ou justificativa de proposição anteriormente apresentada.

Eu desejaria mesmo que S. Exª verificasse, por uma leitura retrospectiva do *Diário do Congresso Nacional*, se não teria pronunciado discursos, na última meia hora do Expediente, sobre assunto diverso dos enumerados no § 2º do art. 163.

É uma questão de foro íntimo, muito subjetiva, e dificilmente pode a Mesa controlar os Srs. Senadores quando no uso desse período da sessão a que nos referimos. Quase todos fazem dos termos rigorosamente regimentais. Pode dizer-se que é quase uma tradição da Casa os Senadores aproveitarem a meia hora final do Expediente para pequenos discursos que não podem proferir em outra parte da sessão.

A Mesa todavia, reconhecendo que assiste inteira razão a S. Exª formula um apelo aos Srs. Senadores no sentido de que, atendendo às ponderações do nobre Senador Eurico Rezende, as quais vem ao encontro do desejo da própria Mesa, cumpram rigorosamente o Regimento.

Esteja S. Exª certo de que esta Presidência outra coisa não deseja senão cumprir rigorosamente o Regimento; forceja por fazê-lo, isenta de qualquer parcialidade. Não será possível, contudo, deixar de ser tolerante para com os Srs. Senadores, em virtude mesmo dos próprios debates. Essa tolerância está na tradição desta Casa, mas o apelo fica feito e acredito que o desejo do nobre Senador Eurico Rezende será atendido, daqui por diante, pelos Srs. Senadores. (Pausa).

Compareceram mais os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima.
Zacharias de Assumpção.
Lobão da Silveira.
Sebastião Archer.
Joaquim Parente.
João Agripino.
Leite Neto.
Gilberto Marinho.
Benedito Valladares.
Humberto Neder.
Antônio Carlos — 11.

O SR. PRESIDENTE — Passa-se ORDEM DO DIA

Estão presentes na Casa trinta e três Srs. Senadores. Não há número para a votação. As duas primeiras matérias constantes da Ordem do Dia, em fase de votação, ficam adiadas para a próxima sessão.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1963 (nº 948 B de 1959, na Casa de origem), que releva a prescrição que incorreu o direito à reforma, por incapacidade física, do ex-soldado do Exército Jorge Lado Cés, tendo: Pareceres favoráveis sob n.ºs: 163 e 164, de 1963 das Comissões: de Segurança Nacional e de Finanças.

Em discussão o Projeto. (Pausa). Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de quórum.

Discussão em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do artigo 265 do Regimento Interno) do

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1961, que assegura os mesmos vencimentos e vantagens a que alude o art. 12, da Lei nº 1.441, de 24 de setembro de 1951, aos servidores das Secretarias do Ministério Público Federal, tendo Parecer sob nº 324, de 1962, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

O SR. EURICO REZENDE — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tenha a palavra o nobre Senador.

O SR. EURICO REZENDE:

(... foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Projeto ora em fase de discussão cuida de estender aos servidores da Secretaria do Ministério Público Federal, vantagens e benefícios outorgados pela Lei nº 1.441, de 24 de setembro de 1951. Esta Lei beneficiou os funcionários da Secretaria do Tribunal Federal de Recurso e da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.

Verificou-se, assim, uma distonia na concessão de vantagens para classes hierarquicamente iguais, funcionalmente semelhantes, e, no campo das responsabilidades, em posição comum, promiscua.

Foi, então, apresentado um projeto de lei estendendo aqueles benefícios, aos servidores das Secretarias do Ministério Público Federal, mas a douda Comissão de Constituição e Justiça entendeu que a proposição está marcada pela elva da inconstitucionalidade, tendo em vista o disposto no Art. 67, § 2º, da Constituição Federal que diz ser da competência privativa, exclusiva, egoística do Poder Executivo a iniciativa de projetos de lei que conduzam aumentos de vencimentos.

Sr. Presidente, desejo assinalar, nesta oportunidade, que aquele órgão técnico da Casa, do qual me honro de ser humilde membro, já firmou jurisprudência, digamos assim, legislativa estabelecendo que a apresentação de emendas aumentando vencimentos, estabelecendo reclassificações salariais, é perfeitamente constituida e não recebe, por via de consequência, na opinião daquela Comissão, o batismo da inconstitucionalidade.

Tenho, Sr. Presidente, ponto de vista contrário ao dos doutos daquele setor de assistência técnico-jurídica da Casa. Entendo que não podem nascer, em qualquer das duas Casas do Congresso, projetos de lei que redundem na exacerbação da despesa pública, no que diz respeito aos funcionários. Se a Constituição estabelece rigidamente, inflexivelmente que a iniciativa só pode emergir dos altos Conselhos do Poder Executivo, não pode também o corpo Legislativo ao qual a proposição é endereçada apresentar emendas de caráter aumentativo de vencimentos, de natureza exacerbativa da despesa pública.

Tem sido uma constante da Comissão de Constituição e Justiça reconhecer-se que a iniciativa do projeto é privativa do Executivo, mas que qualquer membro do Legislativo pode a ele aduzir proposições subsidiárias, modificando-o em todos os setores, inclusive melhorando a proposta de aumentos salariais.

Quer-me parecer, Sr. Presidente, *concessa venia*, que se existe traçada na Constituição a privatividade quanto ao projeto, o Congresso Nacional, através de emendas, não pode avocar-se também esse poder de iniciativa. Em outras palavras, no modo de entender, só quem é titular da privatividade da iniciativa é que, na linha da lógica e da consequência, pode emendar as suas proposições.

Ora, sabendo que, pelo menos de jure, o Poder Executivo não participa do Congresso, segue-se daí, indubitá-

velmente, que não podem surgir, no Congresso Nacional, emendas incidentes sobre projetos de aumento de vencimentos de funcionários públicos, alterando, majorando o teto da despesa.

Digo isto, Sr. Presidente a propósito das notícias que leio nos jornais — e até mesmo na euforia da imprensa que defende a política e a administração do Governo da República vendo lendo — segundo as quais será apresentado pelo Sr. Líder do Governo na Câmara dos Deputados um substitutivo deslocando do teto de 40% para 70% os níveis de majoração do pessoal civil e militar do Executivo.

Tive oportunidade de examinar vários vetos do Sr. Presidente da República, endereçados, obviamente, a proposições aprovadas nas duas Casas do Congresso Nacional. Nas razões desses vetos, constantemente, normalmente, numa verdadeira sinfonia de realce, e apontado fato contudente de que o Congresso Nacional obrou inconstitucionalmente, porque suas proposições vetadas estavam entumescidas de dispositivos decorrentes de emendas, de proposições, que deveriam ter a iniciativa exclusiva do Executivo.

O Congresso Nacional comumente, com uma pertinácia até mesmo cansativa, vem aceitando essas razões de veto, reconhecendo que o Poder Legislativo não pode ter iniciativa nem quanto a projetos, nem quanto a emendas no campo das majorações salariais.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com todo prazer. Aliás, os apartes de V. Exa. me honram muito.

O Sr. Heribaldo Vieira — Muito obrigado a V. Exª. *Data venia* do acatamento que tenho a V. Exª, como advogado e jurista, permito-se discordar do seu ponto de vista. O artigo 67 da Constituição Federal dá ao Presidente da República em matéria de vencimentos de funcionários públicos, a exclusividade da iniciativa das leis, segundo preceitua o § 2º, do art. 67, da Constituição. Mas, a iniciativa não significa que, na elaboração das leis, fique o Congresso Nacional, privado de colaborar, pois se *the fosse retirada a faculdade de colaborar*, ele se anularia completamente. Ficaria reduzido a um órgão homologatório das proposições dessa natureza que o Presidente da República submetesse à nossa deliberação. Se simplesmente as homologássemos, ou desprezando a matéria, apresentada por S. Exª, a rejeitássemos, nossa função seria quase ridícula ou quase nula. Por essa razão é que a Constituição não falou em iniciativa e elaboração da lei, disse apenas: "iniciativa da lei". Se o dispositivo constitucional determinasse que era privativa do Presidente da República não só a iniciativa mas também a elaboração da lei, aí, então, eu estaria de acordo com V. Exª. Mas, foi *teloso* o dispositivo constitucional, quando se limitou a dizer que a exclusividade da competência presidencial é para a iniciativa de lei sobre modificação, aumento ou diminuição dos vencimentos dos funcionários públicos.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço o aparte de V. Exª, nobre Senador Heribaldo Vieira, que veio caracterizar e estabelecer o diálogo, diálogo tanto mais proveitoso quando se tem em vista que pelo menos cinco Srs. Senadores se encontram presentes, neste instante agonizante dos nossos trabalhos.

Sr. Presidente, o aparte do eminente Senador Heribaldo Vieira irá compor meu pronunciamento. Não que, *data venia*, o recolha na minha aceitação e na minha concordância, mas porque me oferece o ensejo de justificar e demonstrar cabalmente, pela simples leitura do dispositivo constitucional, a procedência da mi-

nha tese, de que só os Senadores e Deputados, o que vale dizer, o Congresso Nacional, podem alterar, através de emenda, projetos de lei do Executivo dispondo sobre aumento de vencimentos.

Essa alteração só pode ser de modo superficial, de forma técnica ou, então, de organização. Jamais essas alterações poderão estabelecer, sem ofensa à Carta Magna, maiores tetos, maiores níveis do que os propostos pelo Poder Executivo.

Art. 67, da Constituição, diz o seguinte:

"A iniciativa das leis, ressalvados os casos de competência exclusiva, cabe ao Presidente da República e a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 2º Ressalvada a competência da Câmara dos Deputados, do Senado e dos tribunais federais no que concerne aos respectivos serviços administrativos, compete exclusivamente ao Presidente da República a iniciativa das leis que criem empregos em serviços existentes, aumentem vencimentos...

Não podemos, como deseja o eminente Senador Heribaldo Vieira, interpretar os textos legais, maiores ou menores, no sentido gramatical, na sua expressão literária.

Diz S. Ex.^a que a privatividade está na iniciativa. Vale dizer, o Senhor Presidente da República remeteu para esta Casa projeto de lei aumentando vencimentos, e estão atendidos os pressupostos da iniciativa, esta esgotada a instância governamental que só poderá ser reaberta na oportunidade do veto.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite V. Ex.^a outro aparte? (Assentimento do orador) — V. Ex.^a há de convir que a instância governamental não está esgotada, pois quando da oportunidade do veto o Presidente da República poderá ainda manifestar-se.

O SR. EURICO REZENDE — Remetido o projeto a esta Casa, esvai-se a primeira etapa da instância governamental. E aqui, qualquer Deputado, qualquer Senador, qualquer Comissão se reveste do poder de emendar.

Contra este ponto de vista de Vossa Excelência respeitável mas que, data venia, não perfilho, podemos aduzir vários argumentos. Devemos saber, predominantemente, por que a Constituição Federal deu ao Presidente da República a iniciativa dessas proposições. É que se presume, sendo o Executivo o vértice da pirâmide, debruçado sobre toda a administração, inclusive, por exemplo, os setores financeiros, tenha ele a visão exata, a não atuante e permanente da capacidade do Tesouro. Porque, Senhor Presidente, se pudéssemos aqui emendar, à vontade, as proposições aumentistas, exarcebando ainda mais os níveis de vencimentos e de salários, esse poder de iniciativa estaria inteiramente desfigurado.

Se o Sr. Presidente da República remete, por exemplo, a esta Casa um projeto de lei reclassificando, digamos assim, padrões de vencimentos de um oficial administrativo, as duas Casas do Congresso poderiam cair sobre esse projeto e, através de emendas, realizar a figura do aumento geral de vencimentos do pessoal civil e militar da União.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — Quando se dá ao Presidente a exclusividade da iniciativa dessas proposições é justamente porque o pressuposto é de que o Executivo, é quem está mais senhor da situação financeira do país para possibilitar esse aumento. Mas, o fato de o Congresso Nacional, no trabalho de elaboração da lei poder também emendar, não tira a autenticidade do pressuposto de que o Presidente da

República é o grande juiz das possibilidades do Tesouro para dar ou não o aumento.

Existem, nas duas Casas do Congresso Comissões permanentes e especializadas, como seja a Comissão de Finanças, que jamais decidiram — e aqui está um ex-Presidente da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados o nosso nobre colega Senador Leite Neto — sem audiência do Poder Executivo; sempre procuraram entendimento com o Ministro da Fazenda, para saber se o Tesouro comportava a elevação da despesa decorrente da aprovação de emendas ao projeto. — Somos, homens de responsabilidade e aqui estamos para defender a coisa pública, colaborar nos negócios financeiros do país.

Essas Comissões das duas Casas do Congresso sempre têm a cautela de ouvir o órgão especializado, os órgãos competentes, os órgãos técnicos do Poder Executivo, para depois darem encaminhamento às emendas, de forma que o Poder Executivo esteja sempre em harmonia com o Poder Legislativo, de mãos dadas para a solução melhor. Não vejo por que se anule essa iniciativa do Presidente da República, que de início já achou que havia recursos para dar o aumento ao funcionalismo público.

O SR. EURICO REZENDE — Senador Heribaldo Vieira, estou sustentando tese, e não ingressando propriamente no fato concreto. Não estou inspirando meu pronunciamento no projeto de aumento de vencimentos.

O Sr. Heribaldo Vieira — É uma digressão de ordem geral.

O SR. EURICO REZENDE — Entendo que um artigo injusto, é uma disposição que a Constituinte, data venia, votou autograficamente ao atribuir a iniciativa exclusiva ao Poder Executivo. Mas se existe na Lei Maior essa faculdade exclusiva, que me parece que a faculdade de emendar, que na prática é exercida nas duas Casas do Congresso emendando para exacerbar mais ainda os níveis do aumento, não encontra consonância, porque entre ela e a clareza dominadora do Art. 67, parágrafo 2º da Constituição Federal, só existe antagonismo, só existe atrito.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite-me um aparte. (Assentimento do orador) — Não me parece que haja atrito, porque o dispositivo constitucional fala de exclusividade de iniciativa e não de elaboração, e me parece que andou muito bem o Constituinte de 46, aliás repetindo o Constituinte de 34. Se nos retrássemos também o direito de elaborar na elaboração da lei para modificar os tetos, os níveis do aumento, então nós nos anularíamos.

O SR. EURICO REZENDE — V. Ex.^a está enganado. Ao contrário, entendo que a iniciativa devia ser promiscua, igualitária, para o Senhor Presidente da República e para as duas Casas do Congresso. O que verificamos, nobre Senador Heribaldo Vieira, é que os projetos do Executivo vêm para cá nas suas linhas rígidas, e quando saem daqui estão inteiramente modificados e, mais do que isso, irreconhecíveis.

Assistimos há poucos dias, o Sr. Ministro San Thiago Dantas dar um desafio ao patriotismo e à coragem do Congresso para não exorbitarmos o teto de 40%. No entanto, S. Ex.^a mesma regrediu sua intransigência e, no dorso da sua sensibilidade política, digamos assim, verificando as dificuldades do Governo, que em todos os seus setores estava sendo rondado pelas tagarras e avelas não só dos funcionários públicos mas até mesmo com a ameaça de uma greve de advertência de vinte e quatro horas, o Sr. Ministro da Fazenda, que teve de nós, aqui, a mais vibrante e instantânea solidariedade, concordou em atender às

reivindicações em toda a plenitude, qual seja a concessão do aumento na base de 70%. E mais ainda, tendo os funcionários pedido o salário-família na cifra de quatro mil cruzeiros, o Governo se dispôs e se dispôs a concedê-lo na base de quatro mil e oitocentos cruzeiros.

E, portanto, Sr. Presidente, um País fabuloso o Brasil que, apesar de estar enfermeado por uma vocação familiar, ainda não falhou.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer.

O Sr. Heribaldo Vieira — Na verdade, o Sr. Ministro da Fazenda fez ao Congresso a declaração a que V. Ex.^a aludiu, mas não foram as ameaças de greve que levaram o Executivo a mudar o rumo do projeto, elevando o nível aumentista de quarenta para setenta por cento. Foram as reivindicações dos militares, não atendidas convenientemente no projeto encaminhado pelo Executivo ao Legislativo.

O SR. EURICO REZENDE — Reivindicações dos militares ou reivindicação militar?

O Sr. Heribaldo Vieira — Não militar mas dos militares, dentro da maior ordem, encaminhadas pelo próprio Ministro da Guerra ao Sr. Presidente da República. Foram essas reivindicações que levaram o Sr. Ministro da Fazenda a admitir que o teto crescesse de quarenta para setenta por cento com uma condição: a do Congresso lhe dar os recursos necessários para atender a esse aumento através de empréstimo compulsório, haja vista que os dois projetos caminham, paralelamente na Câmara dos Deputados.

O SR. EURICO REZENDE — Veja V. Ex.^a eminente Senador Heribaldo Vieira: o ilustre Ministro San Thiago Dantas apela para a nossa bravura, para a nossa resistência às naturais tendências sentimentais. Eu, desta tribuna, hipotequei solidariedade a S. Ex.^a ao seu pronunciamento.

O Sr. Leite Neto — É verdade.

O SR. EURICO REZENDE — Provoquei protestos de funcionários públicos do meu Estado, mas a todos respondi, com uma carta-circular, em que, naquele instante, não estávamos colaborando com a pessoa física do Senhor Presidente da República, mas sim com a administração pública, que não atribua em hipótese alguma, divisões e controvérsias de ordem partidária. Muito bem. O Governo da República que nos deprecou soluções e comportamento heróico resolve conceder o aumento, mas não tem o heroísmo de dizer que não vai comprometer o futuro do País.

Sabe V. Ex.^a que com esse aumento — não digo que esteja sendo elaborado porque realmente está sendo tramado — o dispêndio com o funcionalismo público neste País irá à ordem espantosa de oitocentos bilhões de cruzeiros, segundo declarações prestadas pelo Presidente da Comissão de Organização.

O Sr. Heribaldo Vieira — Declarações que foram contestadas pelos Membros do Conselho.

O SR. EURICO REZENDE — Mas a Comissão Especial da Câmara dos Senhores Deputados, incumbida de verificar as emendas e dar-lhes parecer, não tomou conhecimento do pronunciamento de um homem que alterou a Câmara dos Deputados contra o espetáculo de facilitação e de demagogia eleitoral. Se vier esse empréstimo compulsório, sobre cuja constitucionalidade pelo menos do ponto de vista da cobrança este ano, tenho as minhas dúvidas.

O Sr. Heribaldo Vieira — Participo das mesmas dúvidas de V. Ex.^a

O SR. EURICO REZENDE — Quem vai pagar esse aumento, que reputo justo, em virtude do galopante encarecimento do custo de vida, mas

que reconheço que a Nação não pode com ele acar, quem vai pagar, repito, são as classes oboiras dos campos.

O Sr. Leite Neto — Muito bem!

O SR. EURICO REZENDE — E o Governo, através dos seus líderes, diamantemente se propõe a solucionar os ergastulantes problemas do Brasil dos campos, do Brasil das lavours. No entanto, quem vai pagar esse aumento e a agricultura brasileira, é a lavoura brasileira, que continua na sua vocação histórica de abastecer e de abrotar o Erário e não ter a dignidade a seu favor, na contra-prestação de serviços tão relevantes.

De modo que desejo caracterizar, neste meu pronunciamento, a falta de firmeza do Governo da República. Ele não decide pelos seus órgãos técnicos. Quem lhe determina o comportamento são as ameaças de greves, são os interesses eleitorais. Apela para as duas Casas do Congresso, no sentido de assumirmos atitudes heróicas de resistência, mas no momento em que a insatisfação se manifesta nas classes funcionais o Governo sem qualquer explicação plausível absolutamente, incompreendido dos seus deveres, pratica toda ordem e toda natureza de concessões.

O Sr. Leite Neto — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com todo prazer.

O Sr. Leite Neto — Entendo, meu nobre colega, que a Constituição da República, quando deu ao Poder Executivo competência privativa para iniciativa das leis de aumento de vencimento como a de criação de cargos, como a da remessa da Proposta Orçamentária, procedeu sabiamente. Se essa iniciativa coubesse na sua amplitude, aos membros do Congresso Nacional, infelizmente — temos de reconhecer a verdade — as liberalidades seriam de tal monta que a situação financeira do País não suportaria o ônus. O problema focalizado é de alta relevância e ainda não foi suficientemente estudado nas duas Casas do Congresso. V. Ex.^a salienta que a Constituição, dando competência privativa ao Executivo para a iniciativa dos aumentos de vencimento, logicamente o Congresso não deveria ter poder emendativo dessas proposições. Acontece que, infelizmente, não houve, sobre esse dispositivo constitucional, uma lei complementar. Estou de acordo com V. Ex.^a Se existisse a lei complementar determinando, por exemplo, que só poderiam ser feitas emendas que imitasse elevação de despesas, se essas emendas também apresentassem a fonte de recursos para custeá-las, aí o problema seria resolvido.

Pela observação que tenho e tive em dereseite anos de trabalho na Câmara dos Deputados, e por três vezes elaborador de projetos de aumento de vencimentos, especialmente o primeiro após a Constituição de 1946, declaro a V. Ex.^a que o incremento de despesa feito pelo Congresso é realmente alarmante. Houvesse um dispositivo limitativo do poder legislativo do Congresso, uma lei que poderia ser complementar, crédito que se prestaria grande serviço a esta Nação.

O SR. EURICO REZENDE — Fato matricaria inteiramente desfigurado.

O Sr. Leite Neto — Mas, não existe e por enquanto, estou informado de que na Câmara dos Deputados só sobre o projeto de aumento de vencimentos existem mais de oitocentas emendas.

O Sr. Heribaldo Vieira — O nobre orador permite um contra-aparte ao aparte do nobre Senador Leite Neto?

O SR. EURICO REZENDE — Pois não. Estou encantado em assistir ao debate entre os eminentes Senadores Leite Neto e Heribaldo Vieira.

O Sr. Heribaldo Vieira — Nobre Senador Eurico Rezende, afieure-se não se poderia modificar a Constitui-

ção para alcançar o fim desejado pelo nobre Senador Leite Neto.

O SR. EURICO REZENDE — Data venia iria ser interpretada a repercussão jurídico-legislativa do vocabulário legislativo. Isto é o que quis dizer o nobre Senador Leite Neto, no meu entender.

O Sr. Heribaldo Vieira — Perfeito, está dentro do que estou dizendo. Vou repetir: afigura-se-me que através de uma lei complementar não se poderia alcançar o que deseja o eminente Senador Leite Neto, cobrindo o Congresso de emendas, aumentando os níveis dos vencimentos, num simples projeto dessa natureza, porque teríamos que examinar os textos constitucionais, comparando-os com outros textos. O parágrafo 2º do artigo 61 iria ser comparado com o parágrafo 1º que dá, também, à Câmara dos Deputados iniciativa em matéria financeira.

O SR. EURICO REZENDE — É outro assunto.

O Sr. Heribaldo Vieira — Ora, se o parágrafo 2º do artigo 61 da Constituição e da República inovativa em projetos de aumento de vencimentos e se não também inovativa em matéria financeira (parágrafo 1º do artigo 61) a Câmara dos Deputados, logo é que na elaboração da lei de iniciativa do Presidente da República entraria a autorização dada à Câmara dos Deputados para modificá-la através de emendas, por versar matéria financeira também de sua iniciativa. Teríamos que fazer um estudo paralelo, procurando tirar conclusão entre um dispositivo e outro.

O SR. EURICO REZENDE — Atirando um parêntese, não acerto a tese de o Senado não ter competência em matéria financeira.

O Sr. Heribaldo Vieira — Está no § 1º do art. 67.

O SR. EURICO REZENDE — Não é da competência privativa da Câmara dos Deputados.

O Sr. Heribaldo Vieira — É da competência privativa da Câmara dos Deputados.

O Sr. Heribaldo Vieira — É da competência do Presidente da República e da Câmara. Só não é do Senado em matéria financeira. Então, chegaríamos a conclusão de que o Senado poderia emendar também, em matéria financeira, projeto de iniciativa privativa do Presidente da República. Poderíamos adotar essa interpretação, esse método exegético. Poderíamos adotá-lo, partindo do princípio de que o § 2º do art. 67, confere ao Presidente da República a exclusividade apenas na iniciativa, e não na elaboração. Comparando os dois parágrafos, acho que não poderíamos, através de uma emenda constitucional, cercar o Poder Legislativo de emendar projeto de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

O SR. EURICO REZENDE — Respeito a opinião do V. Ex.

O Sr. Leite Neto — Descepe o nobre orador a interrupção, mas o aparte do nobre Senador Heribaldo Vieira está gerando, da minha parte, um esclarecimento. Em primeiro lugar não falei em reforma constitucional; falei em lei complementar e autolimitativa do poder emendativo das duas Casas do Congresso Nacional.

O SR. EURICO REZENDE — Compreendo V. Ex., nobre Senador Leite Neto.

O Sr. Leite Neto — Aliás, este assunto, já convenientemente estudado não seria novidade no Brasil, e em diversos países já existe, especialmente no que tange aos orçamentos nacionais. Na Inglaterra, por exemplo. Se comparássemos o que aconteceu no ano passado, com o orçamento brasileiro e com o da Inglaterra, observaríamos apenas a seguinte diferença: no Brasil a proposta orçamentária do Governo da República foram apresentadas, na Câmara dos Deputados, cerca de vinte mil emen-

das ao Projeto do Governo. Na Inglaterra, foram apresentadas quatrocentos e seis emendas, das quais somente oito foram aprovadas; portanto, foram rejeitadas na sua quase totalidade. Pergunto a V. Ex. por que? Porque os legisladores, baseados em dispositivos legais, se informavam por aquele princípio que explicou há pouco, ou seja, de que a toda despesa deve corresponder...

O SR. EURICO REZENDE — Fonte de recursos.

O Sr. Leite Neto — ... fonte de recursos. Era exatamente este o aparte que queria dar. Superi que a lei se deveria fazer neste princípio.

O Sr. Heribaldo Vieira — Não contesto, em essência, o ponto de vista de V. Ex. Apenas me parece que, através de uma lei complementar, talvez não se possa alcançar os objetivos pretendidos por V. Ex., aliás, altamente moralizadores.

O SR. EURICO REZENDE — Devo informar ao nobre Senador Heribaldo Vieira talvez diminuindo controvérsia, que há decisões dos tribunais pátrios, inclusive do Supremo Tribunal Federal, estabelecendo que em projetos dessa natureza, decorrentes de iniciativa privativa do Executivo, o poder de emendar é inconstitucional. Há decisão do Supremo Tribunal Federal em casos espelhares desta natureza.

O Sr. Heribaldo Vieira — Há uma ou duas decisões, mas todas as outras são em sentido contrário. Conheço muitas delas.

O SR. EURICO REZENDE — Não conheço as que versam o ponto de vista contrário.

O Sr. Heribaldo Vieira — Eu conheço.

O SR. EURICO REZENDE — Parece-me que o dispositivo constitucional é claro e vou trazer um exemplo, manipulando a própria matéria prima da Casa: em uma das sessões do mês próximo transacto, foi arquivado nesta Casa projeto de Resolução da Comissão Diretora, provendo, e mais do que provendo, ornamentando os Gabinetes da Casa.

Surgiram então, várias emendas de Srs. Senadores, inclusive algumas do eminente Senador Silvestre Péricles, reclassificando padrões e criando cargos. Eu, como Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça em parecer verbal, apontei dispositivo regimental dizendo taxativamente que a iniciativa dessas proposições era privativa da Mesa. O Plenário, por unanimidade, aprovou o parecer da Comissão de Constituição e Justiça reconhecendo que qualquer proposição instituidora de cargo, ou que aumente vencimentos, terá que constitucional e regimentalmente partir da Mesa.

Este Parecer foi aprovado por unanimidade. Ora, Sr. Senador Heribaldo Vieira, se reconhecemos a privatividade da Mesa na iniciativa, a privatividade da Mesa no poder de emendar as suas proposições, não será isso correspondente a uma interpretação que estamos dando ao art. 67 § 2º, da Constituição Federal? A Mesa Diretora dos nossos trabalhos não corresponde ao Poder Executivo da União? Não é esta a sua correspondência em relação ao Plenário da Casa? O nome Comissão Diretora, como o próprio vocabulário está a significar, é um órgão executivo, na aplicação do Regimento, na disciplinação dos trabalhos da Casa e na organização do Senado.

Se já aceitamos essa privatividade digamos assim, de executivo-legislativo que é a Mesa, por que não estendermos, por uma questão de coerência, essa mesma interpretação na linha do Governo Federal?

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com todo prazer; confesso que estou curioso para ouvi-lo.

O Sr. Heribaldo Vieira — Lamentavelmente, não conheço esse, certamen-

te brilhante, parecer de V. Ex. que o Plenário adotou.

O SR. EURICO REZENDE — Não foi brilhante, eu li o Regimento, que ele é claro, ostensivo e até agressivo, neste particular.

O Sr. Heribaldo Vieira — Lamentavelmente, não conheço o Parecer de V. Ex. É possível que não estivesse presente a sessão em que ele foi aprovado. Mas confesso que a aprovação do Parecer redunda na adoção de critério diferente do que se vem adotando até hoje nas Comissões de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e do Senado, e no Plenário das duas Casas. Porque até hoje as Comissões de Constituição e Justiça das duas Casas têm julgado emendas neste sentido, e elas têm sido aprovadas no Plenário. Então a impressão de que esse Parecer de V. Ex. foi aprovado por equívoco, porque nunca se viu dessa forma, não Casa.

O SR. EURICO REZENDE — Vossa Ex. está enganado, porque a um unicênico da Casa que me ligasse o Regimento. (S. Ex. e a atenção).

O parecer não foi por equívoco, mas o foi no cumprimento de normas regimental. Vou citar a V. Ex. que não profere parecer por equívoco, nem o Plenário ao decidir meu ponto de vista laborou em equívoco. Em regime de equívoco está, diga-se, Vossa Ex.

Não procurei e não quero V. Ex. Exatidão com plebeia; atendo-me ao grão dos fatos, que é o Regimento da Casa.

O Sr. Heribaldo Vieira — Modifica toda a orientação da Casa, seguida até agora.

O SR. EURICO REZENDE — Eu acho que restabeleceu, então, a ordem regimental. Antigamente a escola era assim, risonha e franca. A ela se deu, agora, uma certa oportunidade.

Com a paciência de V. Ex., vou recitar o dispositivo regimental em que se estribou o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar as campainhas) — Pondero ao nobre orador que restam apenas cinco minutos do tempo de que dispunha.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço a V. Ex. Sr. Presidente. Nestes cinco minutos terei o prazer de fazer a defesa da Mesa.

Em resumo, a Comissão Diretora apresentou projeto de resolução escalonando as lotações nos confortáveis Gabinetes da Casa. Como não podia deixar de ser, a matéria provocou debates e deles redundou a apresentação de emendas, muitas das quais elevando níveis salariais e algumas delas até criando cargos.

Designado relator, o primitivo orador de agora teve, obviamente, o cuidado de verificar o Regimento quanto à disciplina da liberdade de emendar, e encontrou, no elenco dos dispositivos regimentais a proibição expressa de emendas de iniciativa de Comissões ou de Senadores.

Pediria a V. Ex. Sr. Presidente um pequeno prazo para localizar o artigo porque o nosso Regimento pela plenária de resolução, transformou-se num verdadeiro de normas, mas que até o momento não foi recorrido para compor os vários artigos. Por exemplo: Art. 21, letra a, Art. 21, letra b e Art. 21, letra c. Daí a dificuldade em encontrar-se a especificação de que se necessita no momento.

Está aqui, nobre Senador Heribaldo Vieira, em posse da essência, no Art. 85.

Vê V. Ex. que o meu parecer não foi diferente de equívoco e nem o Plenário mudou um ponto de equívoco; foi cumprimento irreversível da norma regimental.

Art. 85. A Comissão Diretora compete, além de outras, as seguintes atribuições privativas:

a) propor, privativamente ao Senado, em Projeto de Resolução

1) a criação, alteração ou a supressão de serviços e cargos do quadro da Secretaria, bem como a fixação dos vencimentos e vantagens do seu pessoal.

Pela simples leitura do texto, chega-se a toda carga, a toda profundidade e a toda extensão; que só a Comissão Diretora e com ela a autoridade de propor criação de cargos e fixação de vantagens e de vencimentos do pessoal da Secretaria da Casa.

Observa-se, portanto, que o Sr. Presidente, antigamente, facilitava a esse ponto, quanto a ordem regimental. Agora, em virtude de decisão assentada pelo Plenário, aprovando modelo parecer de nossa autoria, restabeleceu-se o respeito completo ao dispositivo da Constituição interna da Casa.

Sr. Presidente, não me aborrecam. Deixe agradecer a comissão dos apêndices com que me relacionam os eminentes Senadores Heribaldo Vieira e Leite Neto, que geram vivacidade a essa controvérsia, de qual me sinto no ponto de vista daqueles que julgam que o Congresso Nacional não tem poder de emitir sobre proposições do Executivo. Se essas emendas tenderem a criar cargos ou a aumentar níveis propostos de salário e de vencimento.

Entendo que o teto de 70% e o aumento de salário-família são medidas exigidas pela situação atual do País, castigado pelo encarecimento moderado do custo de vida; mas de V. Ex. o Sr. Presidente da República remeter à Câmara dos Deputados uma outra mensagem, porque se o Congresso Nacional entender de apresentar e de aprovar um substitutivo estará, faltamente, causando erro em claros dispositivos.

Deixo aqui caracterizado, de um lado, a perplexidade do Governo que, depois de afirmar a impossibilidade de ultrapassar o teto de 40%, vai dar 70% e dá, quanto ao salário-família, mais do que o funcionamento atual. De outro lado, o meu ponto de vista de que o Congresso, no campo da privatividade de atribuições, vem interferindo ilicitamente na esfera de competência de outro poder. (Muito bem. Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão de premissas de constitucionalidade do projeto. — (Pausa).

Não havendo mais quem peça a palavra encerro a discussão.

A votação fica adiada, por falta de número, para a sessão de segunda-feira próxima, dia 27.

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 235 do Regimento), do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1963 de autoria do Sr. Senador Celso Bruno, que dispõe sobre o aproveitamento anula de terras de voçutás e áreas pertencentes a órgãos do poder público e de outras providências, tendo em vista, sob nº 122 de 1963 do Congresso de Constituição e Justiça, a aprovação do projeto por três constituintes.

7ª discussão a preliminar.

O SR. EURICO REZENDE

(Não foi revisto pelo orador) — Senador Presidente, a discussão deste projeto é oportuna porque está se encerrando, hoje, um Congresso de recordas de todo o País.

Devo dizer que uma das emoções mais gratas que tive, até hoje, no Parlamento infinito, foi assistir à realização desse Conselho, porque o que ali senti, o que ali comprovei foi a presença de um Brasil autêntico, de uma Nação agrária na sua legitimidade cabólica, de uma Nação agrária fiel e autêntica nas suas origens no labor incessante das

suas gerações e da sua hereditariedade, e de cansaço em cansaço, de fadiga em fadiga, de heroísmo em heroísmo, lutando em defesa do seu patrimônio, hoje ameaçado, patrimônio que se confunde, sem dúvida alguma, com o patrimônio da Pátria cristã e da Pátria eterna.

Eles para aqui não vieram pregar a baderna nas ruas, nem a exorrese e a subversão da democracia, mas vieram aqui trazer a iniciativa do seu protesto e, mais do que isso, o gesto da sua vigilância. Nestes instantes perigosos em que forças atrevidas procuram, umas sorrateiramente, outras na agitação da mediocridade, destruir aqueles instrumentos históricos, aquelas garantias de ter e de possuir a liberdade e o direito de propriedade, esculpidos em nossa Constituição, são eles, portanto, os líderes acaudados, são uma espécie de novos Cruzados na defesa da Constituição, na exaltação da Liberdade, do Direito e da Justiça.

No instante, Sr. Presidente, em que mais de mil lavradores de todos os confins da Pátria, interpretando o sentimento valente daqueles que representam o Brasil dos campos e o Brasil das lavouras, se reúnem em um conclave que não teve a assistência nem a elegância do Governo da República, porque a ele não interessa prestigiar os movimentos do Brasil legítimo mas apenas incentivar e estimular os agentes da desagregação e da pregação da guerra civil, da guerra fratricida, neste ensejo, o meu coração, o meu pensamento, a minha homenagem espiritualizada se dirigem aqueles nossos irmãos brasileiros. No dia de hoje, eles começam a regressar às suas fazendas, às suas aldeias, aos seus municípios e posso dizer, posso assegurar à Casa que em cada consciência e em cada coração daqueles brasileiros, parte também a certeza confortadora, a convicção mil vezes bendita de que as lutas dos carrascos e dos inimigos da Constituição e do direito de propriedade serão esmagadas pela nossa vigilância, pela nossa bravura e pelo nosso patriotismo.

Deus há deabençoar o seu trabalho, cumulando-o com suas recompensas. (Muito bem! Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Continua em discussão a preliminar da constitucionalidade (Pausa).

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão. Fica adiada a votação para a sessão de segunda-feira, dia 27, por falta de quorum.

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 169, de 1963) do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1962, originário da Câmara dos Deputados (nº 51-A, de 1960, na Casa de origem), que torna definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União referente à despesa de Cr\$ 3.181.599,40 proveniente do fornecimento de material ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro (Ministério da Viação e Obras Públicas), pela Companhia Siderúrgica Nacional.

Esclareço ao Plenário que se a discussão for encerrada sem emendas nem observações e se nenhum Senhor Senador requerer que seja submetida a votos, será considerada definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A do Regimento Interno.

Em discussão (Pausa)

Nenhum Sr. Senador desejando usar da palavra, encerro a discussão.

O Projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1962, (nº 51-A-60, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional, nos termos do artigo 77, § 3º da Constituição Federal e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Torna definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União referente à despesa de Cr\$ 3.181.599,40 (três milhões, cento e oitenta e um mil, quinhentos e noventa e nove cruzeiros e quarenta centavos), proveniente do fornecimento de material ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro (Ministério da Viação e Obras Públicas), pela Companhia Siderúrgica Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É tornado definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União referente à despesa de Cr\$ 3.181.599,40 (três milhões, cento e oitenta e um mil, quinhentos e noventa e nove cruzeiros e quarenta centavos) proveniente do fornecimento de material ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro (Ministério da Viação e Obras Públicas), pela Companhia Siderúrgica Nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 9, de 1962 originário da Câmara dos Deputados (nº 111-A-61 na Casa de Origem) que aprova o Acordo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Árabe Unida, tendo Pareceres favoráveis (sob ns. 152, 153, 154, 155, de 1963) das Comissões: de Constituição e Justiça; de Educação e Cultura; de Relações Exteriores e de Finanças.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira usar da palavra, encerro a discussão.

Fica adiada a votação, por falta de número, para a sessão de segunda-feira próxima, 27 do corrente.

Discussão em turno único, do Parecer (secreto) da Comissão de Economia sobre a Mensagem número 83-63 (nº de origem 127-63), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. José Joffily Bezerra de Melo para membro do Conselho Nacional de Economia.

É praxe do Senado, quando não há número, matéria desse teor não ser sequer discutida.

Fica adiada para a primeira sessão em que o houver.

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Dinarte Mariz.

O SR. DINARTE MARIZ:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, cumpro o dever de ler, nesta tribuna, telegrama que acabo de receber do Município de Santa Cruz, no meu Estado, referente à energia elétrica daquela cidade.

Trago o assunto ao conhecimento da Casa, porque, acredito que interessa tanto ao meu Estado como a todo o Nordeste, principalmente quando discutimos o Plano da SUDENE, onde se incluem verbas substanciais à eletrificação de grande parte do Nordeste.

O telegrama tem o seguinte teor:

"Exmo. Sr. Senador

Dinarte Mariz

Senado Federal — Brasília — D. F.

A população de Santa Cruz está aterorizada com o alto índice das tarifas Cosern, arbitrando o preço do consumidor residência — kWh superior a Cr\$ 15,00, comercial .. Cr\$ 20,00, inclusive impostos. Além do mais, a taxa de serviço verdadeiramente exorbitante de Cr\$.. 100,00 e Cr\$ 200,00, para as tarifas 1 e 2, respectivamente. Apelo, em nome da população, vossa interferência, no sentido de minorar o preço estipulado por este, em contrasensos com outros Estados beneficiados com a energia da Chsf. Cordiais saudações — Clodoval Medeiros — Prefeito".

Sr. Presidente a Cosern a que se refere o telegrama, é companhia mista, constante de capitais do Governo do Estado e da própria Sudene.

O Município de Santa Cruz é o primeiro a ser servido pela eletricidade de Paulo Afonso em meu Estado, motivo por que, reputo a notícia constante do telegrama, realmente alarmante. Anteriormente, a energia elétrica, naquela cidade, estava por preço muito mais baixo. A energia de Paulo Afonso que normalmente, deveria sair muito mais barata para o consumidor, chega àquele município pelo preço de quinze e vinte cruzeiros o quilowatt, o que é impressionante.

Temos, assim, de apelar para as autoridades federais, responsáveis pela COSERN e pela própria SUDENE a fim de que seja corrigido esse verdadeiro crime temos no primeiro Município do Estado a energia de Paulo Afonso, o mais importante porque lá está a estação redistribuidora para todos os outros municípios do Estado, a preço alto, é desalentador. A população do Rio Grande do Norte, nesta hora, deve estar angustiada sem compreender o fato. O grande sonho da gente do nosso Estado era receber a energia de Paulo Afonso mas não a preço superior.

Sr. Presidente, reputo mais grave ainda o acontecimento porque, a Companhia distribuidora de energia elétrica, a COSERN é controlada absolutamente pelo Estado, tendo recebido verbas substanciais da Sudene para construir a rede de distribuição. Portanto, aquela companhia tem a energia elétrica a preço baixíssimo em relação ao que está sendo cobrado. Recebeu toda a rede construída, todo o serviço executado com dinheiro da SUDENE de quem é subsidiária.

Portanto, mais do que um equívoco, é um crime o que está ocorrendo. Onde chegará o Nordeste, com semelhante preço de energia elétrica? Sr. Presidente, esta, a comunicação que desejava fazer à Casa. Concomitantemente, apelo às autoridades federais para que em tomando conhecimento do assunto, corrijam, quanto antes, essa situação impedindo que se continue a perpetrar um crime contra a economia do meu Estado.

Sr. Presidente eram estas as palavras que desejava proferir neste ensejo. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE — Devo esclarecer aos Srs. Senadores que, ao dar a palavra ao nobre Senador Dinarte Mariz, cometi pequena inadvertência, que desejo agora corrigir. Verifiquei, pela lista de inscrições que estava inscrito para falar o nobre Senador Eurico Rezende. Tendo S. Exa. renunciado a sua vez, com o nobre Senador Mem de Sá, tal cir-

cunstância levou-me, inadvertidamente, a omitir o nome de S. Exa., dando a palavra ao nobre Senador Dinarte Mariz.

Assim consulto o eminente Senador Eurico Rezende se deseja fazer uso da palavra.

O SR. EURICO REZENDE — Sr. Presidente, agradeço a consulta de V. Exa e declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Não há mais orador inscrito.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Antes, designo, para a da próxima segunda-feira dia 27 a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 27 de maio de 1963

(Segunda-feira)

VOTAÇÃO

1

Votação em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 167 de 1962 (nº 891-B de 1959 na Casa de origem), que isenta dos impostos de importação e de consumo material a ser importado pela Siderúrgica Barra Mansa S. A. tendo Parecer favorável sob nº 162 de 1963, da Comissão de Finanças.

2

Votação, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1963 (nº 948-B de 1959, na Casa de origem), que releva a prescrição que incorreu o direito à reforma por incapacidade física, do ex-soldado do Exército Jorge Lado Cés, tendo Pareceres favoráveis sob ns: 163 e 164, de 1963 das Comissões: de Segurança Nacional e de Finanças.

3

Votação em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1961, que assegura os mesmos vencimentos e vantagens a quem aude o art 12 da Lei nº 1.441, de 24 de setembro de 1951, aos servidores das Secretarias do Ministério Público Federal, tendo Parecer sob nº 324, de 1962, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

4

Votação em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 265 do Regimento), do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1963, de autoria do Sr. Senador Coimbra Bueno, que dispõe sobre o aproveitamento agrícola de terras devolutas e áreas pertencentes os órgãos do poder público e dá outras providências, tendo Parecer sob nº 132, de 1963, da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição do projeto por inconstitucional.

5

Votação em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1962, originário da Câmara dos Deputados (nº 111-A-61 na Casa de Origem) que aprova o Acordo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Árabe Unida tendo Pareceres favoráveis (sob nº 152, 153, 154, 155, de 1963) das Comissões — de Constituição e Justiça; de Educação e Cultura; de Relações Exteriores e de Finanças.

6

Votação, em segundo turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961, de autoria do Sr. João Vilasboas e outros Srs. Senadores, que altera os artigos, 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal (organização administrativa do Distrito Federal; competência da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal Supe-

rior Eleitoral; processo de escolha do Presidente Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e aplicação da cota do imposto de renda, destinado aos Municípios), tendo Parecer favorável, sob nº 335, de 1961, da Comissão Especial (com votos vencidos dos Srs. Senadores Aloysio de Carvalho, Noruega da Gama e restrições do Sr. Senador Silvestre Péricles)

7

Votação, em primeiro turno, Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961, de autoria do Sr. Gilberto Marinho e outros Srs. Senadores que modifica o § 1º do art. 191 da Constituição (apresentadora aos 30 anos de serviço), tendo Parecer favorável, sob nº 354, de 1961 da Comissão Especial

DISCUSSÃO

8

Discussão em turno único do Parecer (secreto) da Comissão de Economia sobre a Mensagem nº 83-63 (nº de origem 127-63), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. José Joffily Pereira de Melo para membro do Conselho Nacional de Economia. Está encerrada a sessão. (Levantada-se a sessão às 17 horas e 40 minutos).

TRONCO DA ATA DA 42ª SESSÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 22 DE MAIO DE 1963, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL DE 23.5.63, A PAGINA Nº 942, 3ª COLUMNA.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 19 Senhores Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Senhor 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem alterações. O Senhor 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

Parecer nº 181, de 1963

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 1962 (número 428-B de 1959, na Casa de origem).

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 1962 (nº 428-B de 1959, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) como auxílio destinado ao equipamento dos gabinetes e laboratórios de História Natural Física e Química do Ginásio "Euclides da Cunha" no Território de Roraima.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1963. — Sebastião Archer, Presidente. — Walfredo Gurgel, Relator. — João Agripino.

ANEXO AO PARECER Nº 181, DE 1963

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 1962 (número 428-B de 1959, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) destinado ao equipamento dos gabinetes e laboratórios de História Natural Física e Química do Ginásio "Euclides da Cunha" no Território de Roraima.

mica do Ginásio "Euclides da Cunha", no Território de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), como auxílio destinado ao equipamento dos gabinetes e laboratórios de História Natural Física e Química do Ginásio "Euclides da Cunha", no Território de Roraima.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR GONZALES VIDELA, NA SESSÃO DE 22 DE MAIO DE 1963, QUE SE REPRODUZ POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES.

O SR. GONZALES VIDELA:

Señor Presidente; Señor Presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores del Senado; Señores Senadores.

Es para mí muy difícil expresar la emoción que me embarga, cuando siendo yo un simple ciudadano de mi Patria, el Senado de la más grande, de la más poderosa, de la más rica Nación de América me recibe tan espontáneamente en este acto.

He llegado a esta tierra tan querida para mí en una misión para la cual fui invitado por estos hombres de esfuerzo que han construido el parque industrial de São Paulo.

Porque yo retirado definitivamente de la política, sin un cargo ni del Gobierno ni del Parlamento, ni siquiera en un municipio de mi Patria, yo no podría, después del vivir sadio en mi País como vosotros lo estáis viviendo en este momento, haber quedado inactivo. Por eso he creído de mi deber, después de haber dado a mi País, como Presidente de la República, la oportunidad de verlo industrializado; creando el acero, el petróleo y las grandes usinas eléctricas aprovechando las caídas de la agua de las inmensas montañas de los Andes, las fundiciones de cobre del que somos el segundo país productor del mundo, he creído de mi deber prestar mis energías tratando de organizar empresas, tratando de ampliar nuestras organizaciones económicas. Y por eso es que acepté con gran júbilo, cuando ese grupo de industriales presidido por el Jefe de Volta Redonda, legó a mi Patria para tratar de coordinar y de integrar nuestras economías, y muy especialmente de la industria automotriz de Brasil y de Chile.

Señores Senadores, quiero decirle al Brasil, desde esta alta tribuna, quiero decirle a los países de nuestra América Latina, y quiero, al través de esta alta tribuna del más grande país de América, decirle a nuestros amigos de Norte-América, y decirle a los países europeos, que aquí en Brasil yo he podido verificar y presenciar la creación de una industria poderosa, efectiva y eficiente, en que no sé que apreciar más, si el talento y la visión de los hombros de coraje que la han levantado con mucho sacrificio y muchos esfuerzos, o la virtud que tienen todos esos industriales brasileños para querer que la mancomunidad de los intereses que crean el Mercado Común establecido en Montevideo, sea la única solución que podamos, chilenos, brasileños, argentinos, venezolanos, uruguayos, peruanos dar a nuestras masas, a nuestros pueblos, un mejor standard de vida, un mejor abrigo, una mejor cultura y una mejor evolución.

Por eso, no solo son los hombros que tienen responsabilidad política en nuestro países los que están en este

país haciendo una obra creadora y realizadora; están, tal vez sin saberlo, llevando nuestros gobiernos, están llevando al través de los poderes públicos a mantener precisamente lo que yo dictara hacia muchos años en este mismo Senado, — a mantener la democracia y la libertad, que es lo que piden los pueblos americanos. Porque ni chilenos, ni argentinos, ni brasileños, ni peruanos desearíamos, Señores Senadores, vivir de bajo la amenaza, de bajo la sangre del Paredón; nosotros deseamos, como americanos, hacer una patria unida, pero con libertad y democracia.

Por eso, Señores Senadores, yo quiero expresarles a Ustedes que me voy profundamente sorprendido de que Brasil ha creado al través de su parque industrial. Me voy admirado de la potencia de sus industrias, de lo que producen, y me voy profundamente emocionado de haber visto, con mis propios ojos, a millares y millares de obreros brasileños trabajando con una precisión, trabajando con una eficiencia que nada tenemos que envidiar a los mejores trabajadores de los países europeos y de los países de Norte-América.

Y por eso es que llevo a mi Patria el convencimiento absoluto de que nosotros podemos confiar en esta integración económica, en la eficiencia, en la organización, en la capacidad y, sobre todo, en el poder creador industrial que tiene el Brasil.

Termino, Señor Presidente Señores Senadores, con mucho júbilo de haber tenido la oportunidad, ante vosotros, de decir al Brasil y a otros países americanos lo que yo acabo de presenciar y de ver en esta visita que he hecho al parque industrial de São Paulo.

Solo me resta, una vez más, agradecer a Vuestras Señorías la gentileza inusitada que han tenido para este modesto ciudadano que soy de Chile.

Y si lo he aceptado, Señor Presidente y Señores Senadores, es porque yo sé que así como el pueblo de Chile recibió, en una recepción gloriosa a nuestro Presidente, como no se había sido recibido otro Jefe de Estado, así yo sé también que vosotros, con ese espíritu tan propio de vosotros chilenos, con esa alma generosa que distingue el alma de este pueblo, habéis querido el pueblo de Chile hacerle este honor al través de mi modesta persona. Muchas gracias. (Palmas prolongadas).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Atos do Diretor-Geral

O Diretor-Geral deferiu os seguintes requerimentos:

Nº 276 de 1963 — de Antônio Galvão da Silva, Motorista PL-9, em que solicita salário-família em relação a sua filha Elisabeth Chistina, a partir de maio de 1963;

Nº 242 de 1963 — de Evandro Mesquita, Auxiliar Legislativo, PL-9, em que solicita abono de suas faltas ocorridas no período de 1º a 18 de maio de 1963, por motivo de exames escolares.

Concedeu licença para tratamento de saúde aos seguintes funcionários: José Martins de Moraes, Auxiliar de Limpeza, PL-11, 8 (oito) dias, a partir de 7 de maio de 1963 (Requerimento nº 282-63);

José Luiz dos Santos, Auxiliar de Limpeza, PL-11, 15 (quinze) dias, a partir de 25 de abril de 1963 (Requerimento nº 283-63);

Aristoteles Pereira Madruga, Auxiliar de Portaria, PL-15 (quinze) dias, a partir de 27 de maio de 1963 (Requerimento nº 273-63).

Concedeu férias relativas ao exercício de 1961, aos funcionários abaixo discriminados:

Vicente Oliveira de Lara Retande, Auxiliar Legislativo, PL-9, a partir de 15 de maio de 1963 (Requerimento nº 285-63);

Guilherme Salgueiro de Oliveira, Auxiliar de Limpeza, PL-11, a partir de 20 de maio de 1963 (Requerimento nº 277-63);

Edmundo Pedrosa, Motorista Auxiliar, PL-10, a partir de 15 de maio de 1963 (Requerimento nº 227-63);

Manoel Virissimo Ramos, Oficial Legislativo, PL-7, a partir de 2 de junho de 1963.

Concedeu, ainda, férias relativas ao exercício de 1962, aos seguintes funcionários:

Ary Leonardo Vianna, Relator, PL-4, a partir de 6 de maio de 1963 (Requerimento nº 229-63);

Mary de Faria Albuquerque, Oficial Legislativo, PL-7, a partir de 3 de maio de 1963 (Requerimento nº 237 de 1963);

Aloisio Menezes Evaristo, Guarda de Segurança, PL-9, a partir de 1 de maio de 1963 (Requerimento nº 181 de 1963);

Dalva Bastos Lopes, Enfermeira, PL-7, a partir de 15 de maio de 1963 (Requerimento nº 250-63);

Fernando Silva de Palma Lima, Auxiliar Legislativo, PL-10, a partir de 15 de abril de 1963 (Requerimento nº 203-63);

Orlando Pinto de Souza, Adjunto de Portaria, PL-7, a partir de 3 de maio de 1963 (Requerimento nº 221 de 1963).

Secretaria do Senado Federal, em 24 de maio de 1963. — Maria José Miranda de Siqueira Lima, Chefe da Seção de Registro pela Diretora do Pessoal.

GRUPO BRASILEIRO FILIADO A ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO.

De ordem do Senhor Presidente fica convocada uma sessão plenária, de acordo com a letra a) item I do Artigo 5º, 2ª feitura dia 27 do corrente mês, às 11 horas, na sala de Comissão de Justiça do Senado Federal, tendo como Ordem do Dia:

1) Item XIX — Art. 15. Prestação de conta do exercício de 1962.

2) Art. 3º.

Eleição do Presidente e Vice-Presidentes e dos demais membros efetivos e suplentes da Comissão Executiva.

Brasília, em 22 de maio de 1963. — Paulo José Maestralli, Contador e Secretário Geral "ad-hoc".

Concurso Público para Ingresso no Grafo de Debates

Início de carreira

De ordem da Comissão Diretora do Senado Federal, faço público que se abrem abertas nesta Secretaria, até o dia 21 (vinte e um) de junho próximo, as inscrições para o concurso de provas e títulos destinado ao preenchimento de 4 (quatro) vagas nos cargos iniciais da carreira de Tígrafo de Debates, padrão PL-4.

Requisitos

1º ser brasileiro;
2º ter 18 anos completos à data do encerramento das inscrições e 35 incompletos à data da abertura das

Inscrições, exceto se já for funcionário público;

3º apresentar requerimento de inscrição no Palácio do Congresso, em Brasília, ou no Palácio Monroe no Rio de Janeiro, dirigido ao Diretor-Geral, em qualquer dia útil das 14 às 16 horas, exceto aos sábados, assinado pelo próprio ou por procurador;

4º juntar ao requerimento de inscrição, que obedecerá a fórmula própria, os seguintes documentos:

a) certificado de conclusão de curso do ciclo escolar, ou equivalente;

b) certidão de idade (registro civil ou certidão de casamento), permitida a fotocópia autenticada ou pública forma;

c) atestado de bom comportamento, firmado por duas pessoas idôneas (firmas reconhecidas);

d) atestado médico negativo de moléstia infecto-contagiosa e de defeito físico que impossibilite o candidato para o exercício da função; e afirmativa de perfeito estado do aparelho auditivo (firma reconhecida);

e) atestado de vacinação ou revacinação antivaricelosa, fornecido por autoridade sanitária federal;

f) declaração de órgão competente da repartição em que trabalha, para os ocupantes de cargo ou função pública com mais de 35 anos de idade;

g) três exemplares iguais de fotografia recente do candidato, tirada de frente e sem chapéu (formato 3x4 centímetros), trazendo no verso, a tinta, o nome do interessado.

5º exibir no ato da inscrição:

a) carteira de identidade ou profissional;

b) título de eleitor;

c) prova de quitação com as obrigações militares, no caso de candidato do sexo masculino.

CAPÍTULO I

Da Inscrição

1. No momento da entrega do requerimento, o candidato assinará o livro próprio, devendo preencher as fichas de inscrição.

2. O candidato cuja inscrição não for considerada em ordem e que, convidado por edital, não a completar no prazo concedido, terá a inscrição cancelada.

3. Encerradas as inscrições, organizar-se-á, em ordem alfabética, a relação dos candidatos, que receberão, mediante exibição de carteira de identidade ou profissional, cartões de identificação com a fotografia e a indicação do seu número de chamada, sem os quais não terão ingresso no recinto onde se realizarem as provas.

4. O candidato que não procurar o cartão de identidade no prazo determinado pelos avisos publicados no Diário do Congresso e ou no Diário Oficial, terá a inscrição cancelada.

CAPÍTULO II

Das Provas

5. Haverá provas técnicas e de habilitação, assim distribuídas:

Técnicas

1º Registro taquigráfico, durante dez minutos, de ditado feito na velocidade de 110 a 125 palavras por minuto; da seguinte forma: 110 — 111 — 113 — 115 — 117 — 119 — 121 — 123 — 124 e 125.

Prazo para decifração — duas horas.

Grau mínimo — 50 (cinquenta). Limite de erros — 120 (cento e vinte).

2º Registro taquigráfico, durante cinco minutos, de ditado feito na velocidade de 130 palavras por minuto.

Prazo para decifração — uma hora.

Grau mínimo — 60 (sessenta). Limite de erros — 80 (oitenta).

3º Registro taquigráfico de discurso pronunciado no Plenário, sem caráter eliminatório, no total de quinze minutos, distribuídos em "quartos" de 5 a 10 minutos, sendo a prova realizada em um ou mais dias, como se tornar necessário.

Prazo para decifração de cada 5 minutos — uma hora.

Habilitação

4º Exame de Português, dividido em duas partes:

Primeira — correção de ditado escrito, de discurso ou trecho de discurso com o mínimo de 30 linhas impressas ou mimeografadas, sorteado no momento da prova e no qual tenham sido propositalmente incluídos erros;

Segunda — pontuação de trecho com o mínimo de 20 linhas, sorteado no momento.

Valor da 1ª parte — 60 (sessenta) pontos.

Valor da 2ª parte — 40 (quarenta) pontos.

Duração da prova — duas horas.

Grau mínimo — 60 (sessenta).

5º Francês e Inglês — Versão para o português, sem auxílio de dicionário, de trecho de linguagem corrente, de 20 a 25 linhas impressas ou mimeografadas.

Duração da prova — duas horas.

Grau mínimo — 50 (cinquenta).

6º História Geral, História do Brasil, Geografia e Cultura Geral — Exame escrito, sob a forma de testes.

Duração da prova — duas horas.

Grau mínimo — 40 (quarenta).

CAPÍTULO III

Títulos

6. Os títulos apresentados pelo candidato e julgados idôneos pela Banca, valerão pontos para a composição da nota final.

7. Consideram-se títulos para este efeito:

I — certidão passada por autoridade competente, em papel timbrado da repartição e com firma reconhecida, de que o candidato exerce (ou exerceu) o cargo de taquígrafo em:

a) órgão do Poder Legislativo federal;

b) órgão do Poder Legislativo estadual;

c) Câmara Municipal de capital de Estado;

d) Tribunal federal;

e) Tribunal estadual;

f) órgão colegiado ou autárquico federal;

g) órgão colegiado ou autárquico estadual;

II — certidão, com firma reconhecida, de que o candidato já foi classificado em concurso público para taquígrafo com a média superior a 60 (sessenta);

III — certidão, com firma reconhecida, de que o candidato exerce (ou exerceu) o professorado de taquigrafia em estabelecimento de ensino oficial;

IV — trabalhos publicados sobre taquigrafia;

V — outros títulos relacionados com Taquigrafia, exceto certificados de conclusão de curso para formação de taquígrafos, seja qual for sua origem.

8. Das certidões deve constar o tempo de exercício no cargo.

9. Em se tratando de concurso de provas para primeira investidura em cargo de carreira, a todas elas se submeterão os candidatos, independentemente de títulos ou diplomas que possuam.

10. Observar-se-á a ordem do edital, na realização das provas. A Ban-

ca Examinadora, entretanto, pode alterá-la, quando considerar conveniente.

11. A obtenção de nota inferior ao mínimo estabelecido em qualquer das provas inabilitará desde logo e totalmente o candidato.

CAPÍTULO IV

Dos critérios de julgamento

12. Para a contagem de erros nas provas técnicas, cuja decifração será feita obrigatoriamente a máquina, usar-se-á a seguinte norma:

a) cada palavra omitida, acrescida ou substituída com alteração de sentido — um erro;

b) cada palavra omitida, acrescida ou substituída sem alteração de sentido — meio erro;

c) palavras soltas, certas, sem formar sentido — meio erro por palavra;

d) palavras soltas, erradas, sem formar sentido — um erro por palavra;

e) erros de português, conforme a gravidade, a critério da Banca Examinadora — meio erro, um erro ou dois erros;

f) no caso de concorrência de erros (por exemplo: omissão de cinco palavras e substituição por três erradas) computar-se-á o número maior de erros;

g) os erros em mais de uma palavra contar-se-ão uma vez, desde que consequentes, a critério da Banca Examinadora.

13. O julgamento da prova de português obedecerá o seguinte critério:

a) o candidato que corrigir todos os erros incluídos no trecho a que se refere a 1ª parte da prova, obterá 60 pontos. Por erro não corrigido ou cometido, perderá tantos pontos quantos resultarem da divisão de 60 pelo número de erros incluídos no texto multiplicado o quociente dessa divisão pelo número de erros não corrigidos ou cometidos;

b) do valor 40 atribuído à 2ª parte da prova, na qual serão levados em conta, sobretudo, os erros de pontuação, será deduzida de meio a dois pontos por erro cometido, segundo a gravidade, a juízo da Banca Examinadora.

14. O julgamento da prova de Francês e Inglês obedecerá o seguinte critério:

Na atribuição de pontos será levado em conta, principalmente, o grau de exatidão com que o candidato verta para o português, na forma e no sentido, o texto original. A prova de Inglês valerá 50; a de francês, 50. Cada palavra não traduzida, traduzida errônea ou inadequadamente com ou sem alteração do sentido; erro de concordância, de regência ou de outra natureza, acarretará perda de meio ponto até três pontos, de acordo com a gravidade e a juízo da Banca Examinadora. A nota será a soma dos pontos obtidos em ambas as provas.

15. O julgamento da prova de História Geral, História do Brasil, Geografia e Cultura Geral obedecerá o seguinte critério:

A prova consiste-se de quatro partes, valendo cada uma 50. Os testes merecerão de um a três pontos, a juízo da Banca Examinadora. A nota final será a média apurada na divisão por dois do total de pontos obtidos.

16. O julgamento da prova de títulos obedecerá o seguinte critério:

Os pontos conferidos variarão de acordo com a hierarquia, no respecti-

vo campo de ação, das entidades referidas no item 7, I, do Capítulo III; com o número de seus membros, a diversidade e vulto das matérias de que tratam, a frequência e duração das reuniões ou sessões que normalmente realizam e, consequentemente, com as dificuldades que se apresentem no taquígrafo na execução do seu trabalho.

Havendo títulos simultâneos referentes a cargo do qual o candidato se tenha exonerado e a cargo que ocupe atualmente, só será considerado o último para efeito da atribuição de pontos.

A classificação em concurso público, o professorado de taquigrafia, os trabalhos técnicos e outros títulos mencionados nos ns. II, III, IV e V do mesmo Capítulo, valerão pontos de importância com a importância que tenham para aferição da capacidade técnica do candidato.

17. Para o julgamento final observar-se-á o seguinte critério:

Obtida a média da prova de Plenário, dobrar-se-á esse número e ao resultado se acrescentará o total das notas das provas de ditado taquigráfico. Multiplicar-se-á por dois essa soma e ao resultado se adicionará a média das provas de habilitação. A nota final será o quociente da divisão dessa soma por nove, acrescida da nota da prova de títulos.

18. A nota final inferior a 60 (sessenta) importará em desclassificação.

19. Após o julgamento pela Banca Examinadora, e antes da identificação, as provas ficarão à disposição dos candidatos para vista, pelo prazo de 48 horas a fim de que formulem recursos, se cabíveis.

20. O recurso constará de petição dirigida ao Diretor-Geral da Secretaria, sem obra de sigilo. O recurso, formulado pelo candidato, deverá, sob pena de indeferimento *in limine*, ser fundamentado e indicar, com precisão, as questões e os pontos, objeto de revisão. Se aceitar o recurso, o Diretor-Geral poderá mandar proceder também à revisão de toda a prova.

A Banca, depois de conhecer das razões apresentadas pelo recorrente, fará a revisão geral ou parcial da prova, emitirá parecer fundamentado, mas só poderá propor a alteração da nota atribuída anteriormente, se ficar evidenciado erro de fato na aplicação do critério de julgamento. Não será apreciada a reclamação, se não redigida em termos convenientes ou não indicar, com absoluta clareza, fatos e circunstâncias que a justifiquem e permitam pronta apuração.

Depois de apreciados os recursos pela Banca, cabe a decisão final ao 1º Secretário do Senado Federal, representando a Comissão Diretora.

21. Os limites mínimos estabelecidos serão rigorosamente obedecidos. Apurar-se-ão as frações até milésimos.

CAPÍTULO V

Da realização das provas

22. Será obrigatório, em todas as provas, o uso da ortografia oficial (Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de Letras — edição da Imprensa Nacional — 1943).

23. As provas técnicas se realizarão exclusivamente pelo processo manual, a lápis ou tinta. É lícito, entretanto, utilizar-se o candidato do sistema taquigráfico de sua preferência e, inclusive, de bloco de papel seu. A decifração de tais provas far-se-á a máquina, fornecida pela Secretaria do Senado Federal ou trazida pelo

candidato. As folhas do registro taquigráfico deverão ser entregues à Banca Examinadora e apensadas às respectivas provas.

24. Sempre que o número de concorrentes exceder a 20, será o ditado taquigráfico feito ao microfone.

25. As provas de habilitação (Português, Francês, Inglês, História Geral, História do Brasil, Geografia e Cultura Geral) serão manuscritas a tinta azul-preta, devendo o candidato comparecer munido de caneta tinteiro carregada. O emprego de lápis-tinta acarretará desclassificação do candidato.

26. Não se admitirá a entrada de candidato que não estiver munido do cartão de identificação fornecido pela Secretaria do Senado Federal. As outras provas de identidade não terão valor nessa ocasião.

27. Acotar-se-á, para sigilo do julgamento, processo que impeça a identificação das provas, as quais deverão, para isso, oferecer o mesmo aspecto material.

28. Atribuir-se-á a nota zero à prova que apresentar sinal expreso ou convenção que possibilite a sua identificação.

29. Os textos para as provas técnicas e as de português, francês e inglês serão sorteados e os impressos respectivos preparados na presença do candidato.

30. O candidato que se retirar do recinto durante a realização da prova estará automaticamente excluído

do concurso. Será também excluído por ato da Banca Examinadora o candidato que se tornar culpado de incorreção ou descortesia para com os examinadores, seus auxiliares ou qualquer autoridade presente. Identificada penalidade será aplicada ao candidato que, durante a realização da prova, for colhido em flagrante comunicação com outros candidatos ou pessoas estranhas, verbalmente por escrito ou por qualquer outra forma ou de utilização de notas, livros ou impressos, salvo os expressamente permitidos. A ata dos trabalhos deverá registrar qualquer ocorrência dessa natureza.

31. Não haverá segunda chamada seja qual for o motivo alegado para justificar a ausência do candidato.

32. O não comparecimento a qualquer prova, mesmo não eliminatória, importará em exclusão do concurso considerados sem efeitos os exames porventura já prestados e não lhes sendo permitido prestar as provas subsequentes.

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais

33. A inscrição do candidato, com a assinatura no livro competente, implicará conhecimento destas instruções e compromissos tácito de aceitar as condições do concurso nos termos em que se acham estabelecidas.

34. É de dois anos o prazo de validade do presente concurso, a contar da data da homologação pela Comissão Diretora do Senado Federal.

35. Os casos omissos serão resolvidos pela Banca Examinadora.

36. Serão publicados apenas os resultados que permitam a habilitação do candidato.

37. As nomeações obedecerão, no que for possível, a ordem de classificação.

38. Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento destas instruções.

39. Todas as inscrições, chamadas e resultados serão publicadas no *Diário do Congresso* e (ou) no *Diário Oficial*. A Banca Examinadora poderá, simultaneamente, comunicá-los aos candidatos por telegrama mas não fica responsável por qualquer truncamento que porventura se verifique na transmissão do texto original.

40. Não há justificativa para o não atendimento dos prazos; o candidato deve estar sempre em contato com o Senado Federal para não perdê-los.

41. Embora as inscrições possam ser feitas também no Rio de Janeiro, todas as provas serão realizadas em Brasília.

Tabela para julgamento da prova de Ditado Taquigráfico

Número de	1ª D	1ª prova)	Grau
120	50
96	60
72	70
48	80
24	90
0	100

2ª Ditado (2ª prova)

Número de erros	Grau
20 ..	60
60 ..	70
40 ..	80
20 ..	90
0 ..	100

Tabela para julgamento da Prova de Titulos

Item 7, cap. III	Valor
I — letra a ..	5 pontos
letra b ..	4 pontos
letra c ..	3 pontos
letra d ..	3 pontos
letra e ..	2 pontos
letra f ..	2 pontos
letra g ..	1 ponto

II 3 pontos

III 15 pontos

IV e V 15 pontos

a) critério da Banca Examinadora

Secretaria do Senado Federal em 21 de maio de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Dia 22-5 a 18-6-63.

AVISO

A primeira prova do concurso (ditado taquigráfico) será realizada no dia 7 (sete) de julho do corrente ano, domingo, às nove (9) horas, no salão do Senado Federal — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

(De 24.5.63 até 18.6.63)